



A VIDA SÃO AS SOBRAS ¹

Como apresentaria sociológica e culturalmente seu núcleo familiar de origem e seu meio ambiente?

B.E.: O Estado de Goiás foi descoberto por bandeirantes paulistas que vinham para cá desde 1593, para aprisionar índios e escravizá-los, vendendo-os no litoral. Nessas andanças, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado ANHANGÜERA (que na língua tupi quer dizer “fantasma”) descobriu o depósito aurífero, em 1726, à margem do Rio Vermelho, de cuja exploração nasceu o arraial de Santana, o qual desenvolvendo-se se tornou sede da administração portuguesa com o nome de Vila Boa de Goiás, mais tarde mudado para cidade de Goiás (1748).

Outros depósitos aluvionais auríferos foram descobertos

por outros companheiros do Anhangüera, donde se originaram outros centros populacionais, como o de Meiaponte (Pirenópolis atual), em cujos arredores nasce o povoado de Corumbá, também mina de ouro, com o nome de Arraial de Nossa Senhora da Penha de França de Corumbá. Isso pelas alturas de 1730. Aí foi construída uma modesta capela que sofreu numerosas modificações, de maneira que por volta de 1824 era uma igreja pequena, mas bonita, com duas torres desiguais, o interior ornado com uma capela-mor e arco-cruzeiro trabalhados em madeira talhada e dourada, com mais dois altares laterais. No altar-mor há uma imagem de N. S. da Penha de França, de tamanho natural, que foi — diz a tradição — doada à igreja pelo sargento-mor Antônio José de Campos, português, tal-

¹ Depoimento concedido a Giovanni Ricciardi, Prof. do Istituto di Lingua e Letteratura Spagnola e Portoghese da Facoltà di Lingue e Letterature Straniere. Bari, Itália.

vez o mais rico minerador, no ano de 1755. Foi trazida, juntamente com a famosa Senhor do Bonfim de Pirenópolis, numa leva de 260 escravos, que partiu de Salvador, na Bahia. Esse rico minerador, Antônio José de Campos, casou em Pirenópolis com a filha de um português chamado José Gomes Curado, irmã do futuro general Joaquim Xavier Curado (1746/1830), considerado o fundador do Exército Brasileiro, que atingiu todas as honrarias no exército português, bateu-se pela Independência do Brasil e morreu com o título de barão com grandeza e conde de São João das Duas Barras.

Um neto desse rico Antônio José de Campos, chamado João José de Campos Curado, passou a residir em Corumbá, onde tinha lavoura, criação de gado, mineração de ouro e casa comercial, casando com Ana das Dores Camargo Fleury, mulher de rara inteligência, irmã do padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, fundador do primeiro jornal do Brasil Central, homem culto que falava diversos idiomas, político de grande prestígio, o segundo goiano a ocupar a Presidência da Província em 1839. O pai de João José, Jerônimo José de Campos Curado, era homem de cultura, cursou o seminário de Coimbra, mas deixou de receber a tonsura para casar: enviuvando-se, retornou ao seminário e ordenou-se padre em São Paulo, 1807, cantando a primeira missa juntamente com três filhos também padres.

Está assim constituída a família FLEURY CURADO, descendente direta de Joana de Gusmão, penúltima filha do Anhangüera, e de Inácio Dias Paes, cuja ascendência abrange a totalidade dos bandeirantes. Pelo lado Camargo (de Ana das Dores Camargo Fleury) os apontamentos genealógicos chegam até o ano IX de nossa era, em Espanha.

A região, rica a princípio, com o esgotamento das aluviões auríferas, a partir de 1770, ficou pobre. Houve uma decadência geral, com a maioria da população refluindo para o litoral, com as estradas desaparecendo, sem novas injeções quer de escravos, quer de elementos livres. Algumas povoações resistiram, como Pirenópolis, Goiás, Corumbá, cujos habitantes entregaram-se à lavoura de subsistência e à criação de gado. Para isso foi preciso despovoar os campos dos indígenas bravios, confinando-os em aldeamentos, onde lhes era ministrado o ensinamento de métodos de trabalho e da religião católica. Sobretudo se lhes ensinava como extinguir-se.

A pobreza, durante o século XIX, era muito grande, mas sempre restou alguma coisa do fastígio do ouro, a saber, casas relativamente confortáveis, alfaias e baixelas, roupas e utensílios, escravaturas etc. Os dois sustentáculos da cultura e da dominação portuguesa foram a religião católica e a língua portuguesa. A contribuição do negro foi decisiva e a do silvícola menos expressiva. Esse grupo familiar

Fleury Curado tornou-se um dos elementos menos pobres, menos incultos e por isso se fez detentor do comércio e das funções públicas, organizando a primeira oligarquia que dominou as províncias de Goiás e Mato Grosso até a queda do Império (1889) com poder de governo; e com participação destacada no poder até 1930.

Mantinha escola em casa para os filhos, casavam-se os parentes entre si para conservar no grupo familiar a escassa riqueza e as tradições culturais. No começo do século XIX já o General Xavier Curado projetava-se na Corte e, com a Independência, teve proeminência o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, sucedido por seu primo o senador André Augusto de Pádua Fleury, Ministro do Império. Até 1930 muitos eram os representantes desse grupo a exercer altas funções no âmbito estadual e federal.

Toda essa descrição objetiva mostrar a evolução de Goiás e que, em meio à pobreza geral, à falta de cultura, ao isolamento cultural e geográfico, alguns grupos conseguiram manter-se menos pobres e conservar as tradições, o que foi feito através da manutenção de contatos com o litoral e mesmo com a Europa, por intermédio de filhos que lá iam estudar ou por meio de contatos comerciais e políticos.

Eu sou tataraneto daquele riquíssimo minerador. Meu pai, embora nascido em Pirenópolis, onde viveu com o avô materno até os dez anos de idade, passou

daí em diante para Corumbá, donde saiu com 23 anos (1903), a fim de dedicar-se ao comércio. Já possuía boa cultura, inclusive literária, fazia poesias, conhecia livros importantes do tempo, tanto nacionais como estrangeiros. Seu pai assinava jornais do Rio de Janeiro, especialmente o *Jornal do Commercio* e *A Gazeta de Notícias*, que veiculavam notícias do mundo. Os jornais chegavam a Corumbá, pelo correio, com atraso de vinte dias, sendo eles o mais importante transmissor de cultura atualizada.

Ao tempo que meu pai deixou Corumbá, meu avô e os 16 filhos tinham casa comercial em Corumbá, Pirenópolis e Goiás (capital), bem como em Araguari (Minas Gerais) e Curitiba, no Paraná. Dessa maneira, compravam mercadorias do Rio e despachavam por trem de ferro até Araguari, fim da linha férrea que demandava Goiás; daí, em costas de burros ou em carros de bois a mercadoria vinha para o Estado de Goiás. Havia um rodízio: a mercadoria adquirida no Rio era enviada para Araguari; o estoque velho de Araguari era remetido para Corumbá e Pirenópolis e daí para Goiás. O restante era levado para o Araguaia e daí para o rumo de Belém do Pará, trocando-se manufatura por borracha (goma elástica), o produto mais importante comercialmente, na época, o qual era exportado. Apurado o dinheiro, meu pai embarcava em navios, costeava o Brasil até o Rio de Janeiro, onde se iniciava o ciclo comercial. Com o fracasso da borracha, em virtude

de sua produção racional no sudoeste asiático, e com a grande crise que isso desencadeou no Brasil, meu pai volta para Goiás, casa e vai para Corumbá de onde somente sai em 1951, para morar em Goiânia, recém-fundada.

Foi nesse ambiente de relativo conforto físico e moral que eu nasci e me criei, num mundo de parentes, todos amigos entre si, no qual o dinheiro não era o mais valioso bem. Aí estudava-se o francês, o português, rudimentos de latim, aritmética até cálculos de juros, geografia e história; aí se executava a música: flauta, violoncelo, rebeca, violino, violão, viola caipira, piano, bandolim e acordeão; a partir de 1880 foi introduzida a Banda de Música. A programação de celebrações religiosas católicas era extensa, abrangendo desde as folias do Divino Espírito Santo, as festas do Natal e de São João, de cunho popular, até a Semana Santa e outras celebrações eclesíásticas que seguiam ou procuravam seguir o cerimonial de Roma: missa cantada, exercício de trevas, ladainhas de maio, música sacra etc.

Havia bailes, comemorações cívicas, carnaval. Entretanto, a grande vida da cidade era o encontro que todas as noites mantinham os irmãos, cunhados, genros, sobrinhos, netos etc., na casa de meu avô, quando se discutiam largamente os acontecimentos mundiais e nacionais registrados e divulgados pelos jornais trazidos pelo correio que ali existia desde 1770 ou pelo telégrafo nacional que ali se instalara

desde 1915. A partir de 1922 entraram para a região os primeiros automóveis e ali se instalou uma usina elétrica péssima. Até essa época, todo o transporte em Goiás era feito em animais, conhecendo-se apenas um veículo de rodas que era o pesado carro de bois puxado por doze juntas de bois. Em 1915 a estrada de ferro entrou no sul de Goiás, vindo de Minas Gerais por Araguari, mas esse tipo de transporte pouco progrediu e até hoje nossa rede ferroviária é de apenas trezentos e poucos quilômetros, uma extensão inexpressiva em face do tamanho da área do Estado. Nos começos de 1800 a Prefeitura dotou a cidade com água potável, através de bicas nas ruas.

ERICO CURADO — esse era o nome de meu pai. Nascido em 1800, viu ainda a escravidão e até 1919, na casa de sua mãe, existiam alguns velhos escravos que, embora libertos, ali permaneciam. Aprendeu a ler com professor particular contratado pelo avô que o criou até os dez anos na sua fazenda em Pirenópolis. Daí em diante foi para a casa paterna e os irmãos mais velhos prosseguiram no ensino dele, seguindo a praxe tradicional. O ambiente era favorável à cultura, havendo o rapaz se interessado pela poesia, tentando fazê-la, num tempo em que raríssimos eram os poetas em Goiás e o jovem nenhuma tradição podia seguir. Além do português, adquiriu boas noções de matemática, ciências físicas e naturais, história, geografia. Aprendeu alguma

coisa de latim, francês, espanhol e inglês.

Depois, saindo de Corumbá (1903), fez exame na Escola Militar do Rio de Janeiro e obteve aprovação, sem contudo matricular-se, pois desistiu da carreira militar antes de iniciá-la. Contribuiu para tal desistência seu irmão, então capitão do Exército Nacional, que entendia que a carreira das armas não era boa, nem oferecia futuro promissor. Outro seu irmão entrou para o seminário, no Rio de Janeiro, daí seguindo para o Colégio Pio-Latino em Roma, onde obteve as ordens sacerdotais.

Por esse tempo, adquiriu livros de poesias, prosa e ciências no Rio de Janeiro, conhecendo pessoalmente (apenas de vista) alguns escritores como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Coelho Neto e outros.

Meu pai era um homem muito tímido, profundamente acanhado e delicado. Como pessoa tímida, quando irritado ou ferido em seu amor-próprio, tinha reações imprevisíveis, excessivamente violentas. Exerceu as funções de Promotor de Justiça na capital do Estado de Goiás, cargo de que desistiu sob a alegação de que sentia remorso por ser remunerado com o dinheiro obtido através de impostos geralmente cobrados de maneira injusta, pois os ricos, via de regra, conseguiam favores e isenções, recaindo os tributos apenas sobre os necessitados. Quando se fundou em Goiás (capital) uma Escola de Direito, seus fundadores convidaram meu pai a matricular-

se nela, com o que a Escola se sentiria dignificada. Era ele jornalista, poeta, homem de cultura. Meu pai, que exercia a advocacia sem possuir título de bacharel, recusou o convite e logo depois, abandonou aquela precária profissão.

Prosseguindo no comércio, teve algum sucesso até 1928 como um dos principais comerciantes da capital e de Corumbá. Então distribuía folhinhas de propaganda da Casa, isto é, mandava imprimir as folhinhas que acabavam não sendo distribuídas, mas utilizadas para embrulho. Acho que não as distribuía por acanhamento ou talvez por uma natural indisposição gerada por sua ojeriza ao trabalho prático. A partir de 1930, com a crise da Bolsa de Nova Iorque que chega até Goiás, e mais com o prejuízo de cinco contos de réis que teve de um infeliz empréstimo a parente, parece que perdeu por inteiro o pequeno estímulo que o animava e passou a vender cada vez menos. Não fazia o menor esforço para vender ou para ganhar dinheiro. Diariamente abria a pequena loja, espanava as prateleiras depois de varrer o cômodo e a calçada fronteira, isso às sete horas, permanecia na loja lendo ou escrevendo e por fim, às seis horas da tarde, entrada a noite, fechava a única porta e a única janela do cômodo. Quase ninguém mais ali entrava, quase nada vendia. As mercadorias deterioravam-se.

Muitas vezes, altas horas da noite, eu acordava e ouvia vozes: era meu pai lastimando-

se, enquanto de vez em quando minha mãe tomasse a palavra e rebatesse energicamente suas queixas e procurasse reanimá-lo, mostrar que nada adiantava perder o sono por preocupação, ali ficando auto-acusando ou auto-flagelando, tais coisas ditas, evidentemente, com outras palavras. O resultado foi que minha mãe começou a estimular meu irmão mais velho e a mim para que nos interessássemos pelos negócios. Era difícil porque nosso pai mesmo nos havia criado sem nenhuma autonomia para vender ao menos um carretel de linha ou para abrir ou fechar as portas da loja. Dizia ele que assim procedia para impedir que nos afeiçoássemos ao comércio, atividade que detestava, mas a única em que fora criado desde o nascimento e na qual unicamente sentia certa segurança. Repetia que preferia ver-nos como funcionário público, professor, jornalista, tudo menos comerciante. Sua opinião era totalmente oposta à dos demais irmãos, para quem a função pública era atividade de pessoa incapaz, de parasitas e vagabundos. Para os irmãos, empregado público era cachorro do governo, afirmação que irritava e amargurava minha mãe, cujo pai era Coletor de Rendas Públicas Estaduais na capital do Estado, tendo antes sido comerciante, fazendeiro e deputado estadual por algumas legislaturas.

No entanto, entendo que o procedimento de meu pai tinha outros fundamentos. Ele nunca nos entendia como capazes de fazer uma venda correta, receava

por um prejuízo mínimo que poderia advir da venda de um carretel de linha por alguns tostões a mais ou a menos. Talvez tivesse preguiça mental de nos explicar as praxes do negócio, talvez se sentisse dividido entre a sua ojeriza ao comércio e a opinião oposta dos parentes, sei lá. O certo é que saímos eu e meu irmão à cata de fregueses. Tarefa impossível. Na cidade ninguém comprava, pois dinheiro em espécie era coisa rara: ali predominava soberana a troca, a barganha. O pedreiro trocava serviço por mercadoria; o produtor rural trocava bois, porcos, queijos ou mantimentos por manufaturas. Era uma economia de subsistência. Todas as pessoas produziam o necessário para a sua manutenção, com exceção das utilidades feitas de metal ou do sal marinho. Este último era sempre escasso e tinha que vir do litoral, vencendo entre um mil ou três mil quilômetros de transporte precário.

Meu pai só tinha a pequena casa comercial: nada de lavoura, criação de gado ou outra produção; ele também não comprava os produtos da região para os revender para fora e assim seu comércio era restrito e quase impossível. Por outro lado, meu pai, por não possuir sítio ou fazenda, tinha que adquirir todos os produtos para a alimentação da família, o que não era muito fácil, pois normalmente não havia sobras de produtos alimentícios para fins comerciais. Cada família produzia para si mesma. Essa falta era muito sentida no tocante

à carne bovina e à banha de porco (toucinho), base da alimentação. Na cidade, raramente abatia-se uma rês para consumo público, de modo que a maior parte do tempo comia-se sem carne. A matança de rês era tão irregular que quando se abatia rês, à noite, saía alguém pelas ruas anunciando o fato num pregão, em altas vozes, num tom de cantilena que dizia:

*“Amanhã tem carne fresca,
muito boa.
Na casa de Fulano de Tal
tantos réis o quilo”.*

Ao tempo da safra de milho, arroz, feijão, meu pai costumava trocar por mercadorias tais gêneros, em quantidade que desse para sustentar a família por um ano. Acontece, porém, que não existiam produtos químicos que imunizassem tais gêneros alimentícios contra carunchos e pragas. O resultado era que três, quatro meses depois, tais produ-

tos estavam totalmente tomados pelos carunchos, em forma de pequenos corós, besouros ou borboletas.

Era uma beleza. Ao se abrir o caixote de arroz, por exemplo, dele saía aquela nuvem de pequenas borboletas brancas.

Se o espetáculo ali era bonito, no prato de comida era muito feio. O arroz assim carunchado ao ser cozido virava uma papa insossa e pouco nutritiva; o feijão assim atacado, ao ser cozido soltava de seu interior o pequeno besouro e o prato de comida apresentava uma nata desses besourinhos negros e nojentos, deixando o feijão endurecido e de mau sabor por mais que se cozinhasse. O pior disso tudo é que aceitávamos tal situação, nada fazendo para aliviar os males.

Corumbá sempre foi uma entrada para o sertão, aonde os moradores distantes vinham se abastecer de artigos de metal, arame farpado, sal e alguns arti-



gos manufaturados ou de fábrica, além de um pouco de farinha de trigo, café e remédios. Esses sertanejos careciam de uma casa onde pudessem se hospedar e pasto para os animais de transporte em que viajavam. Meu pai nada disso podia oferecer, enquanto outros comerciantes ofereciam de tudo e ainda recebiam as mercadorias trazidas pelos sertanejos como pagamento daquilo de que os sertanejos necessitavam. A meu pai, restavam as sobras, que eram insignificantes.

Uma coisa que tornava muito difícil a vida em Goiás era a falta de dinheiro, de moeda corrente, cujo aspecto mais evidente era a total ausência de instituição de crédito. Não havia bancos, nem casas bancárias. Qualquer empréstimo de dinheiro só podia ser feito por meio de indivíduos isolados, os quais exigiam altos juros, garantia hipotecária, usando de mil artifícios que ao fim acabavam surrupiando ao tomador propriedade e bens. Assim, qualquer capital, por pequeno que fosse, era disputadíssimo e seus possuidores tornavam-se cada vez mais ricos e poderosos.

Após uma daquelas noites de lamentações, tão logo amanhecia, meu pai se envergonhava do terror que sentira daqueles fantasmas que o atormentaram e aí, numa bravata, para mascarar seus sentimentos, esses sentimentos de que ele era tão pudico, passava a rejeitar qualquer ajuda que lhe pudéssemos dar. Se teimávamos, a mando de minha mãe, ele usava de recurso extremo. Ao chegar o freguês à loji-

nha, se mostrava interesse por qualquer panela, ou ferramenta, meu pai negava-se a vender simplesmente alegando que o artigo já estava vendido.

Era o velho orgulho ferido, orgulho de alguém que não admitia a possibilidade de fraqueza ou de ter que pedir algo a ninguém. O resultado é que tudo voltava ao que dantes era e o meu pai daí uns dias tornava a encher as noites de lamúrias.

O certo era que dinheiro não entrava e minha mãe tinha que se desdobrar na costura para ajudar na manutenção da casa. Nossa vida, portanto, era pautada na mais estrita economia, onde, desde a comida até o querosene para iluminação, tudo era regado. Contudo, mantínhamos um certo *status* condigno com nossa condição de família tradicional e importante. Essa importância impedia-nos de trabalhar fora do comércio e da burocracia, obrigava-nos a ocultar a nossa miséria.

Em virtude desse desinteresse de meu pai, desse orgulho descabido, muita mercadoria se perdia. Uma vez houve grande procura de feijão em São Paulo e meu pai comprou muito feijão, mas não providenciou a remessa para o destino, deixando os grãos ao relento. Veio uma chuvarada inesperada e daí uma semana o estoque de muitos sacos era um verdejante jardim — tudo brotou, num prejuízo total. Num certo cômodo da casa eu ainda alcancei uma imensidade de rolos de fumo, que meu pai havia comprado num momento de sua escassez em Minas, não vendeu, e o

artigo deteriorou-se e se perdeu. Passou a ser utilizado pela cidade inteira como remédio ao combate ao piolho de galinha, única maneira de meu pai se ver livre daquele entulho.

Ainda solteiro, em Goiás (a antiga capital do Estado), meu pai era um *dandy*. Era o comerciante que abastecia a alta classe, inclusive com livros de literatura e ciência, jornalista, poeta, vestindo-se por alfaiates do Rio de Janeiro, com monóculo na cara à moda de Eça de Queirós, colete de cores berrantes e gravata de pintor, lembrando Baudelaire. Encarnava o movimento renovador da literatura — o Simbolismo — ainda desconhecido ali. Seu primeiro livro de poesias, intitulado *Iluminuras*, filia-se a essa corrente e saiu em 1913, publicado pela editora Duprat & Comp. — Rua Direita n° 26, São Paulo. É dedicado à memória de Luiz Delino. Tinha também grande influência dos poetas parnasianos, pois Olavo Bilac estava no auge e sua vitória nas letras era sempre um convite ao proselitismo.

Meu pai reagia em Goiás contra o Romantismo que ali perdurou até 1930. De senso altamente crítico, caracterizado por um forte espírito de contradição, ridicularizava as declamações ao som de instrumentos musicais, tão indispensáveis, e fazia ferozes ironias contra os declamadores cloróticos e donos de abundantes cabeleiras que entendiam que para escrever um bilhete deviam tornar-se inveterados beberrões e enaltecer delirante-

mente a terra, cujo atraso e miséria meu pai profligava. E como tais românticos eram filhos das melhores famílias, meu pai levantou contra si as intolerâncias de que resultaram inimizades e conflitos de certa importância local.

“Em um sereno”, soneto de Joaquim Bonifácio, disse-me uma pessoa da época que era dirigido a meu pai que, com alguns amigos, compunha o grupo chamado “Os Músicos Zebrais”, que entrava num corredor à noite e aprontava grande algazarra, imitando zurrar de burro, miar de gato, berro de bode etc.

Em um sereno (1905)

Joaquim Bonifácio

*“Senhores, não sou de barro
E muito menos de ferro!
Sou homem, por isso erro,
E muitas vezes me desgarro.*

*Mas vendo um vate o pigarro
Sacudir e o verbo pêro
Soltar à gente num berro,
Em um sarau tão bizarro,*

*Perco a cabeça e me embirro
Com tal poeta cachorro,
Dizendo versos de enxurro...*

*Pra fugir-lhe, tusso, espirro
Chamo a polícia em socorro
e — mando prender o burro!...”*

Diz Gilberto Mendonça Telles, com base em José Xavier, que o soneto é datado de 1905. Na verdade, a esse tempo meu pai já tinha loja em Goiás, acabava de voltar do Rio de Janeiro,

onde prestara exames da Escola Militar e em Goiás vestia-se e comportava-se como um *dandy*.

O mesmo sonetinho (classificação de Gilberto) é publicado por Joaquim Bonifácio no livro *Alguns versos*, de 1913, ano em que meu pai já se afastara de Goiás, após o casamento.

Portanto, parece certa a versão de que “Em um sereno” seja uma sátira a meu pai.

Também a essa intolerância se deve a nota intitulada ERICO, assinada pelas iniciais V. C. R., publicada na pág. 163 de *A Informação Goiana*, ano II, Vol. I, nº 12, de 15 de Julho de 1915. Rio de Janeiro.

É um ataque violentíssimo contra artigo publicado no jornal *Araguary* nº 1008, de 8 de junho de 1918, artigo que, segundo a nota, cobria de ofensas a sociedade de Goiás, aquela sociedade que só admitia inteligência em escritores que se embriagassem. É preciso observar que Vila Boa era uma sociedade isolada e muito intolerante para quem não nascera ali, traço que até hoje conserva:

Esse inconformismo de meu pai para com a mediocridade dourada das paróquias também fê-lo sofrer em Corumbá. Primeiro, criticando em versos um professor de primeiras letras que abriu o curso querendo que os alunos lessem o prefácio da cartilha — nós, seus filhos, não pudemos estudar na escola de Corumbá e tivemos que aprender em casa:

*“Que professor será esse
Esse mestre quem será?”*

*Sem que antes aprendesse
soletrar o beabá
este mestre maravilha
queria que o aluno lesse
o prefácio da cartilha.*

*Que professor será esse
esse mestre quem será?”*

Segundo, publicando um versinho de crítica à luz elétrica local que cobrava o uso da energia e não iluminava nada, pois o reservatório d’água que alimentava a turbina era insuficiente — teve a iluminação de sua casa cortada pela empresa e daí para diante tivemos que utilizar querosene para a iluminação. O dono da luz elétrica era seu primo-irmão e cunhado! O engenheiro, um alemão chamado Kulman ou Colemam ou Colma (popular), também montou usina de corrente contínua em Anápolis e Pirenópolis, usina hidroelétrica:

Leréias

*Viram a luz de Corumbá?
Então, Caluda! Alto lá!...*

*É uma luz sem rival
Paris não tem luz igual
A luz que o Colma nos deu...
Não sei se o caso é geral,
Também não sei se é só meu:*

*A coisa é que toda gente
Anda cega pela rua
Caindo aqui e acolá,
À luz desse sol ingente,*

*Desse esplendor que flutua,
Sua é a luz de Corumbá...*

*Luz à beça por todo canto.
"Comidas, meu santo!"*

Apesar de tudo, meu pai era homem alegre, quase despreocupado, que vivia examinando criticamente a vida local e nacional e rindo-se a bom rir das coisas mal feitas, das gafes e das besteiras de todo o mundo, inclusive as suas. Gostava de carnaval e mesmo num lugar tão pequeno como Corumbá, quando havia grupos carnavalescos, entrava no meio e se divertia a valer. Como disse antes, era dotado de desenvolvido espírito de contradição e o cultivava com amor, como admirador que era de Eça de Queirós. Nas conversas, primeiro ficava meio quieto para captar a tendência dominante, para daí partir para o combate e destruição dessas tendências, o que o levava muitas vezes a cair em contradições. Dizia não ter muito discernimento das coisas e enxergar o mundo de forma muito confusa. Mas seus atos não comprovam isso.

Casando e voltando para Corumbá, dedicou-se ao comércio e à advocacia por algum tempo, recolhendo-se com o correr dos anos a um isolamento cada vez maior. Não ocupava cargos públicos, não participava da Banda de Música, nem das Irmandades religiosas, não tomava parte em festividades como Cavalhadas, Festas do Divino Espírito Santo etc. Por não vender a prazo, nem efetuar barganhas, nem ter fazendas de criação e lavoura,

o montante dos negócios de meu pai era restrito e se foi restringindo progressivamente. À mingua de fregueses, os tecidos apodreciam nas prateleiras, alguns gêneros alimentícios deterioravam-se, mas mesmo assim meu pai dizia que sua salvação era não vender, pois as mercadorias que se salvavam, por força da inflação sempre crescente, davam lucro ultra-compensador. A partir daí criou uma teoria mercantil que dizia ser altamente revolucionária para países coloniais: o segredo do lucro era diminuir cada vez mais as vendas, ao contrário do que pregavam as doutrinas clássicas. No exercício dessa receita, de dois em dois anos, fechava a casa comercial e viajava para Goiás, onde morava o sogro e primos e onde entrava em contato com jornalistas, escritores, homens de cultura, no meio dos quais podia dar larga à sua ironia, a seus ditos paradoxais, gozando à larga a besteira alheia.

Meu pai se interessava por nossos estudos, mas nunca manifestou interesse por nossa vida prática. Nunca tomou conhecimento se estávamos sem trabalho. Com o prestígio, poderia ter conseguido bons empregos para nós, desde quando estudávamos em Goiás, onde qualquer pessoa mais ou menos alfabetizada exercia função pública. Entretanto, nunca se abalçou sequer a enviar uma carta a alguém solicitando um emprego. Talvez por timidez, talvez por orgulho, talvez por não gostar de preocupar-se com as coisas. Eu herdei

esse defeito ou virtude de forma um pouco menos acentuada.

Quando eu e meu irmão já tínhamos doze ou treze anos, fomos com a família toda a Goiás visitar os avós. Por essa ocasião, minha avó discutiu seriamente durante vários dias com meu pai, exigindo dele que nos deixasse em Goiás para fazer o curso ginásial, pois era ali que existia o único curso ginásial de todo o Brasil Central. Meu pai alegava que achava a cultura um luxo prejudicial em países como o Brasil, dando como exemplo o seu caso. Dos irmãos, era talvez o único que não estava rico, e não estava rico justamente pelo fato de ser um homem culto. Minha avó era um espírito prático, aconselhou meu pai a escrever alguns artigos sobre o assunto, mas os seus filhos, os seus netos, esses ficariam na casa dela para fazer o curso ginásial. E foi assim que ingressamos no estudo organizado, isto é, no curso ginásial.

Eu e meu irmão fizemos o curso secundário em Goiás, antiga capital do Estado, e nos mudamos para Goiânia, recém-fundada, para onde também veio minha irmã que, embora maior de 21 anos, queria estudar, como fez por conta própria, num tempo em que isso era quase impossível para as mulheres.

Meu pai jamais tomou uma injeção e jamais se queixava de qualquer mal ou qualquer dor, embora os tivesse. Agüentou terríveis dores num processo de infecção renal que o atacou, mas o que o derrubou foi a declaração

do médico de que estava com uma vista perdida pelo glaucoma e ameaçado de perder a outra. Ao ouvir ficou pálido. Fui com ele para a casa e queixou-se de mal-estar. Levado para o hospital pela primeira vez na vida, faleceu em 18 horas, aos oitenta anos de idade, com todos os dentes naturais na boca, havendo três dias antes feito longa jornada a pé. Morreu de medo de não poder ler.

Deixou dois livros de poesias publicados e, naquele tempo, cinco mil cruzeiros num Banco. Nunca em tempo nenhum ganhou um só livro, nem presentes alcançou com os inúmeros poemas e artigos que publicou. Nem creio que jamais lhe passasse pela cabeça ganhar algo com literatura.

MARIETA FLEURY CURADO — esse era o nome de minha mãe. Ela e meu pai tinham parentesco, isto é, o avô de meu pai era bisavô de minha mãe. Embora nascida e educada na capital do Estado, onde havia as únicas escolas, ela aprendeu as primeiras letras em casa, com a família, e não freqüentou o Colégio das freiras dominicanas, para moças, existente em Goiás, ao alcance até de filhas de pobres lavadeiras de roupas. Explicava minha mãe que o pai dela, ao tempo, estava muito influenciado pelas idéias positivistas hauridas na Escola Militar do Rio de Janeiro por um irmão de meu pai, o futuro general João José, o qual se casara com uma das irmãs de meu avô, militar muito intransigente em

matéria ideológica, famoso por ter participado da Proclamação da República, como cadete. Desse episódio conservava um revólver, presente do Marechal Deodoro. Para evitar a formação religiosa católica meu avô não matriculou as filhas. Mas há outra versão mais prosaica e mais certa: meu avô entendia que filha devia ser criada debaixo de sete chaves e o Colégio, mesmo de freiras, era o primeiro passo da perdição. Talvez até fosse um certo sentimento de aristocracia, sentimento sempre existente nesse núcleo familiar, o qual meu avô não pudesse sustentar pela sua pobreza, sem embargo de ter um irmão formado por São Paulo, figura de primeiro plano no ambiente político nacional, onde chefiava o Partido Católico.

Nessa complicação toda, há um fato pitoresco. Erico Curado, havendo ficado noivo de sua futura mulher, Marieta, a futura sogra recebeu que o noivo, indo como verdadeiramente foi, para a longa viagem Araguaia abaixo até Belém e daí para o Rio de Janeiro, pudesse esquecer a noiva e o compromisso. Daí exigiu ela que Erico firmasse, em cartório público, um compromisso formalizando sua intenção de voltar e casar com a prima. E meu pai aceitou, talvez vendo nisso uma valorização de sua pessoa como futuro marido, pois certamente seria ele o melhor corte de noivo em todo o Brasil Central.

Na vida familiar, para mim, tanto meu pai como minha mãe são seres meio distantes. Não possuo lembranças de carinho

físico da parte deles para comigo, sem embargo de reconhecer que eram pessoas muito ternas, delicadas e bondosas. Meu pai também sempre nos tratou com ternura e delicadeza. Apenas uma vez me lembro ter recebido um tratamento mais duro de ambos. Chegara para Corumbá, para uma casa fronteira à nossa, uma família de parentes vindos de Ribeirão Preto (SP). Como de praxe em situações semelhantes, alguém era designado para ir até a casa, dar os cumprimentos de meus pais aos chegantes e perguntar se haviam feito boa viagem. Nessa vez fui eu o designado. Era gente estranha (eu teria sete anos) e senti-me constrangido: sentia vergonha, não tinha coragem de ir até lá e formular as frases. Aí embirrei - não ia. Por que não mandavam o irmão mais velho? Este estava louco para ir, mas os pais firmaram no propósito de que eu deveria ir, justamente para quebrar o acanhamento. Houve teima, não fui, tomei uns dois empurrões e fiquei de pé num canto onde se conservavam as vassouras de varrer a casa. Chorei e passei uma hora sob a maior amargura, sentindo-me injustiçado e violentado. Nesse dia, remoendo os fatos, firmei a idéia de que Deus nunca ajudava ninguém. Outra coisa que me surgiu na cabeça. Percebi que meu pai e minha mãe queriam que eu enfrentasse os novos habitantes da cidade, mas eu notei que eles próprios se escondiam de tais novos habitantes. Era depois do jantar, hora em que minha mãe ficava sempre

à janela, de frente para a casa dos chegantes. Naquela tarde, ela não ficou à janela e ficou olhando tudo de um ponto em que não pudesse ser vista. A pergunta que me fazia era essa: Se eles se escondiam, por que me expunham?

Como dizia atrás, não havia muita interação entre pais e filhos; sobretudo não existia contato corporal, aproximação corporal. O único de que me recordo seria o de tomar a benção ao levantar da cama e ao deitar. Era tomar a benção e nunca beijar a mão, isto é, celebrávamos um ritual totalmente petrificado e inumano. Entre meu pai e minha mãe nunca vi ou suspeitei qualquer manifestação de carinho ou pendor erótico, que não fosse um ou outro furtivo olhar. Mas houve um fato que alertou minha malícia. Eu já teria nove para dez anos, já sabia o que era relação sexual, sabia que ela existia entre marido e mulher, e já tinha visto e apalpado diversas vezes o sexo de algumas meninas de minha idade, mais ou menos. Foi num dia em que comíamos jabuticabas. Estávamos todos juntos a uma grande jabuticabeira comendo os frutos e eu ouvi meu pai dizer a minha mãe que gostava de apanhar e comer aquelas jabuticabas que davam no encontro das forquilhas dos ramos:

*"Vejo-a de brancas pérolas florida,
Do tronco anoso à galha derradeira,
Alva, pompeia a jabuticabeira,
De aromas, flores, e clarões cingida.*

Torva legião de abelhas, incendida,

*Zumbe e revoa, e loucamente cheira
O encantado jardim, a árvore inteira,
Que arde e estremece em turbilhões de vida!...*

*Um mundo de aves voluteia e canta
No amplo frondel da hospitaleira planta,
Que vibra agora no esplendor dos frutos.*

*E ao sol, em festas, para os céus erguida,
Iluminada de alegria e lutos,
Ei-la de negras pérolas vestida!..."*

Erico Curado

Notei que minha mãe riu e discretamente deu uma cotovelada em meu pai que também ria chupando uma fruta colhida numa forquilha. Fiquei sem entender, mas notei que existia mais do que uma simples troca de opiniões; tímido e acanhado como era, não revelei a conversa a ninguém, nem pedi explicações, mas comecei a observar conversas semelhantes ou referências com segunda intenção nesse tocante. Por fim, compreendi perfeitamente que meu pai, naquele dia, referira-se à jabuticaba como ao sexo. Pareceu-me muito bonito, mas conservei eternamente o segredo de minha descoberta.

Entre meus pais, nunca um pegar de mãos, nunca um abraço, nunca um beijo, nunca um gesto físico de afeição, o mesmo acontecendo com todos os casais de minha relação. Também elogios, palavras de ternura, de amor, um galanteio, exteriorizações fraternais, nada disso existia, como igualmente não existiam brigas, altercações, uma frase mais agressiva ou grosseira, qualquer palavra chula

ou xingamento. O mais que se permitia seria “demônio”, “capeta”, “inferno”, “sem-vergonha”. Tamanho era o pudor que a palavra “égua” era considerada indecente ou pornografia. As roupas íntimas das mulheres eram lavadas reservadamente e postas a secar ocultas por baixo de toalhas. Algumas vezes ouvi minha mãe cantarolar uma toadinha que dizia:

*“Você me chamou de feia,
Eu não sou tão feia assim.
Foi o feio de sua casa,
que pegou feiura em mim”.*

Isso significa que houvera um arrufo entre o casal e meu pai certamente chamara minha mãe de feiosa ou feiura.

Minha mãe era alegre, convivente, inteligente e de grande senso poético. Para mim, minha mãe tinha tanto ou mais sentimento poético do que meu pai, ou pelo menos o exteriorizava melhor. Enquanto meu pai nunca externava as emoções, nem as dores ou doenças denunciava, minha mãe era um tanto manhosa ou escandalosa. Por pouco, chorava, reclamava, ria-se com estardalhaço, manifestava opinião sem levar muito em conta as conveniências, era mais franca e extrovertida. Naturalmente que tudo dentro do decoro, com comedimento e com graça. Especialmente isso, minha mãe era mulher graciosa. Gostava de vestir-se mais ou menos bem ou com bom-gosto, andava sempre de meias e sapato de salto alto, bem penteada apesar do eterno des-

gosto de possuir pouco cabelo, pintava-se os lábios e as faces. Na comunidade, talvez fosse a única mulher a proceder de tal forma. Via de regra, as mulheres casadas usavam pesados vestidos talares, geralmente de cor escura, não ostentavam pintura no rosto e cobriam a cabeça e os ombros com xale escuro de seda ou lã. Acima de tudo, minha mãe era uma pessoa convivente, madrinha de grande parte dos moradores do município, nunca se esquecendo do aniversário do afilhado com um presentinho, por menor que fosse e com eles se solidarizando nos eventos importantes.

Durante algum tempo foi professora pública e, por toda a vida, fora costureira. Era quem vestia e preparava as noivas, as mulheres que tinham que viajar para o Rio ou São Paulo, embora ela mesma nunca houvesse saído do Estado de Goiás. Para o exercício da costura, adquiria figurinos e jornais de moda através de parentes que saíam para os grandes centros, e se interessava vivamente pelas alterações da moda, que acompanhava por meio das revistas e jornais do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Paris etc. que alguns parentes assinavam. Com o rendimento da costura feita numa pequena máquina manual alemã, adquiriu outra, de pedal, marca SINGER, americana, em 1922, que lhe custou 400\$000 (quatrocentos mil réis) ou o preço de dez bovinos. Nem meu pai nem minha mãe tinham bovinos, os quais entram aqui apenas como valor referencial,

pois a inflação no Brasil come tudo ferozmente. A máquina foi adquirida em São Paulo por um cunhado de minha mãe, o coronel do lugar, homem corretíssimo. Ele comprou duas máquinas iguaizinhas. Uma para sua mulher e outra para minha mãe, máquinas que vieram num engradado de madeira, por trem de ferro até Araguari (Minas Gerais) e daí até Corumbá em lombo de burro. Nessa viagem de cerca de 1700 Km. a máquina que foi entregue a minha mãe chegou com um dos suportes laterais quebrado (era de ferro), mas esse estrago não a prejudicava. O cunhado de minha mãe, tão logo soube, fez trocar as máquinas, ficando com a que chegou estragada.

Minha mãe não possuía traços marcantes de personalidade. Não conseguia, por exemplo, contar um mesmo caso igualmente por duas vezes. O mesmo caso, por ela repetido, era outra estória, totalmente modificada pela imaginação. Também não conseguia seguir à risca as receitas de doces e comidas, as quais modificava, a seu talento, ora para melhor, ora para pior. Mesmo debaixo de terminante proibição de meu pai, minha mãe acompanhava a vida da cidade através dos namoros, dos fuxicos, dos diz-que-diz, participando algumas vezes de certas intrigas da grande parentela que mantinha essas disputas debaixo do maior sigilo e da maior hipocrisia. Inegavelmente, ela enchia a cidade de Corumbá, onde todos eram parentes e onde todos se respeitavam mutuamente, a des-

peito dos pequenos desrespeitos, das pequenas, mas não graves más ações, perfídias, traições, desavergonhamento e essa imensa gama de qualidades e defeitos constituintes do ser humano.

Acho que meu pai fez de minha mãe sua janela para o mundo, e isso agravou seu retraimento. Marieta ainda vive, fará 94 anos agora nesse fim de fevereiro de 1989, lúcida e ainda trabalhando.²

ALBERTO MARIA — eis o nome de meu irmão mais velho. Puxara muito ao temperamento da mãe. Gostava de estar entre pessoas, amigas ou não, tinha um grande prazer de viver, relacionava-se facilmente com os diversos temperamentos, opinava com desembaraço, falava coisas convenientes ou não, fazia o que lhe aprazia, era um grande mentiroso, naquele sentido de que dava aos fatos a versão maravilhosa que lhe ditava a fantasia ou a imaginação ardente. Detestava leituras e escritas e amava a vida livre, divertimentos, tudo que se movesse rapidamente (cavalo, motocicleta, automóvel, avião); gostava de enfrentar a correnteza de um rio cheio, ou nadando ou tripulando um barco. Quando tínhamos oito anos, apareceram na região os primeiros automóveis, numa paisagem em que os únicos veículos de rodas eram os pesadões carros de boi. Ele era

² Veio a falecer no dia 27 de novembro de 1990, em consequência de uma queda no dormitório, em que feriu a cabeça.

doido por automóveis e sempre que podia entrava neles, remexia e provocava mil atrapalhões, especialmente desagradava imensamente os possuidores dos carros, gente cheia de manias e que se sentia muito importante pela simples guarda do veículo. Deu muito trabalho a meu pai que não gostava de complicações de espécie alguma. Também deu trabalho a minha mãe, pois bem cedo começou a envolver-se em apertados namoros ameaçadores de casamento, perigo que devia ser evitado enquanto o jovem não contasse com alguma renda segura. Cada namoro era um perigo de se ver a família aumentada de mais uma boca — a boca da noiva. Graças ao desenvolvimento das glândulas sexuais desse meu irmão, muitas foram as almas do purgatório que subiram para o céu, tantas eram as promessas e as orações de minha mãe.

Também desde cedo se encantou com o turíbulo que era balançado na frente do altar-mor durante as cerimônias religiosas. E tanto brigou e tanto fuxicou que se fez o turiferário. E com o turíbulo pintava o diabo. Balançava-o com tamanha força que certo dia atirou uma brasa acesa entre o colarinho duro e o pescoço de nosso tio, o honestíssimo coronel da cidade. Foi uma tempestade, não tanto pelo que protestou meu tio, mas pelo que de escândalo, de desrespeito, de absurdo que tal acontecimento suscitou sobretudo nos mais bajuladores ou conservadores. Mas Alberto prosseguiu, soberanamente sacudindo seu turíbulo furibundo até

que por um triz não incendeia a igreja ao deixar descuidadamente o turíbulo aceso no tapete da capela-mor. Essa derradeira façanha lavrou sua sentença de morte como turiferário, mas o promoveu a sineiro da igreja, onde também prometia derrubar a velha torre com o exagero das badalações. Vivia no meio da rapaziada, tocando violão, participando de grupos de briguentos que se desafiavam e se engalfinhavam, por várias vezes levou grandes quedas de cavalo ou de algum trapézio, quando imitava o palhaço: foi trazido para casa como morto por mais de uma vez. Estava sempre de castigo, estava sempre também sofrendo reprimendas e mesmo alguns tapas; estava sempre me envolvendo nas suas complicações, pois eu fora nomeado a consciência de Alberto, mas ele muitas vezes me seduzia com suas fantasias, as coisas não saíam bem e eu me sentia profundamente humilhado ou arrependido pelo não cumprimento do dever imposto por meus pais.

Desde cedo pretendeu trabalhar e ganhar dinheiro, empregando-se com alguém ou em Corumbá, ou em Goiás, onde estudávamos. Nós, porém, éramos da elite, tínhamos um antepassado general e conde, tínhamos aquele famoso minerador riquíssimo que trouxe de uma só vez, da Bahia, 260 escravos e com eles duas imagens do tamanho natural, uma do Senhor do Bonfim para a igreja de igual nome que fizera construir em Pirenópolis e outra de Nossa Se-

nhora da Penha de França, para a igreja de Corumbá. Portanto, só podíamos ser comerciantes ou funcionários públicos, muito embora comêssemos arroz e feijão bichados e passássemos a maior parte do tempo sem ver carne nas refeições. Para, pois, encher o tempo, meu irmão inventava mil artes: organizar grupos de brigas, freqüentar as casas de jogo de bilhar e sinuca, consertar relógios e máquinas, ludibriar os porteiros dos cinemas e circos, maquinando métodos não apenas de entrar sem pagar, mas até de conseguir bilhetes de entrada falsos que vendia ao público.

Foi por essas alturas que, tendo a família ido a Goiás visitar meu avô, lá ficamos para estudar. Voltaram para Corumbá apenas meu pai, minha mãe e minha irmã; sensível como era, minha mãe passou a achar a casa um deserto, morta, com a filha estudando na escola municipal, com meu pai trancado na sua lojinha e com a empregada Rosa mexendo no quintal. Era tempo de início de quadra chuvosa, após seis meses de rigorosa estiagem, de dias encobertos de nuvens, com trovões saudosos rolando nos longes, com a vegetação reverdecedo-se após os longos meses de seca que esturricavam tudo: pássaros cantando no cio, animais agitados na faina da perpetuação da espécie. A menor coisa, o menor acontecimento trazia à memória de minha mãe a lembrança de nós. Ia pegar uma tesoura e a via com uma das alças quebradas, resultado de uma proeza de Alberto. Minha mãe

costumava cortar nossos cabelos aos domingos de manhã. Numa dessas vezes, o Alberto tantas aprontou, que minha mãe, irritada, deu-lhe um golpe na cabeça com a alça da tesoura e a alça se quebrou. Cabeça tão dura que apenas um pequeno galo cresceu! Ali adiante estava um velho carro que meu irmão construía com enormes dificuldades, vencendo os ralhos e as proibições do pai — tudo entristecia minha mãe. Por fim veio a chuva, chuva braba, uma ventania dos diabos que obrigou minha mãe e Rosa a queimarem palha benta em Domingo de Ramos. Felizmente que a tribuzana passou logo e minha mãe saiu ao terreiro. Ali chegando, caiu em prantos. É que no chão, todo molhado, jazia um livro de estudos que pertencera a Alberto. Minha mãe tomou-o, aconchegou-o ao seio e deixou as lágrimas rolares ao sabor das recordações. Esse livro era o tormento de meu irmão: uma gramática portuguesa de João Ribeiro, que meu pai exigia fosse muito bem aprendida, mas que meu irmão odiava e na qual jamais aprendia nada. Debalde minha mãe o ensinava, debalde ele musicava as lições para melhor as decorar, mas na hora de dar a lição a meu pai, como meu pai não aceitava a música, meu irmão esquecia a prosa e lá vinha o castigo, lá vinha a grande arma de meu pai que era nos ameaçar com o futuro. Que nós seríamos umas pessoas ignorantes, preguiçosas, que não ganharíamos dinheiro e iríamos viver na maior pobreza, desprezados de todos,

sem acesso a qualquer festa ou a qualquer lugar de luxo, enquanto que outros meninos como nós eram inteligentes, faziam isso, faziam aquilo. Ao fim de vinte minutos de um discurso tão desgraçado, nós nos sentíamos os seres mais incapazes, mais desgraçados de toda a face da terra, começávamos a chorar e entrávamos num processo de desânimo de que a custo minha mãe e Rosa conseguiam nos reabilitar. Pois era lembrando tudo isso, o coração apertado de remorsos e sobre ele apertando o azorrague daquele livro tão odiado — eram tais recordações que faziam minha mãe chorar.

Mas como diabo apareceu ali aquele livro naquele momento?

Certo dia, quando eu e Alberto voltávamos da aula de meu pai profundamente amargurados pelos seus terríveis vaticínios, chegando ao quintal, subitamente meu irmão tomou a gramática, deu-lhe uma cuspidela e atirou-a violentamente sobre o telhado da casa, ordenando-me a contar nada a ninguém. Atirou o livro, e esperou que ele caísse novamente, mas isso não aconteceu. Aí, encafifados, subimos a uma árvore e tentamos localizar a gramática. Inútil — o livro desaparecera. Então fomos para o outro lado da casa, para a outra aguada do telhado, examinamos e nada.

Daí para frente foi a labuta. Meu pai exigia a famosa gramática e meu irmão dizia tê-la deixado na mesa da varanda, mas ali ela nunca fora vista. Meu

pai desconfiou que minha mãe para proteger o filho tê-la-ia ocultado, mas minha mãe negava qualquer interferência. Quanto a mim, nem peixe, nem carne — o problema não me dizia respeito.

Assim Alberto se viu livre do estudo da gramática, mas não se livrou do problema de seu desaparecimento. Passou o tempo, fomos para Goiás, lá nossa vó exigiu que entrássemos para o Liceu, nossos pais voltaram e naquela tarde de setembro de muito vento e algum chuveiro, eis que a gramática apareceu no terreiro, requeimada de sol e poeira, encardida e desbotada, bastante molhada e com aspecto desolador.

— Caiu do telhado —

HILDA ou ELZA — a cacula dos irmãos. Com ela tivemos pouca convivência primeiro porque era mais nova do que eu cinco anos; segundo, porque quando ela chegava aos três/quatro anos eu fui morar com meus avós em Goiás durante mais de ano; terceiro, porque a partir de 1928, estando ela com oito anos, passamos a viver em Goiás, longe de sua companhia; quarto, porque a família mantinha a mais severa separação entre homens e mulheres, mesmo em se tratando de crianças.

Pessoa equilibrada, trabalhadeira, muito bonita, tinha enormes pendores literários, escrevendo poesias, contos, crônicas, notícias de jornais, atividades que não rendiam dinheiro; ao mesmo tempo, para obter dinheiro, trabalhava como fotógrafa,

fazia costuras e bordados, cozinava. Logo passou a trabalhar nos cartórios como datilógrafa, e mais tarde como escritã e tabelioa. O senso de cumprimento do dever na profissão e a preocupação de contribuir decisivamente na manutenção dos pais, afastou-a da literatura e do casamento. Muito ajuizada, religiosa e equilibrada, sempre foi pessoa alegre, convivente, como seria natural numa jovem, entretendo namoros, freqüentando bailes e festas, declamando poemas em festividades etc... Com vinte anos mudou-se para Goiânia, para onde mais tarde trouxe os velhos pais, em cuja companhia residia, trabalhando em Cartório e depois ingressando, por concurso, na carreira de assistente social, na qual alcançou altas graduações, conquistadas por sua inteligência viva e por sua incansável diligência.

Depois da morte de meu pai, transferiu-se para Brasília com minha mãe, enfrentando ali uma dura vida cheia de privações, não só pela precariedade do ambiente, como pelo baixo salário; mas, vencidos os primeiros tempos viu-se compensada.

Durante muitos anos, desde sua mais verde juventude, manteve um Diário, que escrevia todas as noites, depois que a família se recolhia à cama. Diário minucioso, cheio de observações sensíveis e inteligentes que constituem um documento do mais alto valor.

ROSA — foi pessoa importante, sobretudo na minha

vida. Mais velha do que eu não sei bem quanto, talvez oito anos, foi para casa de meus pais com cerca de oito ou dez anos de idade, vinda da roça, onde vivera. O motivo de sua vinda foi porque a mãe, de nome Apolinária, morreu de febres e o pai encontrou dificuldades em criar a ela e outro filho. Era de um branco amarelado, de cabelo alourado e anelado, nariz meio chato, de ventas abertas. Por parte de mãe tinha sangue de índio. Nem feia, nem bonita. Nunca pude enxergá-la como possuidora de um sexo qualquer, para mim era assexuada.

O espantoso é que quando saiu da roça, em tão tenra idade, tinha um imenso estoque de conhecimentos da vida rural. Seu pai não era vaqueiro e sim lavrador, profissão que faz os homens mais sedentários e conservadores, com uma cultura mais regionalizada, pois o lavrador nunca viaja e pouco freqüenta centros urbanos. Conhecia muitas estórias populares, desse velho populário ibérico da Moura Torta, Pedro Malazarte, Príncipe Dom Duardo, história da Carochinha, do Trancoso, de Roberto Diabo, Branca de Neve, Joãozinho mais Maria e tantas outras do terrível trágico. Sabia da força da lua na natureza das plantas e dos bichos, conhecia hábitos de animais silvestres e as variadas estórias folclóricas, sabia decifrar o enigma do tempo pelo rumo e jeito do vento, pelo calor e luminosidade atmosférica, sabia infundadas estórias em verso, que cantava afinadamente e de cor. Sa-

bia da hora e da vez que as plantas floresciam, frutificavam, amadureciam. Sabia da lua certa para plantar e colher o que dava frutos no ar ou crescia raízes e batatas por baixo da terra. Era senhora das mangabas, cajus, muricis, gravatás, araticuns, gabi-robas e tucuns. Conhecia pássaros e aves com seus cantos, plumagens e poderes mágicos. Rosa era uma mulher muito sábia, excepcionalmente sábia. Ela sabia que a onça tem um pigarro e que estala as orelhas como se quebrasse graveto, quando está de tocaia.

Contudo, Rosa nunca aprendeu a ler e escrever. Quando chegou para nossa casa, minha mãe era professora estadual e começou a ensinar-lhe. Debalde. Deixando a escola, meu pai tentou ensinar-lhe inutilmente. Aí, sucessivamente, eu e minha irmã tentamos ensinar, mas ela continuou analfabeta. Como explicar o fenômeno? Talvez a variedade de métodos, todos inadequados. Por sinal, meu pai sempre fora mau professor, querendo que o aluno aprendesse num só dia a cartilha inteira; menos má, minha mãe tinha contra si a imaginação que não lhe permitia repetir nada.

No lugar ficou famoso um acontecimento. A pedido de seu irmão, o honesto coronel, meu pai começou a ensinar dois de seus filhos: geografia, aritmética, português, história. Uma das primeiras lições foi sobre o Descobrimen-to do Brasil, durante a qual meu pai explicou que, ao tempo, o povo português era um dos mais cultos do mundo, dominan-

do perfeitamente a arte de construir barcos, manobrá-los e fazê-los viajar pelos mares, oceanos desconhecidos e povoados de terror. Falou da inteligência portuguesa e do arrojo de seus marinheiros e soldados.

Passada uma semana, meu pai foi conferir o aprendizado dos alunos e pediu a um deles que falasse do Descobrimen-to do Brasil. Naturalmente que o jovem procurou reproduzir o enaltecimento feito por meu pai a Portugal e a portugueses, mas teve amarga decepção. Tomado de verdadeira fúria, meu pai discor-dou completamente do aluno e fez uma larga dissertação, provando que o povo português nem mesmo existia, não passando de uma província de Espanha, com pretensões a possuir uma língua que não era outra coisa que o Castelhana afrancesado, que se houvera alguma grandeza em Portugal isso se devia à partici-pação dos judeus ali residentes, com cuja expulsão o país se transformou numa verdadeira casa de orates; que o Descobri-mento do Brasil fora mero resul-tado de um erro de Pedro Álvares Cabral, que perdeu o rumo das Índias, para onde se destinava, isso, se se não quisesse aceitar que o Brasil já era conhecido quando navegadores espanhóis e franceses, alguns anos antes, haviam chegado à foz do Amazo-nas. A confusão foi geral e não tardou que meu tio retirasse os filhos de um professor tão inimigo de nossas fontes de cultura e de nossas heróicas origens. O que o pai dos alunos não sabia era que

meu pai reformulava a opinião ao sabor das leituras. E a última era anti-lusitana.

Mas se Rosa nunca aprendeu a ler e escrever, aprendeu tudo mais. Quando morávamos com nossos pais, à noite, a partir das 6/7 horas, meu pai metia-se na cama, na sua alcova, e nós ficávamos na varanda (assim era chamada a sala de jantar). Minha mãe fazia alguma costura, Rosa catava o feijão carunchado ou fazia uma eterna colcha de retalhos. Meu pai então começava a nos ensinar ou a perguntar sobre lições que ele nos passara de antemão. Envolvia nisso conhecimento sobre geografia, história, matemática, língua portuguesa, um pouco de francês, latim, literatura e arte, nomes famosos e porque eram famosos, sistema solar, jornais do Brasil e do mundo, religião etc... Eu e meu irmão tínhamos péssima memória, mas Rosa sabia quase tudo, para nossa tristeza, pois estava aí uma bela oportunidade para meu pai desandar nas suas previsões de pobreza, infelicidade, ignorância para nós, os seus filhos, maus presságios, mau agouro, vaticínios que acabavam por nos levar a um estado de completo aniquilamento, sentimento de culpa, remorso, vontade de sumir do mundo, desaparecer. Minha mãe interferia, formulava seu protesto na defesa dos filhos, punha fim àquela chatura de querer estudar de noite, hora de descansar. Rosa que fosse tratar de arrebenatar alguma pipoca para que pudés-

semos comer no café. "Arre!" — bufava minha mãe.

Rosa era geniosa, teimosa e pertinaz. Como não se sabia o dia de seu nascimento, foi registrada como nascida no dia em que chegou a nossa casa — dois de maio. Nesse dia fazíamos-lhe uma festa, dávamos presentes, como também se procedia no aniversário de todos nós.

Rosa me deu os mais belos presentes: um canivete roge ótimo para descascar laranjas, uma bola de borracha grande, dentre os de que me recordo: eram brinquedos, num tempo que menino só ganhava coisas úteis, como roupa, livro de estudo e outras chatices.

Grande parte das coisas que foram minhas estórias são fruídas da sabedoria e da imensa cultura de Rosa. Até uma estória tentando reconstituir a pessoa da Rosa.

Dizia minha mãe que Rosa era respondona, ingrata, hipócrita e que, às escondidas, comia o que de melhor havia na dispensa da casa, queijo, doce, frutas, grande parte da carne escassa, abusava do toucinho tão regrado. Aliás, o queijo era um alimento muito regrado. Para que escravos, serviçais e meninos não acabassem com ele, existia uma superstição: menino que comesse queijo ficava rudo, isto é, ficava burro, não aprendia as coisas. Rosa era exemplo vivo. Meu pai era homem econômico, seguro, como é todo sertanejo e como não podia deixar de ser alguém que tivesse tanta dificuldade em ganhar dinheiro. Assim,

na nossa casa as coisas eram poupadas. Os mantimentos fornecidos por ele tinham tempo determinado de duração. Se acabassem antes do prazo, nós que nos lixássemos, que ele raramente fazia suprimento. Era, pois, uma campanha diária para equilibrar as rações. Por isso, não tínhamos animais dispendiosos como cachorros. Tínhamos gato.

E Rosa ganhou um gato, a que deu o nome de Rubim, com o *i* anasalado. Meu pai implicou, que o certo seria Rubi, com o *i* não nasal, que Rubim era linguagem do povo, de gente atrasada, mas Rosa bateu o pé: era porque era Rubim e não fosse não queria o gato.

Conversa vai, conversa vem, minha mãe toma o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, edição de 1881, que meu pai vivia manuseando e vê lá que rubi e rubim são a mesma coisa, ambas as formas corretas. Meu pai admirou-se e recorreu ao *Dicionário Moraes*, edição fac-similada de 1922, onde rubim era tida como a mais corrente; para um confronto final recorre ainda ao Jayme Seguíer que acabava de adquirir e lá igualmente rubim estava preservado. Assim, o gato escapou da primeira ameaça, crescendo viçoso, bonito e se transformando num grande conquistador de gatas, evidente, enchendo as noites noitíssimas da terra com barulhos, miados, correrias que amolavam meu pai, obrigando-o a acordar e a se atormentar com os problemas econômico-financeiros. Meu

Deus, a falta de compradores! As duplicatas vencidas, os mantimentos esgotados, a carência das coisas, o dinheiro para os filhos que agora não moravam mais em casa dos avós!

De repente, o gato vira ladrão. Roubou uns míseros pedaços de carne da cozinha, roeu um queijo curado e aí tamanhas foram as reclamações que um dia Rosa não se conteve. Carinhosamente chamou Rubim acenando-lhe com um torresmo, pegou-o cuidadosamente, levou-o para o quintal e ali, na pedra de bater roupa, deu com ele diversas vezes na pedra, segurando-o pelas pernas traseiras, enquanto os olhos, as vísceras, os miolos, sangue e pelancas saltavam para todos os lados. A cena apavorou meu pai, minha mãe e me deixou perplexo. Parece que entendi o gesto de Rosa. Eu também teria feito o mesmo se não fosse o ser vacilante e covarde em que havíamos transformado as censuras e repressões familiares. As longas e repetitivas reclamações de meu pai com toda a ladainha de desventuras e fracassos futuros que nos aguardavam ao longo da vida, eram coisa de desesperar.

O gesto de Rosa teve um enorme significado para mim. Passei a perceber que eu recebia as coisas do mundo de forma demasiado passiva, com renúncia e resignação, o que me levava a uma atitude de indiferença ou de covardia perante a vida. Minha conduta estava errada. Eu preferia não criar problemas domésticos até o momento que pudesse deixar a casa paterna e conseguir

um meio de vida. Mas enquanto não chegasse tal momento, deveria submeter-me conformisticamente às condições determinadas pela família. O caso de compra de carne era exemplar. Ora eu, ora meu irmão íamos comprar um quilo de carne, apenas um quilo, que deveria durar por três dias para uma família de seis pessoas. A carne comprada era coxão mole, também chamado popão, por ser mais maciça (muxiça) e assim render mais. Meu pai exigia que o quilo viesse sem muxiba ou partes inaproveitáveis, exigência que transmitíamos ao açougueiro que não aceitava a reclamação, incluindo muxibas, ou preferia não vender nada, criando problemas para nós. Caso aceitássemos um pouco de muxiba, algumas vezes meu pai nos obrigava a devolver a carne e receber o dinheiro de volta, atitude que ninguém na cidade assumia e que nos criava uma situação embaraçosa e constrangedora que muito nos amolava. A verdade é que para meu pai, nunca estava certo e merecedor de aprovação (não digo elogio, que isso seria exigir o impossível) o ato que praticávamos.

Agora, pois, percebi que não tinha coragem de externar minha vontade, nem minha convicção, como fazia meu irmão. Enfim eu era perfeito “maria-vai-com-as-outras”. Rosa era um exemplo. Não tinha onde cair morta, não tinha ninguém para lhe dar apoio. O pai raramente aparecia e era paupérrimo. Se meu pessoal resolvesse mandá-la embora, não teria para onde ir, nem para quem apelar. No en-

tanto, havia em Rosa arcanos intocáveis de dignidade, de valentia, de convicções, não importa que certas ou erradas; o importante, o indispensável é que tinha lá suas próprias opções, suas próprias convicções, e por elas lutava com bravura. Rosa sabia afirmar-se perante o mundo com sua personalidade!

A partir desse fato comecei a reagir contra minha indiferença, contra a minha covardia, procurando interessar-me pela vida, pelo mundo, pelos seres. Que eu ficasse vermelho, mas contasse o caso que quisesse contar; que mexesse ridiculamente a boca, mas risse com a liberdade com que devesse rir ou falasse com a desenvoltura, com a firmeza que tinha o direito de exercitar. Se fosse preciso, que brigasse, que xingasse, que desse pontapés, que exercesse o sagrado direito de ter uma postura, de externar os sentimentos que me atormentavam. Não deveria aceitar como infalível a teoria de meu pai de que era vergonhoso proceder de acordo com os sentimentos, nem a teoria de minha mãe, para a qual era preferível ver um filho morto a ver um filho assassino.

Não era fácil pôr em execução essa maneira de comportamento, depois de 14 ou 15 anos de praticar justamente o contrário. Contudo era uma deliberação da maior importância para a afirmação de minha personalidade.

Lembra de algum episódio, gostoso ou dramático, deste primeiro período de sua vida?

Quanto dessa vivência está presente em seus escritos?

B.E.: Talvez tenha dito antes. Nossa vida era monótona, nada acontecia senão mornamente. Havia pequenas rixas entre parentes que eram abafadas pelo receio de escândalo, rixas que se tornavam mais incômodas, mais constrangedoras e perturbadoras pela estreiteza do ambiente social e pelo íntimo contato imposto pelas normas de comportamento. Afinal, éramos classe dominante, devíamos dar exemplo de bom comportamento e educação, sobretudo era preciso demonstrar união no grupo familiar. Nós Fleury Curado entendíamos que o Estado de Goiás, que o Brasil, eram parte de nós mesmos, e a primeira coisa a fazer era preservar a Nação. Formando um dos primeiros grupos de povoadores, tornávamo-nos a própria Pátria. Por essa compreensão, certamente erradíssima e absurda, vivíamos como que aprisionados, cercados pela vigilância, maldicência dos que não eram de nosso clã e que estavam prontos a cair sobre nós e nos liquidar ante o primeiro sinal de erro ou de fragilidade. Eu sempre senti nos envolver uma atmosfera de perigo iminente. Certa vez, conversando isso com um parente, ele me respondeu que essa insegurança era herança de nossa origem judaica, donde provinham tanto João Ramalho como os Leme (bandeirantes) e os Curado (quem sabe?), nome identificado como de origem árabe. Tudo que se fazia era como um palco, em função do julgamento dos que nos cercavam e que eram nossos

inimigos, pelo menos em potencial.

Por isso, nada aconteceu de grave ou de desagradável em minha vida, a não ser em escala reduzida. Não sei se seria verdade ou seria minha maneira de ver as coisas.

Há, porém, um fato de que ouvi falar assim por alto, nunca tive consciência plena dele, mas é acontecimento que sempre me acompanha na existência e cuja lembrança bastante viva até hoje me persegue em rápidos *insights*, em visões-relâmpago ou nos pesadelos. Eu muito pequeno, talvez com três ou quatro anos de idade, sozinho em cima de uma plataforma rodeada de muitas caras agressivas rindo às gargalhadas, enquanto um homem forte, louro, gordo, de chapéu na cabeça, tenta ferir-me ou matar-me com uma comprida, larga e afiada faca rebrilhante. O desamparo me horroriza. Sinto, percebo que todos os medos e traumas de minha vida procedem desse terrível medo antigo. Lembro de comentários vagos, cujos pormenores o medo e a vergonha me impediam aprofundar. Um rapaz metido a fanfarrão chamado Nego de João Alves, de uma família de fazendeiros ricos, produtores de açúcar, café, toucinho etc. que vinha às festas da cidade vez por outra, um dia de festa, talvez Semana Santa, talvez festa do Divino Espírito Santo, havia-me pego e no meio da roceirama vadia naquele dia santo, me aterrorizou com uma faca ameaçando capar-me. Fora apenas uma brincadeira desse brutamontes para

divertir os conhecidos ociosos na porta da igreja.

Há outra cena assim nebulosa em minha sensibilidade. Uma criança, diziam, estava morrendo por se haver sufocado com uma pétala de rosa. Era uma família preta; o pai, filho de escrava. Todos choravam aos berros, correndo ao redor da agonizante. Do lado de fora do rancho, cercado por inúmeros cachorros que mordiam e feriam, havia uma cachorra amarrada que latia e gania dolorosamente, de forma ininterrupta, dia e noite. Diziam-me que a cadela ou tinha dificuldade de parir ou chorava de dor porque os cachorros machos, muito maiores do que ela, metiam-lhe o pênis brutalmente. De mistura com tais representações mentais, havia o sino da igreja batendo a mortos, proclamando o falecimento de mulheres que haviam perecido de parto: crianças atravessadas, crianças excessivamente grandes, mulheres doentes que não deviam nem podiam engravidar, mas resistiram ao amor ou ao assédio impiedoso dos homens. Contavam terríveis casos de moças que se haviam emprenhado antes do casamento e por isso foram mortas pelos pais ou irmãos ou condenadas a humilhantes expiações eternas. As pessoas ficavam vigiando a estrada que descia pelas ribanceiras que circundavam a cidade e comentavam quando aparecia o cortejo carregando o morto numa rede: — *“Lá vem o corpo”*. Eu ficava horrorizado. *“Lá vem o corpo”*. Será que se amputava a cabeça aos mortos? Mas isso eu não podia nem devia perguntar. Era de mau preceito fazer per-

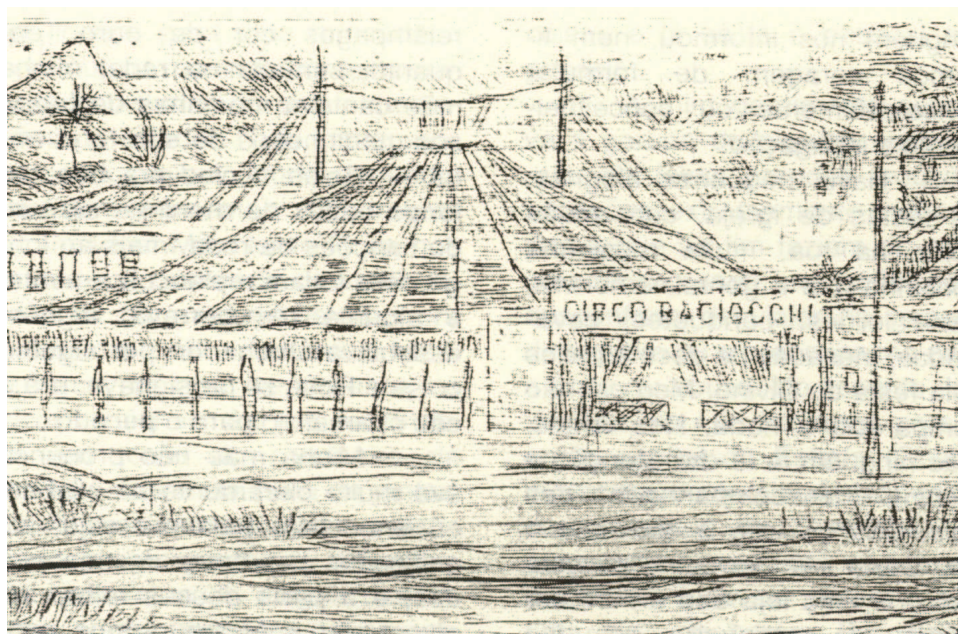
guntas e de muito mau preceito os adultos explicarem certas coisas às crianças. Também havia tempestades que atiravam ao chão dezenas de filhotes de andorinhas ainda implumes, que se chocavam no beiral da igreja, filhotes que piavam tristemente com seus largos bicos rasgados, frutos de amores pecaminosos na igreja.

O resultado é que por muito tempo, para mim, amor, ato sexual, conjugação carnal era um misto de dor e prazer, algo ligado a crime, vergonha, ato proibido e motivador de castigos e condenações as mais desgraçadas — enfim, pecado, pecado!

Entretanto, nem tudo era tristeza. Havia a manhã belíssima, meu pai, minha mãe, meus irmãos tomando café e comendo farinha de milho. O sol era uma labareda, o verde tingia tudo, gotas de orvalho irisadas brilhavam como estrelas, pássaros cantavam, havia flores, muitas cores e misteriosos besouros dos mais impossíveis coloridos e formatos — tudo era magia, tudo era encanto até que o cansaço me obrigasse a cochilar.

Havia o circo. De repente, na cidade onde nada acontecia aparecia aquele grupo de pessoas. O palhaço de cara pintada, montado para o rabo do cavalo que era muito bem arreado.

Havia tocadores de bombos, cornetas, a mulher gorda demais, saltimbancos e pelotiqueiros. A cidade inteira iria ao circo, que diziam era uma maravilha. Meu pai teria dito que detestava circos, sobretudo circos vagabundos que vinham parar num fim de mundo como Corumbá! Já vira no



Rio, São Paulo, Manaus, Recife, Belém os melhores circos do mundo. Não. Meu pai não iria ao circo. Nem ninguém de nossa casa iria ao circo.

A tristeza foi completa. Todos choraram às escondidas, inclusive minha mãe, pois meu pai detestava choradeiras. Isso era coisa de escravos. Ficava bem na morte do pretinho nosso vizinho, mas não entre seres civilizados. Não se devia nem rir nem chorar desbragadamente.

Rosa foi a única a esbravejar, a dizer que iria ao circo quer meu pai consentisse, quer não consentisse. Fechou a cara, negou-se a fazer o jantar, criou um ambiente tenso, mas acabou não tendo como ir ao circo. Quem lhe pagaria o ingresso? Uma menina, a menina criada por seu Erico sozinha no circo! Meu irmão engoliu as lágrimas para na sessão de domingo à tarde, com outros meninos, entrarem por baixo do pano e depois nos con-

tar as maravilhas que vira e que imaginava ter visto. O circo ficou uma longa temporada na cidade, tão longa que não houve ninguém que não o houvesse visto. Vieram famílias das fazendas circunvizinhas, vieram pessoas das cidades mais próximas, que disputavam glórias e famas com Corumbá, a temporada foi um sucesso e parecia que o circo jamais se mudaria, até que um dia — pronto! Arrearam as toldas, desceram os dois grandes mastros, desmontaram trapézios, cadeiras e circumbancadas, transformando-os num montão informe de pano e paus que dois carros de bois lentamente levaram não sei para onde. Por muito tempo ficou a fama, a repetição das graças e ditos do palhaço; ficou também nossa imensa decepção de não haver visto o primeiro circo de nossa vida, de si tão cinzenta. Por que somente nós não fomos ver o circo? Seríamos melhores ou piores que o resto do pessoal?

Ninguém nos informou, nem tivemos coragem de formular conscientemente ou conceitualmente a indagação.

Havia pequenas alegrias. As festas de igreja, com muita gente na rua, muita roceirinha bonitinha que a gente namorava, havia leilões, banquetes, cavalhadas, mesadas de doce e bailes pela festa do Divino. Meu pai não comparecia a nada. Nós íamos, mas ninguém ia lá dar atenção a menino desacompanhado dos pais. Criança vale o que vale o pai. Certa vez um velho parente dono de uma loja deu a mim um chapéu de marinho, com fita caída nas costas, e deu a meu irmão um pequeno chapéu de abas curtas; isso sem que nós pedíssemos, sem que nós o conhecêssemos melhor. Ficamos muito contentes e, às escondidas, dormimos com os gorros na cabeça. Que o pai não visse!

Corumbá só teve uma péssima luz elétrica em 1923, quando também entraram para aí os primeiros automóveis. Até então, os únicos veículos possuidores de roda eram os pesados carros de bois. Não havia carroças, carruagens, nem cabriolé, nem tîlburis. Outrora houvera cadeirinhas e palanquins para transporte humano, mas eles acabaram com a escravidão.

Como a cidade estava posta num vale profundo, a noite caía em bloco; e quando não havia lua e o céu não era limpo, a escuridão era total. Uma coisa que me dava prazer àquele tempo era ficar na porta do quintal da casa olhando a noite rasgada por

relâmpagos cor de ouro, enquanto, sentada na rede, minha mãe cantava modinhas de famosos modinheiros de sua terra natal — Goiás. A voz era boa, ao longe vozes de meninas cantando canções de roda, mais ao longe cães latiam melancolicamente, e alguma rês berrava, alguém assobiava chamando por alguma coisa e Rosa se persignava: era o cão chamando para o pecado.

Minha mãe não pronunciava muito claramente as sílabas, ou enunciava palavras cujos significados me eram desconhecidos, e a partir dessas falhas eu compunha a minha própria canção narrando estórias fabulosas, geralmente trágicas, como as que Rosa nos narrava, de mortes e assombrações, de feiticeiros e fadas miraculosas, as inúmeras assombrações que moravam em cada recanto da casa, em cada beco, em cada esquina, com os quais éramos ameaçados a cada instante. Nossa educação era baseada no medo. Tudo era perigoso. Havia indígenas e ciganos que roubavam crianças e as escravizavam, furando-lhes os olhos ou arrancando a língua, touros e vacas bravios, cobras, onças e lobos que atacavam pessoas descuidadas. O rio era um perigo permanente por suas febres, por seus poços sem fundo, pela correnteza arrebatadora. Conseguir licença para tomar banho no rio demandava enorme trabalho de bom comportamento e de infidáveis promessas. Meu Deus, como era difícil chegar até o rio, entrar em suas águas cristalinas. Como era trabalhoso ob-

ter licença para uma brincadeira com outros meninos contemporâneos pelas ruas ou pelas imediações da cidade! Tudo ameaçava, tudo era proibido, tudo dependia de consentimentos dificilmente arrancados! Mais tarde Rosa nos reunia e à criançada da vizinhança para narrar suas histórias ora belas, ora profundamente tristes, até que meu pai se deitasse na alcova, minha mãe nos recolhesse em torno do candeeiro de azeite na varanda (sala de jantar) e se iniciasse a aula que consistia naquelas perguntas já referidas. Os momentos de alegria descuidosa eram raros. Meu pai os policiava com alguns refrões que em outros momentos ele criticaria como lugar-comum ou como chavões gastos. Mas nessas horas, diria: *“muito riso, sinal de pouco siso. Quem muito fala, dá bom dia a cavalo. O riso é véspera do choro. Não te alegres demasiadamente hoje para não teres que ficar demasiadamente triste amanhã.”*

De par com isso, havia alguns passeios a cavalo que eram muito agradáveis. Meu pai não tinha terras em Corumbá. Tinha por herança do avô uma gleba de mata rica em Jaraguá, mas era distante e nunca víamos tal terra. Não tendo terra, também não possuía nem vacas nem cavalos ou porcos, nem roça de mantimento, nem sela ou arreios. Para fazer um passeio tinha que tomar tudo emprestado e isso desagradava meu pai. Contudo, ao fim, ajudada por meu irmão, minha mãe conseguia arranjar as

coisas e lá se ia o pessoal em passeio.

A mim geralmente sobrava a garupa de alguém ou a tarefa de levar grandes trouxas, situações extremamente incômodas e que ao fim faziam do passeio uma grande amolação, pelo desconforto de viajar na garupa de alguém ou a preocupação com a mala ou trouxa. No assunto das viagens, as que fazíamos para a então capital do Estado (Goiás) mereciam destaque. A despedida dos parentes de Corumbá, os preparativos para uma viagem de cinco dias a cavalo davam a nós uma aura de heróis. Por algum tempo sentíamos-nos o núcleo das atenções. Por fim, saíamos, a cidade inteira de olho em nós e por cinco dias era aquele clima de piquenique.

Na viagem, 5 horas da manhã, com o escuro, pois era junho, todos estavam de pé, tomava-se café com biscoitos, já o arriero, meu pai e nós tínhamos trazido os animais do encosto, raspado, arreado. Arranjado o trem de cozinha nas buacas, recolhido redes, ligares, cobertas que serviram de cama, desarmada a barraca, acomodado o mantimento etc. E mal rompia o sol, já a tropa deixava o pouso, que era geralmente numa aguada baixa e fria, agora coberta de névoa da manhã.

E era romper chão, descer e subir ladeiras, vadear rios, transpor matas, cerrados, chapadões, o vento sibilando, os grilos grilando, até que o sol alcançasse o mais alto do céu — era meio-dia, os animais arfavam de can-

sados. Aí buscava-se uma aguada fresca, à sombra de árvores, parava-se, descarregava o arrieiro as bruacas com o trem de cozinha, os animais de montaria eram desarreados e soltos ali por perto num ressaco de mato, pois àquele tempo (1923) eram poucas as fazendas fechadas a arame e os animais viviam à solta. Aí, tratava-se de preparar o almoço: fogo feito, punha-se o arroz a cozinhar; o feijão que cozinhará a noite toda no pouso e fora posto numa lata fechada sem o caldo, era novamente posto na panela com água e levado para a trempe de ferro a ferver. A carne seca era metida no espeto e posta para assar, enquanto os ovos seriam fritos ou cozidos ou mexidos com farinha.

Dentro de uma hora o almoço estava pronto, todos comiam, as vasilhas eram lavadas, fazia-se o café, comia-se a sobremesa. O restante do feijão, novamente escorrido o caldo, era guardado na lata e metido na bruaca da cozinha. Do encosto, descansados e fartos de água, vinham os animais que eram arreados, as cangalhas postas e nas bruacas metida a tralha inteira, para até às 13:30 horas, quebrada já a soalheira, novamente a caravana ganhar caminho. Dessa hora em diante, salvo algum imprevisto, não mais se desmontava e de vez em quando servia-se algum doce ou biscoito como lanche e a viagem lá se ia até às 5 ou 6 horas da tarde, que nesse tempo o dia é curto, quando ou se aportava a uma fazenda para o pouso, ou a alguma cidade, ou

se atingia uma aguada, onde houvesse abrigo para os animais e ali passar a noite. Novamente os animais eram desarreados, uma barraca armada, o fogo aceso, as redes dependuradas, o feijão restante misturado com água e levado ao fogo, onde borbulhava o arroz, os animais eram conduzidos para um lugar seguro e por fim era servido o jantar. Muita vez, aproveitando o curso d'água, o pessoal tomava um bom banho antes do jantar. Com pouco, todos estavam deitados, enquanto no fogo borbulhava o caldeirão de feijão, para no outro dia estar bem cozido.

Para chamar o sono, à luz da fogueira e de alguns rolos de cera (fio grosso de algodão embebido em cera de abelha derretida e depois seca à sombra), alguém lia algum livro, as mulheres remendavam algum pano e os camaradas, isto é, o encarregado da tropa e seu auxiliar, que geralmente viajavam a pé, esses dedilhavam na viola alguma canção alegre ou melancólica. Em torno pássaros noturnos piavam, lobos uivavam e vez por outra alguma onça deixava nas cercanias as marcas de suas grossas patas, apesar dos cães dos camaradas sempre alertas.

A chegada a Goiás era outra festa. A cidade era muito maior, com prédios, ruas calçadas, bastante gente, lojas bonitas, luz elétrica, igrejas bem cuidadas. Na casa de meu avô havia muita gente, tocavam violão, cantavam. No dia seguinte a casa regurgitava de gente, era a parentela que vinha nos visitar e

mandava doces, biscoitos, vinhos e licores. Nós também saíamos para ver a cidade, íamos ao cinema, missa, à casa de parentes, pelas ruas desfilavam tropas do exército ou da polícia, tambores, cornetas, oficiais a cavalo.

Em 1923 chegamos a Goiás em pleno período dos festejos juninos; havia muita fogueira, muito mastro, muita cantoria e muita festa. Saímos com meu pai e ele comprou para nós calçados novos, livros escolares, cadernos, bolsas para livros e a seguir começamos a freqüentar o grupo escolar. Até hoje guardo na memória o cheiro bom dos lápis de cor e da bolsa para livros, que era de couro. Tudo novidade, os amigos novos, as novas brigas, pois na saída da escola sempre havia alguém esperando alguém para brigar. Juntamente comigo cursava o grupo escolar meu irmão mais velho e meu tio, ambos grandes brigadores que me punham segurando os livros, enquanto entravam em lutas, nas quais ora venciam ora eram vencidos. Se batiam, saíam perseguindo o derrotado a pedradas e eu tinha que segui-los também correndo; se apanhavam, saíam correndo escorraçados e igualmente eu tinha que segui-los, quando não me sobravam alguns cascudos. Podia a escola não funcionar algum dia, mas briga essa jamais faltava, no ponto certo, atrás da velha matriz arruinada. As brigas metiam-me medo, mas medo maior era quando chegava em casa. O irmão e o tio exigiam de mim que não contasse que houvera brigas

e minha avó, que eu dissesse a verdade. Geralmente, no fim, quem saía tomando uma repreensão de minha vó era eu, e isso criou em mim uma angústia tamanha que me fazia ir para o grupo escolar temeroso e já chorando. Também na escola, minha avó proibía tudo: não se devia conversar com os colegas, não se devia ir à privada ou mictório, não se devia beber água, não se devia responder malcriado à professora. Tantas as regras que eu vivia sobressaltado com o receio de sempre haver infringido alguma.

Felizmente que daí a dois meses meu irmão deixou o grupo escolar e voltou com meus pais para Corumbá; no ano seguinte eu estudava numa classe de horário diferente da de meu tio, acontecimentos que me deixaram menos aterrorizado pelas brigas e vadiações dos mais velhos. Contudo, a escola me deixava numa enorme sensação de angústia. Tinha constantemente a impressão de que alguma coisa eu tinha feito erradamente, e uma profunda sensação de desamparo, de vergonha de não sei quê tomava conta de mim. Entretanto, na verdade o que me atormentava era a aritmética. Somar, subtrair, multiplicar, dividir, números decimais, frações ordinárias me deixavam tonto, inseguro, sobretudo humilhado. Em todas as matérias eu era o primeiro da classe e isso me envaidecia; mas na aritmética eu era um fracasso e aí me sentia arrasado, culpado, com o orgulho abatido, e encontrava no choro uma saída. Aula de aritmética era

aula de choro, que mais aumentava quanto mais minha avó me repreendia e castigava. Infelizmente, os cálculos foram a minha derrota. Lembro-me que na loja de meu pai eu ficava embasbacado com as operações de compra e venda. Só muito tardiamente pude entender como é que uma pessoa chegava na loja com uma nota de dez mil réis (era a moeda da época), recebia um par de botinas e ainda meu pai lhe devolvia outra nota de cinco mil réis! Havia nisso tal confusão que me sentia tonto, como também me dava tontura fazer operação de dividir ou multiplicar. Tudo porque eu tinha medo e vergonha de dizer ao professor dessa minha incompreensão, pois meu grande empenho era seguir o preceito comportamental de que perguntar era falta de educação e era ato proibido.

Para compensar havia as cantorias. Ali cantava-se muito e as canções eram belas, fazendo-me lembrar as de minha mãe. No meio dos outros meninos, sentia-me seguro para mexer bastante a boca e para soltar livremente a voz. Eram canções patrióticas, hinos marciais. Uma beleza!

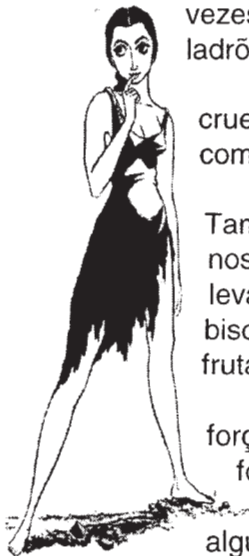
Quais as relações com seus pais? Qual o tipo de educação recebida?

B.E.: Já disse antes — o relacionamento com meus pais era muito formal. A eles não se contava nada do que afligia, ator-

mentava ou alegrava a gente, e também a eles nada se perguntava. Tudo se aprendia com os contemporâneos ou com os primos e serviçais mais velhos. Nossa educação era apoiada no medo, na hipocrisia, na quebra da vontade. Hoje percebo que as diretrizes educacionais provinham de duas fontes: o militarismo e a clerezia. Sustentava-se nos princípios da hierarquia, da obediência irracional, do respeito ao *status quo*, do império das regras já estabelecidas. Vamos descer a exemplos. Uma das práticas nocivas era a de não usar ou utilizar o que era bom. Nossa melhor mobília conservava-se fora de uso comum, numa sala fechada para gozo apenas de visitas. Ao receber as mercadorias para seu comércio, aquilo que apresentava defeito ou se estragava na viagem é que era tirado para nosso uso, da mesma forma como procedera o irmão de meu pai com a máquina de costura estragada.

Vivíamos numa economia de subsistência, onde imperava uma regra absoluta. Se uma pessoa matasse um porco para seu consumo, deveria repartir a carne com os amigos; de outro lado, quando um amigo abatia um porco também para sua alimentação, a mesma distribuição gratuita se procedia. Assim se mantinha a subsistência do grupo. Por semelhante regra, nós distribuíamos o melhor e o mais numeroso, caindo geralmente na falta do produto, isto é, deixávamos de comer para dar.

Nós, meninos, de rápido crescimento, padecíamos de uma fome crônica. Eu, por exemplo, vivia faminto, procurando de tudo para comer e encontrando em tudo barreiras de proibições. O horário de alimentação era inflexível. Fora dele nada se comia. Quando chegava a hora do almoço ou do jantar, eu já tinha as vistas escuras, sentia os membros lassos e algumas vezes cheguei a desfalecer. Era fome, falta de comida, mas isso não se podia dizer e de tanto procurar me convencer de que meu debilitamento não era inanição, passei a não entender sintomas de fome. Sentia aquele mal-estar geral mas não procurava alimentá-lo. Contudo, era esse estado de perene fome que gerava as faltas. A gente tirava comida e jogava a culpa nas crias da casa, nos criados, os quais passavam injustamente a ser vistos como ladrões, enquanto nós outros fingíamos de santinhos. Muitas



vezes os supostos ladrões eram castigados cruelmente até com a nossa participação. Também quando nos mandavam levar pratos de biscoitos, doces, frutas de presente, forçados pela fome crônica, tirávamos alguma coisa para comer; se por acaso alguém descobria ou desconfiava do pe-

queno furto sempre achávamos na nossa imaginação e inventiva um meio de culpar algum serviçal. Depois, analisando tais procedimentos, cheguei mesmo a admitir que nossos pais sabiam de tudo isso, mas faziam vista grossa, certamente habituados com uma prática herdada de gerações anteriores.

O mesmo procedimento era seguido com referência aos atos de libidinagem ou de lascívia praticados pelos jovens da família com os empregados jovens ou adultos. Se uma empregadinha, ou o responsável por ela, ousasse reclamar que estava sendo assediada ou seduzida por alguém ligado à família do patrão, a culpa era atribuída à empregada, a quem se passava o papel de corruptora de jovens. Na verdade, geralmente tais empregadas, espontaneamente, desempenhavam o papel de preceptoras eróticas, mas depois de já terem sido iniciadas e bem treinadas por pessoas adultas ou adolescentes. No meu caso particular, mantive namoricos e bolinagens com as serviçais, mas se um primo ou alguém fizesse a menor referência a isso, sentia-me ameaçado, humilhado e reagia com violência, agredindo geralmente a pobre da namorada.

Sobre o medo, disse antes que ele estava em tudo, impedindo as peraltices naturais da idade.

Das práticas educacionais prejudiciais, parece que a pior era a quebra sistemática da vontade. Depois, examinando a razão de tantas proibições, não encontrei

explicações plausíveis, senão como exercício para a quebra da vontade, como instrumento capaz de anular a iniciativa própria. Vejamos. Não havendo banheiros, por que se criava tanto obstáculo ao banho de rio? Não havendo comida o bastante, por que se proibia comer frutas tão abundantes nos quintais e que acabavam apodrecidas? Por que a proibição de brincar com outros meninos, de freqüentar casas de parentes, passear pelos arredores? Tudo era vigiado, tudo disciplinado, tudo regulado, regrado, desde o ato de urinar até o de um simples beber água. Censuravam e proibiam qualquer infração à rotina, ao secularmente estabelecido.

A hierarquia ditava tudo. O pai era o todo-poderoso; a mãe vinha como auxiliar e, nas famílias maiores, entre o poder do pai e o da mãe estava o do primogênito. No clã familiar a cúpula hierárquica era ocupada pelo mais idoso. A colocação das pessoas na mesa de comida obedecia à hierarquia, força que determinava também a seqüência da colocação das iguarias nos pratos. Fazia-se o prato começando pelo feijão, depois punha-se a farinha, a seguir o arroz, as verduras e por derradeiro a carne. Os mais velhos tinham primazia e eram infalíveis nos atos e nas opiniões. Eu tinha desenvolvimento físico maior do que meu irmão mais velho; como, entretanto, era mais novo, devia herdar-lhe a roupa e o calçado, que não lhe serviam por apertados. Por isso eu sempre estava usando coisas apertadas.

As festas de minha infância são dolorosamente marcadas pelo sentimento de pés ardendo em dores por causa do sapato pequeno e pelo constrangimento dos paletós de manga curta, botões que não abotoavam, calças apertadas, enfim a figura de um verdadeiro espantalho, que me deixava muito humilhado. Parece que a dor dos pés se associou definitivamente à noção de festa, de maneira que ainda hoje uma festa sempre me provoca mal-estar, sensação de que me sufocam. A obediência cega e a tirania da rotina provocaram em mim muita revolta.

Por isso, a partir de certo momento de minha vida, nasceu em mim uma profunda revolta contra essa educação errada e sobretudo inadequada ao seu tempo, diante do progresso emergente e das mudanças provocadas. Passei a perceber que os preceitos impostos pela nossa educação deviam ser praticados às avessas, pois nada daquilo que me ensinavam tinha aplicações na sociedade em que devia viver. Ensinaram-me a humildade e a modéstia, num mundo em que predominavam a arrogância e a audácia. Ensinaram-nos a caridade, a generosidade para com os mais fracos, quando a regra seria o egoísmo, a ambição, a ganância mais desbragada. Ensinaram-nos que não se devia desejar para o próximo o que não se desejasse para si mesmo, regra que anulou qualquer oportunidade de vitória ou êxito de vida, uma coisa e outra firmadas na competição profissi-

onal e na exploração dos mais fracos.

Essa educação apoiava-se muito também na ociosidade, na falta de objetivo ou plano, na ausência de deveres a cumprir. Geralmente tais princípios são impostos pela disciplina escolar, mas eu apenas cursei escola no grau secundário e mesmo aí os deveres eram inexistentes, ou eram determinados mas não cobrados, ficando o aluno livre da responsabilidade do cumprimento de qualquer tarefa. Havia, pois, uma indiferença geral, nada importando que uma tarefa proposta ou iniciada tivesse êxito ou não. Em verdade, até que atingíssemos a puberdade ou nos iniciássemos no desempenho de algum emprego, nunca tivemos uma obrigação, uma tarefa, um dever. Vivia-se na preguiça e ao deus-dará da existência. Não tínhamos responsabilidades a cumprir.

Aqui começa o problema do sexo. É preciso reconhecer que desde a mais tenra idade convivíamos com o sexo e sua prática. A cidade de Corumbá era uma fazenda dotada de igreja, cadeia, escola, correio e telégrafo, com muito gado solto pelas ruas. Ali todo mundo tinha gado, embora nem todos tivessem terra própria. Alguns criavam os animais no terreno público do município ou do Estado, até que os ricos adquirissem esses terrenos. Por força disso, desde cedo habituamo-nos a ver nas ruas bois macheando vacas, cavalos, éguas e jumentos, galinhas, galos e cachorros, tudo praticando

conúbio. Assim como os bichos amavam publicamente, também publicamente pariam e criavam as crias. Então, para nós o ato sexual era normal, e os mais velhos explicavam que também nossos pais assim nos geraram e assim nos pariram. Eis um lado positivo de nossa educação, se o conhecimento dessas funções não fosse considerado como falta de educação.

Desde cedo os jovens eram levados a manter relações sexuais com animais e aves domésticas, procedimento de que muito se vangloriavam. Havia a convicção do pecado, mas também se aceitava que Deus talvez nada enxergasse se o pecador se ocultasse em baixo de pontes ou copas de árvores densas. Depois de passada a fase de perseguição às éguas e jumentas, mais crescidas, os jovens passavam à perseguição das meninas, filhas dos ex-escravos ou filhas dos empregados e empregadas, as quais muita vez eram as primeiras a ensinar os jovens machos. Desse modo, bastante cedo a moçada daquele tempo, isto é, os homens da família estavam perfeitamente instruídos sobre o que era o amor.

As moças, essas eram severamente vigiadas, especialmente no tocante à convivência com os primos, uma vez que a regra geral era a de que *“primos e pombos é que sujam a casa”*. Talvez aí o zelo fosse excessivo, pois primo somente casava com primo, com o mais absoluto desprezo pelas leis da genética.

Quanto a mim, logo descobri as minhas falsidades, a minha covardia excessiva, e quis corrigir-me. Assim, descobri esses defeitos através da leitura de livros, também neles quis haurir os ensinamentos para me corrigir através dos tratados de psicologia que passei a ler furiosamente. Logo, entrei em conflito com a religião. O ato de contrição que devia rezar cada dia antes de dormir e ao me levantar da cama, dizia a certa altura “proponho firmemente, ajudado com o auxílio de Vossa divina graça, emendar-me e nunca mais Vos tornar a ofender”. No entanto, diariamente eu cometia pequenos pecados de furtar alimento, de mentir, de praticar atos eróticos. Isso criava em mim um profundo sentimento de culpa, de que resultou meu afastamento da Igreja Católica depois. Outro fato que me levou ao afastamento foi o descrédito de Deus. Eu tinha tanta fé, pedia com tanto fervor que me livrasse dos medos e do terrível mal de mudar de cor e de sentir vergonha por meus dentes! Entretanto Deus nunca ouvia minhas preces. Concluí por mim mesmo que pouco importava a existência ou não de Deus, se ele era inalcançável; o melhor seria valer-me de minhas próprias forças, utilizar as recomendações dos psicólogos e estudiosos tais como Freud, Havellock Elis, Renato Kehl. Foi o que passei a fazer, pelo menos com algum alívio.

Qual a “biblioteca”, as leituras de seus “verdes anos”?

B.E.: Na primeira década de minha vida, não houve nenhuma biblioteca. Meu pai possuía um baú grande de lata estampada (sobre fundo azul desmaiado, umas florinhas cor-de-rosa claro), no qual guardava alguns de seus livros. Poucos. E não se lhes tinha acesso, mesmo porque não nos interessavam. Que livros seriam? Romances de Eça de Queirós, romances de Machado de Assis, poesias de Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Cruz e Sousa e dos simbolistas portugueses, alguns clássicos como Pe. Vieira, Camões (*Os Lusíadas*, *Obras Líricas*), Bocage, Rodrigo Lobo. Possuía alguns volumes de história universal e nacional, dicionários de Caldas Aulete, Jayme Seguíer, *Enciclopédia Larousse Ilustrada*, as *Fábulas de Fedro*, em latim, as *Fábulas de La Fontaine*, em francês, que lia muito, gramática portuguesa, latina, francesa. Um livro que meu pai estava sempre lendo e relendo era *A Imitação de Cristo* e também um livro de orações e liturgia católica, reunindo textos do Missal e do Breviário, chamado *Goffiné* (Manual do Cristão), Rio de Janeiro, 1900. Possuía revistas portuguesas, francesas, norte-americanas e argentinas que lia sempre, não se falando das publicações nacionais com as quais andava em dia. Lia sempre ainda: *Précis de Philosophie* de M. E. Rabier e *La Philosophie par André Lefèvre*, ambos em francês.

Na primeira década de vida me lembro ter lido, por in-

sistência de meu pai, *Iracema*, de Alencar, *A Cidade e as serras*, de Eça de Queirós e *Correspondência de Fradique Mendes*, do mesmo autor, bem como *Memorial de Aires*, de Machado de Assis. Lia-se muito conto, dos mais diversos autores nacionais e estrangeiros, publicados nos jornais da época. Contos cujos autores não eram identificados na hora da leitura.

Também em Corumbá havia uma biblioteca pública constituída e mantida por uma sociedade de amigos, fundada em 1888. Raramente, nesse tempo, visitei tal biblioteca, onde li alguns livros, engraçados, como *Histórias de Troncoso*, *As Aventuras de Bertoldo*, *Bertoldinho e Cacasseno*, *Aventuras de Roberto o Diabo* e outros. Não havia literatura infantil; um meu primo assinava e nos emprestava o mensário *O Tico-tico*, talvez a primeira publicação infantil brasileira. Ao começar a ler, ganhei de meu tio padre um livro de leituras do barão de Macaúbas, Abílio César Borges, famoso educador brasileiro, livro feio, impresso em mau papel, com algumas gravuras em preto muito borradas. Até hoje guardo o aspecto desagradável do livro!

Quando fui para Goiás, em 1923, matriculei-me no Grupo Escolar da capital, talvez o único de todo o Estado de Goiás; era também a primeira vez que frequentava um estabelecimento de ensino. Aí quase não li nada. Lembro-me apenas das *Histórias da Carochinha* existente em casa de meu avô e de um livro para

leitura escolar, este enriquecido com ilustrações coloridas e interessantes, dentre cujas narrativas uma me ficou na lembrança. Era a estória de um inglês que percorria o sertão e tentava fazer alguma coisa às escondidas, mas era denunciado pelo canto do bem-te-vi, que dizia: "*Bem te vi! Bem te vi!*"

Posteriormente, já com quinze anos, pude ler boas coisas na biblioteca de Corumbá, tais como as obras de Shakespeare, Júlio Verne, *Os Mártires*, de Chateaubriand, tradução de Camilo Castelo Branco. A esse tempo (1931), quem zelava a biblioteca era o vigário da paróquia, monsenhor Chiquinho, santo homem, que fez nela uma devassa cuidadosa, extirpando Balzac, Flaubert, Zola, Dickens, Goethe, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Machado de Assis e muitíssimos outros autores por ele classificados como ou imorais ou contrários à religião. Data daí minha certeza de que a censura existe apenas para os bons escritores. Nesse tempo li também *As Aventuras de Telêmaco*, do prelado Fénelon, velha edição do século 18, em francês, que me deu muito trabalho por me faltar um dicionário bom de francês.

Como em Corumbá, em Goiás havia uma biblioteca — O Gabinete Literário — com um bom acervo de obras anteriores ao século XX, mas nunca o frequentei porque estava sempre fechado e porque meu pai recomendava não "perder tempo" com literatura durante o período escolar. Deveria reservar meu tem-

po para estudo das matérias didáticas. Por isso, lia a seleta de *Autores Contemporâneos*, onde havia, em rodapé, comentários estilísticos e gramaticais que muito me valeram no aprendizado do português, pois me ensinaram a destacar no texto as concordâncias, as regências, o emprego de palavras e expressões vernáculas. Posteriormente adotou-se uma outra antologia, esta de autores verdadeiramente contemporâneos, cuja leitura muito me encantou, pois pela primeira vez podia ler, em obra de ficção, referência a problemas e práticas do meu tempo. Continha páginas de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond, Manuel Bandeira, Jorge Amado, Zé Lins do Rego e Hugo de Carvalho Ramos. Este Hugo de Carvalho Ramos era o único filho de Goiás a figurar numa antologia nacional; antes dele nenhum escritor goiano logrou semelhante ventura. Essa ausência de Goiás do panorama cultural nacional mexia com meus brios e me fazia prometer a mim mesmo que resgataria, um dia, o nome de minha terra, fazendo-a integrar-se na comunidade literária nacional.

Repassando na memória esse período de formação, encontra a figura de um “mestre” de vida que o marcou?

B.E.: Não. Talvez pela minha timidez, talvez pela educação da época, em que as crianças não mereciam nenhum respeito e nenhuma consideração. Todas as

pessoas me foram distantes e, de certa maneira, hostis. Cheguei a formular uma filosofia. Na vida havia seres que nasciam e permaneciam sempre crianças e havia os adultos, que nunca tinham sido crianças. A partir daí me consolei com meu destino de criança e de merecer um tratamento pior do que se dava aos bichos. Às crianças tudo era negado, especialmente o direito de ser digno.

Um adulto que era compreensivo e com quem sempre conversei de igual para igual foi Rosa, a menina roceira que morava conosco. Tudo que sabia do mundo devia a essa mulher tão inteligente que jamais aprendeu a ler e escrever.

Mesmo companheiros de minha idade eu nunca tive. Brincava com eles, estava no meio deles, mas não participava visceralmente de seus problemas e de suas alegrias. Sentia-me um estranho. Posso dizer que tinha mais intimidade com as meninas, em cuja existência me sentia mais integrado. Depois dessa Rosa, quem teve comigo maior aproximação foi meu avô materno João Fleury, em cuja companhia vivi entre 7 e 8 anos e depois entre os 12 e 14. Meu avô me contava muita coisa interessante sobre a cidade de Goiás, sobre os costumes antigos, sobre a escravidão, sobre a monarquia com sua justiça, enforcamentos etc. Ele era grande admirador do imperador Pedro II e, se o cunhado não houvesse participado pessoalmente da Proclamação da República, gostaria de dizer-se

um monarquista. Achava que o marechal Deodoro da Fonseca, afilhado do Imperador, fora um molengas e um ingrato. Deodoro saía à rua com sua tropa para depor um Ministério, mas aí os republicanos o cercaram, passaram a dar vivas à República, e longe de reagir, o general aderiu à idéia republicana, permitindo que o monarca deposto, um santo homem às portas da morte, fosse expatriado: *“Mas Deodoro recebera sua paga. Também morreu de desgosto por haver sido deposto por seus irmãos de armas!”* — considerava meu avô. Falava do livro negro que o Imperador possuía e no qual lançava o nome dos brasileiros de mau comportamento. Aqui, baixando a voz, me segredava o nome de um político da terra, senador da República, que fora inscrito nesse livro e que só obteve alguma projeção após a morte do imperador e a proclamação da República. *“Que Santo homem, que São homem!”* — concluía meu avô.

Por esse tempo, entre 13 e 17 anos, costumava ter frequentemente sonhos eróticos seguidos de poluição, o que me envergonhava, pois o lençol vivia manchado. Nesses sonhos apresentava-se uma amiga que permitia que eu tivesse relação sexual com ela, depois do que eu caía numa profunda frustração, pois não iria casar com ela e ela iria ficar desvirginada, grávida e marcada pela sociedade com o estigma da perdição. No sonho isso me causava uma pena enorme, porque sabia que não

havia perdão nem remédio para as mulheres que perdiam sua virgindade. Muitas vezes acordei em prantos, mas a minha amiga no sonho não tomava conhecimento de sua própria desgraça e permanecia sempre carinhosa e portadora de uma renúncia que tornava mais comovente seu sacrifício. Depois, através de análise psicanalítica, fiquei sabendo que tal sonho era indicativo de solidão, de desejo de carinho, de ausência de comunicação humana. A solução era certa, pois essa angústia desapareceu depois que passei a exercer minhas funções sexuais de forma menos irregular e de forma bem mais afetiva ou afetuosa, ou com menos carga de sentimento de culpa.

Como, quando e por que começou a escrever? Como nasceu a vocação de escritor?

B.E.: Foi por imitação que comecei a escrever: imitação a meu pai no próprio ato de escrever e depois imitação de alguns escritores com cuja obra sentia identificar-me. Como todo procedimento humano, também a arte nasce da imitação, imitação como componente da aprendizagem.

Não posso negar que foi meu pai quem despertou em mim o gosto literário. De uma certa forma, dadas as peculiaridades de seu temperamento, tinha orgulho de ser escritor. Tal condição suponho lhe dava superioridade sobre seus semelhantes. Para ele, os mais dignos e brilhantes homens seriam os artis-

tas, cuja figura reverenciava constantemente — os escritores, os músicos, pintores, escultores, filósofos, pensadores, cientistas. Às três derradeiras categorias não pertencendo os artistas, a estes também estendia seu preito. Desse modo, desde cedo quis ser um artista para merecer a estima de meu pai, homem que, de certa maneira, era meu modelo existencial.

Pela educação do tempo, a mãe ainda poderia ser objeto de alguma crítica ou restrição no juízo do filho, mas o pai, esse era um ser divino. Nem passava pela cabeça de um jovem divergir do pai ou de qualquer pessoa mais velha, do sexo masculino.

Meu pai costumava escrever seus trabalhos literários e os ler para que nós ouvíssemos. Dizia que queria saber se teria conseguido transmitir o pensamento de forma cabal e de maneira agradável. Entretanto, apenas minha mãe tinha ousadia para fazer alguma objeção, a qual jamais era levada em consideração por meu pai que, pelo contrário, ficava muito irritado.

A partir dessas leituras, eu percebi que também poderia fazer alguma coisa escrita e escrevi meu primeiro conto, uma longa estória de assombramento calçada num conto sertanejo de Afonso Arinos, escritor elogiado por meu pai. Minha mãe gostou e leu a produção para meu pai, que recebeu o trabalho com um ar de troça e algumas observações que me pareceram depreciativas: senti-me ridicularizado. Orgulhoso e inseguro como era, embora

prosseguisse escrevendo, nunca mais mostrei a ninguém e, talvez por vingança, comecei a criticar, para mim mesmo, as coisas produzidas por meu pai. Só bem mais tarde, quando estava com 17 anos, é que tive oportunidade de mostrar algum trabalho literário, porque o professor Donizetti Martins de Araújo, na terceira série do Liceu, exigiu que escrevêssemos um conto. O meu foi considerado muito bom e mereceu leitura em classe. Logo em seguida (1934), fundávamos um grêmio literário e um jornal, cujo primeiro número, vindo a lume em junho, trazia uma poesia de minha autoria, intitulada “A chaminé”. Era minha estréia literária.

Por que comecei a escrever? a) Para imitar meu pai; b) para imitar aquelas obras que se afinavam com minha visão de mundo; c) para explicar a mim mesmo certos aspectos que me pareciam estranhos no mundo e nos homens e d) para externar sentimentos, emoções, expressões inibidas por minha timidez. Vou exemplificar: minha cidade natal ficava assentada num buraco, numa grotta profunda, uma dissecação ou erosão profunda e larga provocada no planalto pelo rio Corumbá no seu multimilenar trabalho geológico. Circundavam a cidade as encostas dessa grande depressão, que tapavam em parte o horizonte, por trás do qual, ao cair da noite, na quadra de começo das águas (primavera), cantavam curiangos que eram pássaros notívagos (caprimúlgidas). Seu canto é conside-

rado agoureiro, segundo a sabedoria de Rosa, e isso me horrorizava pelo mistério. Por que somente esse pássaro cantava de noite? Por que seriam prenunciadores de males e desgraças? Como viveriam eles, seriam belos ou feios, lerdos ou espertos? Todas essas indagações sem respostas me levavam a fazê-los figurar em contos, ou poesia, numa tentativa de os compreender. Outro exemplo de coisa que me atormentava: por que as pessoas se matavam, brigavam, amavam? Os assassinatos não eram freqüentes, mas causavam um grande abalo na sociedade. Contavam da morte de um tal Manoel Messias, fiscal da Prefeitura, que foi arrastado pelas ruas enquanto ia sendo esfaqueado por três homens; debalde gritou por socorro e pediu misericórdia, sem encontrar uma única viva alma que intercedesse por ele. Era uma sexta-feira de quaresma e a lua cheia clareava como um dia. Também a morte de um outro homem, que foi pego em amores com uma mulher casada; o marido traído matou a esposa e saiu correndo atrás do amante que afinal foi morto a tiros. O trágico é que na fuga, o amante passou pela porta da casa do pai, onde poderia ter-se homiziado, mas não o fez, certamente por vergonha da traição feita ao marido, que era seu amigo.

Seu primeiro livro publicado considera-o um sucesso, um insucesso, um marco determinante em sua vida?

B.E.: É preciso definir um pouco o conceito de sucesso.

Desde que meu primeiro livro, *Ermos e Gerais*, caiu no conhecimento do Rio de Janeiro e de São Paulo, os dois centros culturais, ao tempo mais do que hoje definidores da opinião brasileira, percebi que estava causando sucesso, isto é, que o livro havia sido bem recebido. Os críticos mais importantes haviam-no registrado com palavras enaltecedoras e incomumente elogiosas, como foi o caso de Monteiro Lobato, Alceu Amoroso Lima, Mário de Andrade, Sérgio Milliet e outros. A imprensa em geral comentou o livro e fez indagações. O bom acolhimento não decorria de nada que não fosse o próprio valor da obra, pois eu era totalmente desconhecido: Goiás, onde eu vivia, era ignorada, o livro nem prefácio ou apresentação tinha, eu não encomendara nenhum elogio não só porque não o fazia e, principalmente, porque não sabia que se poderia utilizar semelhante recurso. E mesmo que soubesse, eu não dispunha de nenhum atributo para dispará-lo: não tinha dinheiro para pagar artigos, nem conhecia qualquer escritor que pudesse ou não o fazer. Mais ainda: minha família não dispunha de prestígio político ou literário para projetar meu nome, e, com o pouco que possuía, não iria tentar favorecer-me. De certa forma, Fleury Curado não pede ajuda nem ajuda ninguém. Em Goiás, Minas, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, onde minha família

era conhecida, tal conhecimento não valia. Por orgulho e quixotismo, fiz questão de assinar-me apenas BERNARDO ÉLIS. Nada que pudesse envolver o prestígio do nome de família! Nesse sentido, foi, pois, um sucesso.

Sem dúvida que essa publicação significou um marco determinante na minha vida, a partir do qual senti que podia fazer outros trabalhos melhores. Contudo, fez-me ver que literatura implicava responsabilidade para com os leitores, para com a nação e isso me horrorizou. Muito do que fizera decorria de uma atitude meio gratuita e ingênua que fora levada a sério pela inteligência nacional. Agora teria de olhar as coisas com seriedade e profundidade: cumpria estudar e foi justamente o que me obriguei a fazer.

Entretanto, estou certo, *Ermos e Gerais* é um marco decisivo em minha vida. Se o livro não tivesse alcançado sucesso, sem dúvida que eu teria prosseguido, pois havia dentro de mim alguma coisa que dizia que eu poderia obter vitória, mas a acolhida favorável do livro precipitou minha convicção.

Agora, se sucesso é rendimento financeiro, é lucro em dinheiro, então não houve sucesso, pois não havia condições para rendimento, dadas as circunstâncias minhas e de Goiás, ao tempo.

Também como fama meu rendimento foi pequeno. Na verdade, ainda hoje a fama, a glória, a notoriedade, só se consegue, literariamente, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, com apoio na

Europa e Estados Unidos. E eu não procurei essa solução. Permaneci em Goiás, sem lutar contra o anonimato.

Talvez, ao tempo, nem esse aspecto me preocupasse ou sequer me tivesse aflorado ao espírito. Eu não tinha informações sobre tais aspectos da vida dos livros e dos escritores. Seguia a visão de meu pai ou da totalidade dos moradores do interior brasileiro, para quem apenas o gênio fazia o renomado artista e para quem, no final das contas, a genialidade era atributo inexistente para nós brasileiros e portugueses. As glórias nacionais — que ele tanto admirava — não passavam de pastichadores, de imitadores dos autores europeus, especialmente os portugueses, que eram o reflexo primeiro da Europa. Nós, brasileiros, reflexo do reflexo. E nós, Goianos?

Quando considera ter acabado sua mocidade, seu período de aprendizagem?

B.E.: Foi bem tardiamente, aos 38 anos de idade, quando voltei de minha viagem à Europa. Percebi que não me sentia com o necessário preparo espiritual ou físico para enfrentar a vida literária no Rio de Janeiro ou no estrangeiro. Senti que era portador de uma cultura atrasada. Senti que a vida nesses centros era muito incerta e me faltava um mínimo de condições financeiras, de capacidade de adaptação social, para enfrentá-la com vantagem para mim. Poderia residir no

Rio ou na Europa, atingir alguma posição de relevo, mas permaneceria sempre como um corpo estranho, como um ser inadaptado à vida social de tais regiões. Seria um eterno desajustado à vida social de tais regiões. Seria um eterno desajustado culturalmente. Sentí que não tinha uma profissão definida: lecionava, mas não era portador de um diploma e muito menos de um curso profissional; era diplomado em advocacia, mas me faltava tino comercial e crença nessa profissão; obter um cargo público de destaque seria quase impossível por não contar com protetores, nem dispor de habilidade para angariar as boas graças dos poderosos. Eu não sabia oferecer jantares, nem festinhas; eu não tinha a flexibilidade exigida para fazer obséquios especiais ou exercer o ministério da bajulação e do famulato.

Fisicamente sentia-me um fraco, sempre mal do estômago e despreparado psicologicamente, embora me sentisse muito bem preparado intelectualmente: escrevia bem, possuía ótimos conhecimentos da língua portuguesa, tinha uma cultura geral superior à maioria das pessoas de minha idade, de francês e de inglês tinha conhecimentos que me permitiam ampliar com sucesso o domínio desses idiomas. O que me faltava, o que me anulava era falta de confiança em mim mesmo. Esse era o grande mal.

Já a esse tempo, casado e com três filhos para criar, achei mais viável permanecer em Goiás e prosseguir na literatura que vinha fazendo. Não seria o cami-

nho mais brilhante, mas era o menos inseguro e aquele que me pouparia maiores trabalheiras. Venceu a preguiça.

Quando voltei da Europa, pois, compreendi, não sem certa amargura, que devia deixar de pensar em mudar-me para o Rio e ali fazer vida cultural, resolvendo permanecer em Goiás. Uma nova etapa de vida se me abria menos ambiciosa e mais penetrada do senso de humildade — renunciava à aspiração de ser um escritor de fama nacional e mundial, ambição que vivia em mim de forma larvar, não de todo consciente, mas que até ali fizera de mim um homem dividido e indefinido entre a vontade de enfrentar a possibilidade de uma vaguíssima vitória (na vida, que será vitória?) ou prosseguir numa vida mais ou menos segura. Decidi pela última hipótese.

Houve em sua vida uma encruzilhada, um acontecimento que o marcou definitivamente (em nível social, sentimental, histórico, político...)?

B.E.: Sim, tendo havido não uma, mas diversas encruzilhadas em minha vida. Falaremos de um acontecimento que me marcou definitivamente sob o ponto de vista social, sentimental, histórico, político etc. Tal acontecimento se deu em 1943/45 — foi meu ingresso no Partido Comunista do Brasil.

Embora já viesse tendo contatos com pessoas ligadas às esquerdas e mesmo com membros do Partido Comunista Bra-

sileiro, não conseguia encontrar essa organização chamada Partido Comunista, à qual se atribuíam todas as virtudes imagináveis e inimagináveis da face da terra. Para começar, o homem de maior prestígio e que maior soma de respeito reunia sobre si — Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, era seu chefe como secretário geral. Esse mistério que cercava o Partido resultava da vigência da ditadura então imposta ao País pelo presidente Getúlio Vargas e seu duríssimo aparelho repressor.

Sobre socialismo e comunismo já havia lido bastante, pois possuía livros anteriores ao golpe de 1937, traduções nacionais de escritores comunistas europeus, como Plekhanov, Talheimer, Rosa Luxemburgo, M. Rosental e P. Iudin, além de inúmeros trabalhos de divulgação como catecismo, manuais, diálogos etc. Também eu era funcionário do Departamento de Cooperativismo do Estado de Goiás, e no estudo das teorias cooperativistas cheguei a alguns princípios sociológicos ou econômicos, como a definição do lucro, que papel desempenhava na formação do preço, o que era a mais-valia etc. Procurei estudar alguns sociólogos e economistas, ou melhor, li e estudei tudo que havia de melhor, nesse setor, em língua portuguesa no Brasil. Embora estivesse estudando direito (3ª série), aí não se estudava nem filosofia, nem economia. Por minha própria conta já havia tentado estudar alguma filosofia, pois notara que a filosofia reinante no

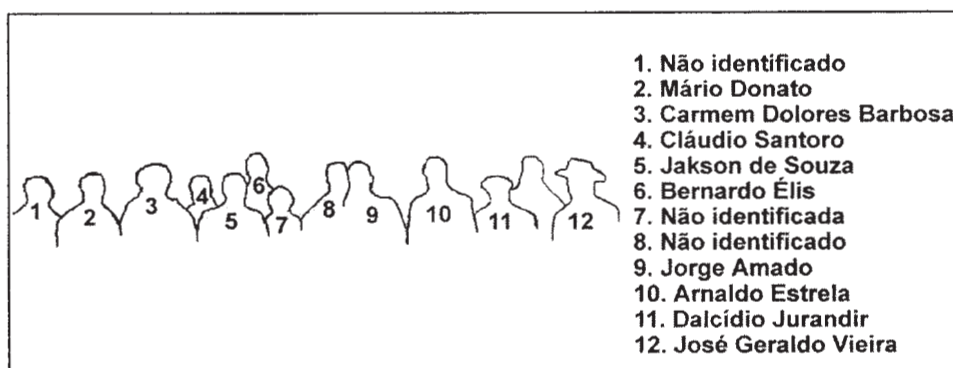
meio era a católica. Meu primo José Hercílio me emprestou um *Manual de Filosofia* baseado no *Cours de Philosophie* de Charles Lahr, S. J., por Ludgero Jaspers, OSB., manual cujo estudo ia revezando com outro de orientação positivista, o *Précis de Philosophie* de René Worms, este último de enorme simplicidade e clareza didática. Contudo, o que interessava era a Psicanálise.

Houve um livro que muito influenciou sobre mim: *Súmula Católica contra os sem Deus* (1939), volumosa seleta de autores católicos europeus, que comentavam a doutrina marxista em seus pontos fundamentais, expondo-os e a seguir refutando-os. As refutações não me convenceram, mas sim as afirmações que pretendiam refutar. Foi quando li igualmente o livro de Deão de Cantuária, *O Poder Soviético*, que era uma contribuição da luta americano-soviética contra o nazismo. Fiquei convencido de que o marxismo, o comunismo, seria uma renovação para a humanidade, bem como a psicanálise, sem embargo das contradições entre as duas doutrinas.

Com os dados que possuía sobre sociologia, economia, filosofia, política etc. passei a formular profundas e minuciosas críticas sobre a realidade social em que vivíamos, estendendo a crítica ao Brasil inteiro. Passei então a notar o quanto em Goiás estávamos afastados do mundo moderno, pude aquilatar o nosso atraso, pobreza, falta de saúde, de instrução, de recursos para



Grupo de intelectuais e artistas, em visita a URSS, na estação Maiakóvski do metropolitano de Moscou. 1952 [?].



utilizar do enorme avanço tecnológico alcançado por outros povos do mundo. Na verdade, nem existia aqui um poder nacional; éramos a pior das colônias do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais eram colônias dos Estados Unidos e Europa. Reconhecia vigir ainda aquela afirmativa do Pe. Antônio Vieira enunciada em meados do século XVII, segundo a qual as nuvens se formavam

sobre o território colonial português, mas a chuva só ia molhar as terras da Inglaterra.

Daí para a frente cuidei de transformar a minha maneira de pensar e agir, tentando fazer com que os outros também assim procedessem. Tentei mudar-me de Goiás (1942) e viver no Rio ou em São Paulo, lugares nos quais percebi também que a vida era má, a pobreza e a ignorância

enormes, e onde as glórias literárias proclamadas por meu pai não passavam de ilusões e crenças vãs. Tentei (tentado pelo marxismo) fazer da literatura uma arma de denúncia contra semelhante situação social, sem contudo abandonar de todo meu projeto de sair de Goiás. Nesse tempo li muito os escritores chamados novos russos, Maiakóvski, Górki, Illia Enremburg, Sholokov, Bóris Polevoi, prêmio "Stálin" de 1948, romances como o *Dom Silencioso*, novelas como *Assim foi temperado o aço* etc. Era o domínio do Realismo Socialista que eu quis praticar em Goiás, embora contando com poucas indicações teóricas. Obras como *A Terra e as Carabinas* e alguns contos que não se incluem nas minhas obras reunidas são uma demonstração dessa fase de minha produção, a que se deve agregar um estudo de interpretação literária intitulado *Ermos e Gerais, um passo atrás na Literatura Goiana*, onde se buscava demonstrar que esse meu primeiro livro era um retrocesso (em termos de compreensão do Realismo Socialista), se comparado com *Gente de Gleba*, de Hugo de Carvalho Ramos. Sou responsável pelos conceitos firmados ali.

Na verdade, como todos (menos os comunistas) denunciavam àquele tempo, a base teórica do chamado Realismo Socialista nada mais era que um retorno aos postulados do naturalismo francês do século XIX, gerando uma literatura pobre, despida de poesia, muito próxima dos maus

relatórios oficiais, visando a fins de propaganda política.

Com referência ao comportamento pessoal, tinha-se que abandonar a timidez, enfrentar as situações corajosamente e não dissimular as atitudes, os gestos, a maneira de ver e expressar o universo e seus fenômenos. Acima de tudo, cumpria adquirir consciência de que cada homem é senhor de seu destino e os males ou benefícios que enfrentamos são resultados de nossa própria vontade e de nossos próprios atos. Embora de forma inconsciente, o mundo e o chamado destino são produtos do trabalho humano e nada mais. Nada de confiar a poderes sobrenaturais nossas vidas, aceitando os desígnios de uma sabedoria tanto mais perfeita quanto mais misteriosa e inatingível pela inteligência humana.

Era, pois, uma revolução. Revolução no comportamento, revolução no modo de pensar, antes de tudo.

Sem dúvida que semelhante filosofia ampliou o meu universo e eliminou as barreiras entre o sertão e a civilização, entre um roceiro nascido e criado em Goiás e outros homens nascidos e criados nos pontos da mais refinada civilização. Agora, o mundo, com todas as suas servidões, estava ao alcance de minhas mãos. Entretanto, se esse era um lado da questão, havia outro que não devia ser ignorado. Havia uma escala de valores morais, em substituição àqueles a serem repudiados. O novo Deus seria a coletivização, devoradora

de qualquer tendência individual ou individualista com a qual se constrói a personalidade humana, especialmente a individualidade do artista; outro dogma difícil de ser entendido ou digerido seria a ideologia burguesa, vala comum a que se atribuía tudo que fosse tido como empecilho a determinados objetivos.

Desgraçadamente, o sectarismo em breve cobrava seu tributo irrecorrível. No tocante à cultura, passou-se a discriminar o que seria cultura a serviço do povo ou contra o interesse do povo; e logo um mínimo de erudição entrou no rol dos conhecimentos nocivos. A partir de tal entendimento, o que interessava seriam os conhecimentos pragmáticos, imediatistas, as simples tarefas partidárias, compreensão segundo a qual dever-se-ia abandonar o estudo e o cultivo de línguas indispensáveis como o francês e o inglês ou o espanhol, bem como evitar o estudo das filosofias chamadas idealistas ou das obras literárias que se deixavam confundir pelo bizantinismo de se preocupar com meros problemas existenciais ou amorosos, assunto burguês e individualista. O *Pequeno Dicionário Filosófico* de M. Rosental e P. Iudin, tradução brasileira, 1ª edição; Livraria Exposição do Livro, São Paulo, no verbete *Fenomenologia*, define: “*Teoria idealista subjetiva reacionária, fundada pelo filósofo alemão Husserl (1859-1933) em voga na filosofia burguesa da época do imperialismo*”.

Inegavelmente, o Realismo Socialista, como foi apreendi-

do, representou um nefasto e brutal atraso na evolução artística dos povos por ele atingidos. Havia um prisma positivo — era uma literatura que fugia à vadição tipo Eça de Queirós e pretendia examinar o homem trabalhando.

Hoje é um escritor. Pode viver só do trabalho da escrita? Precisa de outra profissão? Qual é? Como vive as duas carreiras?

B.E.: Sim. Sou um escritor, mas um escritor goiano, de uma região agropecuária, pobre: de uma colônia do Rio de Janeiro e de São Paulo, que estão submetidos ao domínio colonizador do capitalismo internacional. Em Goiás o trabalho artístico não tinha e até hoje (especialmente para o ficcionista) não tem preço, não tem importância. Quando comecei a publicar meus livros, quase ninguém por cá comprava livros de ficção e a literatura goiana era motivo de galhofas e zombarias. Até hoje livro goiano não é mercadoria, não é artigo, artigo levado a sério. A tal ponto que as Universidades de fora de Goiás usam nossos textos para estudos, mas isso raramente acontece em Goiás.

Minha literatura, então, era matéria difícil, porque focalizava problemas goianos tidos como indignos do fazer literário. Procurava sublinhar a humanidade do homem sem terra, mostrando a injustiça do latifúndio e da opressão feudal, responsáveis

pelo atraso e pelos males sociais de que éramos vítimas. Minha literatura refletia a linguagem popular de uma sociedade onde falar pelos padrões de Portugal europeu é sinal de *status* social. Minha linguagem regional-coloquial era considerada um achincalhe à pureza da cultura goiana de classe dominante. Além do que, minha literatura punha a nu as mazelas da única camada social que poderia ler, a dos alfabetizados, todos eles integrantes da classe dominante dos latifundiários ou a ela ligados pelos laços da burocracia, do magistério, magistratura e cargos e funções eclesiásticas.

Enfim, minha literatura metia o dedo nas chagas mais dolorosas de uma cultura regionalizada.

Minha literatura tem como base a alienação humana e a ideologia que nos é imposta. E nesse aspecto oferece originalidade. Não se submete a subjetivismos metafísicos nem a influências mágico-religiosas, e procura fugir às aparências e abordar o lado real.

Por tudo isso, o trabalho de escrever jamais me deu qualquer lucro ou ganhome suficiente ao sustento de vida. O primeiro livro, *Ermos e Gerais*, foi uma edição de 2000 exemplares, nunca tão numerosa vista por aqui, financiada pela Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, mantida pela Prefeitura Municipal de Goiânia e criada em 1942. Meu livro inaugurou a Bolsa. Estabelecia que ao autor caberiam 20% da edição e que os 80%

restantes a Prefeitura distribuiria a pessoas e entidades culturais, podendo ainda comerciá-los no mercado livreiro. A verdade é que, desse meu primeiro livro, apenas ganhei 400 cruzeiros, quantia àquele tempo correspondente a 1/5 de meus vencimentos mensais como professor da Escola Técnica Federal de Goiás. Esses 400 cruzeiros foram apurados assim: o Estado de Goiás me comprou 100 exemplares, mas, como não havia verba para tal tipo de aquisição, o pagamento foi feito em estampilhas estaduais, as quais eu vendi a um tabelião amigo pela metade do valor.

As livrarias a quem entreguei livros para vender, em consignação, jamais me prestaram contas ou me fizeram nenhum pagamento nem eu jamais exigi nada disso. Tinha vergonha de fazer-lo; sem embargo de reconhecer o direito sagrado de receber o pagamento que me era devido, parecia-me indecoroso cobrar dos livreiros, meus amigos, sendo que um deles, malgrado essa amizade, considerou que eu deveria estar muito contente por poder expor nas suas prateleiras uma obra que ninguém comprava. Entretanto, não era bem assim: meu querido *Ermos e Gerais* alcançou vendagem digna de consideração. Uma livraria de Goiânia queimou algumas dezenas desse livro para abrir espaço a outras obras nas prateleiras. O escritor Bariani Ortêncio viu a fogueira e dela ainda salvou alguns exemplares, dos quais me deu dois todos

chamuscados pelas labaredas. Minha glória.

Ainda hoje, com 24 livros publicados, os direitos autorais anuais por mim auferidos não correspondem à metade dos proventos mensais de minha aposentadoria, que é muito pequena.

Em face de tudo isso, sempre tive que exercer várias atividades ao mesmo tempo: professor, jornalista, corretor de imóveis, advogado, até construtor de casas, que revendia ganhando algum dinheiro com a desvalorização monetária imposta pela endêmica inflação nacional. O resultado é nem poder-me dedicar à literatura, nem poder dedicar-me às outras atividades ou profissões, conforme já denunciava o compositor Zequinha de Abreu, no filme “Tico-Tico no Fubá”, da década de 40. Ao fim, não ganhei nada em nada em não fazendo nem literatura nem as atividades profissionais. O perene sobressalto decorrente da ameaça de perseguição policial, a permanente vigilância intimidadora, mantida pela sociedade através das igrejas e outros órgãos chamados estabilizadores, a censura mais mesquinha, tudo isso impedia qualquer melhoria em qualquer campo da atividade humana. No meu caso particular a coisa se agravava. Era professor da Escola Técnica de uma rede Federal de ensino profissionalizante. Não me demitiram por gozar de estabilidade, mas pelas minhas atividades políticas nunca tive oportunidade de melhorar de nível ou obter lugar em magistério de outras escolas. Na verdade,

havia contra mim um invencível cerco, constringendo-me sempre a desistir da função de professor que exercia. Foram anos e anos da mais feroz perseguição, mesmo antes de se instalar no Brasil o regime ditatorial de 1964. Sempre vivi com dificuldade financeira. Havia em Goiânia uma Faculdade de Direito e eu podia disputar uma cadeira por concurso, mas de antemão sabia que não seria nunca nomeado, mesmo sendo aprovado. Conhecia fartamente a verdadeira guerra que um meu amigo travou com o corpo docente dessa Faculdade, quando, fazendo vistas grossas a todos os obstáculos que se lhe anteporiam por força de sua ideologia marxista-materialista, enfrentou galhardamente a banca examinadora adrede escolhida e conseguiu aprovação, sem embargo de todo tipo de sujeira e traições que lhe foram impostas. Após a terrível batalha da aprovação no concurso, seguia-se outra guerra ainda mais suja para ter sua nomeação efetivada e sua posse realizada. Nem chegou a assumir a cátedra. Minado por feroz desgaste nervoso, morreu de um fulminante ataque cardíaco. “*Pacem aeternam dona eis, Domine*”. Era Zecchi Abrão.

Na década de 50, criaram em Goiás duas Universidades. A primeira a ser criada foi a Católica, na qual não fui admitido por ser tido como materialista: mas quando se criou a Universidade Federal, fui nela incluído, pois não exigiam atestado de ideologia. Logo a seguir, porém, em 1964, veio o golpe militar, e aí fui

não apenas aposentado com minguado vencimento na Escola Técnica de Goiânia, como exonerado da Universidade Federal, como elemento perigoso por usar da cátedra para fins de subversão contra a ordem estabelecida, divulgando idéias comunistas, método de que nunca me utilizei. Acontece, entretanto, que concomitantemente havia uma liberalização ideológica na Igreja Católica e pude passar a lecionar na Universidade Católica de Goiânia; mas não durou muito, e logo veio novo golpe político-militar sobre aquele golpe anterior e aí, pelo Ato Institucional nº 5, que revigorava o Ato Institucional nº 1 (que me demitira e aposentara), fui definitivamente proibido de lecionar ou fazer jornalismo. Quanto à advocacia, quem procurava advogado eram donos de terras que, inteligentes, davam preferência absoluta àqueles que gozavam dos favores da ditadura. Eu não me incluía nem no rol dos amigos dos donos de terra nem dos que gozavam do bafejo ditatorial.

Nessa emergência, vi-me obrigado a retirar meus filhos das escolas para que ganhassem dinheiro para ajudar no sustento da família; meu filho mais velho teve que deixar o curso de aviação militar que vinha fazendo em Barbacena; o segundo filho transferiu-se para os Estados Unidos e o último ingressou numa entidade juvenil e foi para os Estados Unidos. Era a maneira que eu encontrava de os defender contra a verdadeira discriminação ou marginalização.

Acompanhado de minha mulher, alugamos em Goiânia a residência que possuíamos e nos mudamos para o Rio de Janeiro, onde, em verdade, com 50 anos de idade, nada achava que fazer, pois minhas amizades ali eram circunstanciais, contra mim pesavam diversos inquéritos militares e era eu ainda alvo de permanente vigilância dos órgãos de segurança nacional. A situação era de tal maneira embaraçosa, tolhedora, inibidora, que mesmo para dedicar-me à ficção não encontrava o menor estímulo. O que acontecia era que, arrancado inesperadamente do meio em que vivia em Goiás e atirado ao ambiente do Rio de Janeiro, senti-me completamente perdido, humilhado, deslocado, desnortado. Valeu-me muito a ajuda de amigos, valeu-me decisivamente o apoio do editor José Olympio e família, valeu-me demais o conhecimento que tinha com o ex-ministro (também cassado) Hermes Lima e a amizade e a grandeza de coração, aliadas a uma inteireza imensa de caráter, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

O mesmo que digo do mestre Aurélio posso dizer do escritor Herberto Sales, que editou meus livros.

Ao mestre Aurélio Buarque, então, devo as maiores delicadezas. Fez daquilo que seria um exílio no Rio de Janeiro um período profundamente agradável e altamente proveitoso, pois por sua mão segura e generosa fui conduzido até à Academia Brasileira de Letras, companhia agra-

dável e honrosa que só alegrias me tem proporcionado. Lamentável é que a ambos, mestre Aurélio e Hermes Lima, a morte haja colhido tão cedo. Também Herberto Sales, o grande romancista, deu-me uma ajuda inigualável. Fez-me nomear seu assessor no INL, editou e divulgou minhas obras, deu-me um vencimento digno. É um grande amigo esse Herberto, cujo apoio foi importantíssimo para minha eleição na Academia Brasileira de Letras.

Por tais alturas, já estamos chegando a 1979, quando veio a anistia política, graças à qual retomei meus antigos cargos, retornei à Brasília e posteriormente para Goiânia.

Entretanto, agora, em 1989, estou passando pelas maiores perseguições que jamais sofri mesmo nos tempos de ambas as ditaduras (de Getúlio Vargas e dos Militares). É resultado do que há de mais asqueroso e repelente, que é o patrulhamento ideológico das esquerdas, estas esquerdas a que sempre estive ligado e que, em verdade, fui eu um dos instrutores e sustentadores no Brasil Central. Toda minha obra bem demonstra essa posição de coragem e coerência.

Desde a restauração do Estado de Direito, diante do fracasso a que chegou o comunismo tipo Leninismo-Stalinismo levado a efeito na Rússia, passei a condenar o socialismo não democrático, como era praticado pela Rússia, por seus aliados e pelos partidos comunistas do mundo inteiro, especialmente o francês, o italiano, o português, o

brasileiro etc. Percebi que não era possível continuar com as idéias da ditadura do proletariado, do partido único operário, de pregação da luta armada para extinguir a chamada burguesia, da condenação absoluta do direito a propriedade privada, de intolerância religiosa e de classe.

Atualmente sou aposentado e exerço a função de Conselheiro do Conselho Federal de Cultura, e igual função no Conselho Estadual de Cultura, em Goiânia.

Inegavelmente, a redemocratização do Brasil afastou o fantasma da censura ideológica, permitiu liberdade de pensamento e de palavra. A partir da anistia recobrei meus cargos anteriores, a despeito de graves prejuízos decorrentes do não pagamento dos vencimentos, não recebidos pela exoneração injusta, e da não promoção a postos imediatos da carreira funcional. E tive minha obra literária liberada de censura. Anteriormente, a TV Globo tinha feito de meu conto "A Enxada" um "Caso Especial", mas foi proibida de exibi-lo, o que teria lugar no dia 8 de novembro do ano em que o general João Baptista Figueiredo foi "eleito" presidente da República. E "A Enxada" nunca mais foi exibida em tempo algum. Talvez seja este o único caso de censura que ainda perdura!

Agora em 1987, fevereiro, o Governo Estadual do Sr. Henrique Santillo, apoiado pelo Secretário de Cultura, o escritor Kleber Adorno, fez publicar minhas obras reunidas em 5 volumes de 400 páginas cada, mais

ou menos, com o título geral de *ALMA DE GOIÁS*. É título escolhido meio por conveniência, pois não gosto da palavra alma por suas implicações místicas. Mas eu a emprego no sentido de essência humana, isto é, conjunto das relações sociais. É a primeira vez que em Goiás semelhante acontecimento é realizado. Bem verdade que tal publicação nenhum rendimento me trouxe, pois eu abri mão dos direitos autorais e a edição permanece fora do comércio, solução que se encontrou para conciliar os interesses das editoras que detinham direito autoral das referidas obras. Antes de render, tive gastos com a preparação dos originais, despesa com pagamento de revisor, viagem ao Rio para encaminhamento da edição etc. Ainda por cima, essa coleção concorre com as edições isoladas, em termos de comércio, isto é, quem obtém a coleção gratuitamente não mais irá comprar os livros dela constantes, impossibilitando-me de inovar rendas. Contudo...

O processo criativo de seus livros passa por muitas fases de elaboração? Pode dizer como escreveu um de seus livros ou de seus contos? Como surge, como se origina um livro ou um texto?

B.E.: Meu processo criativo é longo, demorado e passa por várias fases de elaboração. Daí chamá-lo de bola de neve. A partir de um grão de areia, pela agregação de novas partículas, o

bolo vai caminhando e engrossando até o desfecho final.

Inicialmente, tentei escrever contos e até pequenos romances pela técnica corrente ou tradicional: longas descrições, narrativas detalhadas e pesadas, a exemplo de autores como Balzac, Cervantes, Merimée (Prosper) ou autores portugueses, como Alexandre Herculano, Rebelo da Silva ou os brasileiros Arinos, Bernardo Guimarães, Alencar e outros. Não me agradava o que produzia. Foi quando entrei em contato com a obra dos escritores modernistas brasileiros — José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Manuel Antônio (*Memórias de um Sargento de Milícias*), Jorge Amado, Rubem Braga, Álvaro Moreyra, e percebi que comentavam a vida da atualidade num estilo ágil, brejeiro, leve. Procurei imitá-los e analisar o que gerava esses aspectos modernos que me impressionaram.

Meus autores prediletos passaram a ser Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, prosadores portugueses do fim do século passado, Manuel Bernardes, clássico português do século XVII, Rubem Braga, cronista brasileiro contemporâneo, Álvaro Moreyra, representante do Simbolismo modernista, com Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Bernardino Lopes (fase simbolista), Cassiano Ricardo, Murilo Mendes e também os simbolistas Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaraens. Agradavam-me igualmente muitíssimos autores como Pitigrilli, Ilya Ehrem-

burg, (*As Aventuras extraordinárias de Júlio Jurenito*), palavras cínicas de Forjaz Sampaio e um dos livros mais famosos desse tempo, *La Garçonne*. Havia um autor que eu mesmo considerava de 4ª ou 3ª categoria, mas cuja leitura me agradava pelo que continha de poético, ágil, cínico, pelos *insights* admiráveis que dava sobre a paisagem natural, humana e psíquica do sertanejo. Sobretudo, era chocante o humor negro que sabia desenvolver. Esse autor era João de Minas, pseudônimo do cidadão mineiro Ariosto Palombo, que na qualidade de líder religioso — de uma religião cujo maior castigo era o excomungado ser atacado por bicho-de-pé —, se chamava Mahatma Patiala.

Pois foi esse João de Minas o meu mestre. Entendi que, se se lhe podassem alguns excessos de doutrina espírita, alguns momentos de flagrante mau gosto (para mim), alguns inícios de conto que eram puro relato burocrático, uma certa mania de criar um clima ambíguo ou absurdo e depois explicá-los racionalmente — fora isso e mais alguma coisa, se sobrasse ainda um pouco de literatura, essa literatura era aproveitável. Passei a guiar-me por João de Minas na estruturação da obra e no aproveitamento de sua postura intelectual no tocante ao humor negro, à burrice humana e à bagunça da vida nacional. Era difícil essa tarefa porque já então eu sabia que a forma e o conteúdo constituem um todo homogêneo, em que um

aspecto determina e completa o outro.

Tentaremos esquematizar o assunto no referente à criação literária.

1ª Fase - contos curtos, sob a influência das crônicas de Álvaro Moreyra estampadas na revista *Boa-Nova*, do Rio de Janeiro. São dessa fase: “O Menino que morreu afogado”, “O Papagaio”, “Papai Noel Ladrão”, “Cenas de esquina depois da Chuva”, entre outros. A estrutura era a seguinte: uma cena rápida de algum acontecimento da classe pobre, entremeada de observações líricas, irônicas e até cínicas. Tudo tratado com simplicidade, visto com superior leviandade, numa narrativa de alta velocidade, com tom sardônico, geralmente.

2ª Fase – Narrações mais longas, tendo como modelo de estrutura os contos de João de Minas, sempre imaginando que estivesse reproduzindo a narrativa oral de algum contador de estória, o qual também era personagem e interferia na narrativa.

No meio em que vivia existiam ótimos contadores de estórias, gente que parecia haver conseguido uma técnica bem aperfeiçoada. As estórias eram de assombramento, de crimes de homicídio, de velhacarias ou façanhas demonstrativas de coragem perante a morte. Os aspectos mais sutis do comportamento humano ou aqueles sentimentos delicados reveladores de generosidade, de fraternidade, de amor, de aguda sensibilidade, estes não

eram tratados nem eram considerados, pois denunciavam antes negação da masculinidade, fraqueza diante dos sentimentos que amolecem o caráter e as atitudes do homem tido como verdadeiro homem. Assim, nunca um homicida deveria vacilar no momento de matar o próximo, muito menos perder-se em indagações se aquele seu gesto seria justo, nem o mandante de um homicídio deveria duvidar se procurar os meios legais seria uma atitude mais correta.

No tocante à mulher, geralmente ela se entregava a outro homem, que não o marido, sem qualquer escrúpulo de ordem moral ou sentimental — sua honestidade ou sua fidelidade dependiam quase exclusivamente do medo de uma represália violenta da parte do marido, de seus amigos ou da sociedade. Portanto, crime oculto não era crime. Ao homem eram permitidas todas as infidelidades, e jamais o macho deveria supor que a posse da fêmea pudesse trazer problemas para essa fêmea, quer se tratasse de problema de ordem moral ou material. O que seria um drama moral para o homem, o que seria uma humilhação sem termo, era a mulher, de qualquer *status*, rejeitar suas pretensões eróticas, mesmo sendo ele de condições inferiores.

Darei abaixo alguns postulados que me orientaram na construção do conto ao tempo de *Ermos e Gerais*. Naturalmente que os postulados agora alinhados não se me configuravam tão claramente àquele tempo. Quan-

do, mais tarde, eu escrevi conscientemente, foi para negá-los na elaboração de meus contos desse momento em diante — 1934/44.

1. Simplicidade e ingenuidade no enredo e na narrativa, a qual deveria ser lacunar para criar mistério.

2. Com base no romance *Dom Quixote*, fixar o princípio do antagonismo, isto é, o cômico no trágico; o choro no riso; o belo no feio; o inteligente no obtuso.

3. Era preciso não amolar o leitor com rodeios e dar-lhe logo a estória. Para tanto dever-se-ia começar a narração pelo meio (*in media res*), justamente numa cena bem viva e impressionante; a seguir, fazer um *flashback*, como técnica explicativa do que se passara antes; por fim, terminar o conto na contemporaneidade, no tempo presente, inclusive com o verbo no presente.

4. A princípio, pintava discursivamente pequenos quadros, compondo-os como o faria um pintor, com base no visual. É o caso do “Engano do seu Vigário”, “O Papagaio”, “O Menino que morreu afogado” etc.

Depois evoluí para a reconstituição da narrativa como o faziam os narradores orais sertanejos, modificando tal técnica com recursos retóricos, solilóquio e descrição onisciente ou técnica e recursos literários eruditos modernos. É a fase da maioria dos contos de *Ermos e Gerais* e do romance *O Tronco*. A partir de *Caminhos e Descaminhos* incorporei à minha literatura (alguns contos) o monólogo interior direto

e indireto, bem como recursos impressionistas e expressionistas.

5. Minha literatura em grande parte é onisciente, linear, objetiva, mimética, mais próxima da fatura tradicional advinda de Cervantes, Boccaccio etc.

6. Aproveitar o coloquial regional goiano, bem como a paisagem natural, como verismo realista. O objetivo seria incluir Goiás na literatura nacional com peculiaridades marcantes, pois até aquele momento Goiás estava ausente do panorama literário brasileiro. Nos primeiros trabalhos, quando a fala era do autor, isto é, o autor estava narrando, a linguagem era bem tratada à maneira da melhor gramática normativa portuguesa, para demonstrar cabalmente que o autor era perfeito conhecedor do idioma pátrio. O conhecimento perfeito do idioma sempre foi no Brasil um atestado de *status* social e de cultura, que infundia muito respeito. O caipirismo regional ficava restrito aos diálogos diretos, de maneira a marcar a classe social, pelo retrato naturalista da linguagem coloquial. Hoje parece que o mais importante é escrever com sotaque americano, desconhecendo sobretudo o subjuntivo.

Depois procurei fazer todo o discurso somente com o coloquial médio goiano, como aparece em *O Tronco*, *Apenas um Violão*, *Veranico de Janeiro*, "João-boi", "Talvez uma lenda, talvez uma vida" e outros. Esta mudança é resultado de estudo de autores atuais, de estudo das teorias

de crítica literária e, sobretudo, de profundos e acurados estudos de gramática caipira, da sociologia, economia, folclore, hábitos, usos e costumes do povo caipira, esse caipira em cuja cultura Goiás tem vivido até o presente momento: cultura tradicional, apoiada na economia de subsistência, onde penetram alguns traços da economia capitalista de mercado, desorganizando o estável mundo até então vigente.

Com a ajuda da crítica, filtrada através das conversas de meus ancestrais, políticos e dirigentes sociais, na maioria, pude perceber o estado de atraso, rudeza, primitivismo, ignorância, doenças, isolamento (geográfico e social) em que viviam as populações goianas, ignoradas pela comunidade brasileira e mundial e alienadas da civilização contemporânea. Em pleno meado do século XX, Goiás desconhecia bancos e entidades creditícias; toda energia era de origem animal, especialmente humana; não se conheciam instituições de assistência de qualquer natureza; a agricultura baseada na enxada era atrasadíssima; dominava absoluta a Igreja Católica, cuja doutrina as superstições mais grosseiras deformavam e deturpavam. Na verdade, Goiás vivia em plena Idade Média, em pleno mundo da lua: o que nos unia ao resto do Brasil era a língua portuguesa e o sistema fiscal de cobrança de impostos.

Como então se dizia, Goiás era "uma terra sem povo, em que o povo não tinha terra", pois os poderosos coronéis eram

imensos latifundiários, não restando nada ao trabalhador rural que não tinha terra. A produção de Goiás estava toda voltada para a pecuária, com um rebanho bovino degenerado e criado à solta, como bichos ferozes. A agricultura praticada pelas populações mais atrasadas e miseráveis objetivava alimentar os vaqueiros, criadores, comerciantes e os escassos funcionários públicos da emperrada máquina judiciária, legislativa e executiva, além da clerezia. À mingua de meios de transportes de qualquer natureza, a exportação goiana era mínima.

A partir das colocações sociológicas da literatura regionalista do modernismo nordestino, propus-me fazer uma literatura de denúncia social, como fizera antes Hugo de Carvalho Ramos (1895/1918), fundador da prosa de ficção goiana, e como fizera Euclides da Cunha com o magistral *Os Sertões*.

Pretendia realizar uma literatura simples, direta, objetiva e brutal. Para mim, naquele tempo, o brutal era muito importante; seria o reflexo da psicologia primária do homem sertanejo ou do Terceiro Mundo, que tinha nos crimes de morte a sua maior tragédia e para quem a morte era sempre um perigo iminente, ante a falta de policiamento, a impunidade dos poderosos, a ausência de qualquer assistência de qualquer natureza. Era um viver muito primitivo, em que a vida humana estava posta em jogo a todo momento. Seguia, sem o saber, um

dos estereótipos da literatura regionalista brasileira.

Outro recurso que utilizava era imaginar construir um conto como se ele fosse um pensamento rápido (*insight*), que aflorasse no cérebro de alguém ante um acontecimento que emocionasse a pessoa que pensava o conto. Exemplo: ao tocar uma fruta, viesse-lhe repentinamente à memória uma cena da juventude reproduzindo um encontro amoroso no momento em que se colhia a fruta. Tudo rápido, meio confuso, de uma agudíssima emoção parecida com um repentino acesso de alucinação.

O recurso literário para fingir esse momento instantâneo do desabrochar da recordação na memória, o recurso para isso era começar e terminar o conto com o mesmo ambiente e com as mesmas frases e palavras interpretadoras da emoção. Para isso, a narrativa tinha que ser rápida, atropelada, viva e bastante lacunar ou incompleta. Na verdade, era uma estrutura circular. Exemplo: “Um duelo que ninguém viu”. Ao crepúsculo, um velho está sentado à porta da casa e, como quem sonha, narra um acontecimento de outrora, que termina de forma quase exatamente igual à de como começou. Mesma estrutura possuem “A Virgem santíssima do quarto de Joana”, “Diabo Louro” e “Missa de Primeiro de ano”.

Outros contos nasceram do impacto emocional. Por exemplo, a maior força geradora de

“Pai Norato” foi a frase que me arrepiava de terror: “*A noite tinha um cheiro de defunto*”. Primeiro, achei a frase tão boa que duvidei que fosse de minha autoria, e gastei meses tentando descobri-la em minhas leituras habituais. Ao fim, convenci-me: era minha. Aí, entrou outra etapa: encaixá-la num conto adrede preparado para ela, um conto fantástico, muito colorido e contrastante de luz e sombra, bichos, gente, feitiçaria. “O caso inexplicável da orelha de Lolô” era uma sátira à mulher fatal, ao mito da virgindade ou fidelidade amorosa da mulher sertaneja, e ainda uma alusão à morte do Afonso da Maia (*Os Maias* de Eça de Queirós), morrendo subitamente ao saber do amor incestuoso dos netos. O conto surgiu assim: certa vez, fui a uma fazenda e lá vi cinco homens munidos de varas flexíveis, que esbordoavam valentemente um fardo deposto sobre um couro de boi. Que era aquilo? Responderam-me que estavam malhando um cadáver para que ele ficasse mais leve e pudesse ser mais facilmente transportado para o cemitério distante. O transporte se fazia numa rede conduzida por dois homens, segundo o ritual religioso. Na verdade, a surra era a pena pelos pecados do defunto, cujo verdadeiro sentido era escamoteado.

Impressionado, imaginei aquele conto fantástico para incluir, como desfecho, cena tão selvagem e macabra, mas que me impressionava de uma forma a me levar além do aspecto inu-

sitado, além do aspecto macabro, além do aspecto selvagem. Parecia-me ocultarem naquela prática uma vingança, uma intenção de exorcizar culpas e ameaças; havia uma como que comunhão entre a humilhação do defunto e a humilhação do verdugos. Eu sinto que o meu conto não arranhou sequer as intenções por mim vislumbradas naquela estranha liturgia e por isso, sempre, volto a pensar em escrevê-lo.

O romance *O Tronco*, inicialmente, seria uma pesquisa sociológica sobre a região fronteira da Bahia, tanto em seu aspecto geográfico como social ou econômico-financeiro. Para isso colhi farto material, mas quando parti para entrevistas com pessoas moradoras ou ex-moradoras no lugar, pessoas que participaram diretamente das lutas, encontrei na narrativa delas uma carga emocional tão intensa, tão poderosa que meus intuítos científicos foram absorvidos pelo meu pendor de ficcionista. E fiz, do que era uma pesquisa científica, um romance.

O que me moveu a escrever o livro? Para denunciar o abandono em que jaziam as populações sertanejas, apenas lembradas para formar tropas do exército e para pagar alguns impostos, totalmente injustos e arrecadados brutalmente. O sertão vivia ao deus-dará, como área reservada para expansão do mercado capitalista do Rio de Janeiro, São Paulo e do litoral, mercado esse que explorava o

sertão com impiedade maior do que fazia a antiga metrópole portuguesa. Para provar, basta considerar que o que havia em Goiás de civilização (1940) fora feito ainda ao tempo da colônia. Desde a independência que Goiás se tornou um mundo-da-lua, uma terra de ninguém, uma ficção geográfica, como diziam os mais eruditos. Foi para isso que escrevi *O Tronco*, para mostrar que em lugar de lutar contra tal estado de coisas, os dirigentes políticos, tanto municipais quanto estaduais e federais, o que faziam era lutar entre si em disputas fratricidas inúteis, com o objetivo de se apropriarem do rendimento dos minguados impostos extorquidos aos pobres e desamparados. Enquanto durava tal panorama, jazia o sertão no maior atraso, num momento em que a civilização humana alcançava elevadíssimo desenvolvimento em outros pontos da terra, graças à exploração de nossas riquezas.

A linguagem de *O Tronco* era o coloquial médio goiano e se destinava às classes pobres. Por esse tempo, pensava eu que o número de analfabetos era menor; entretanto, o livro não atingiu a classe mais baixa pelas seguintes razões: essa classe não sabe ler, não tem hábito de leitura e, portanto, não possui preparo intelectual para entender um trabalho literário; por fim, é uma classe cujo rendimento nem lhe permite sequer pensar em adquirir um livro, coisa para ela totalmente inútil e supérflua. Existia outro agravante por mim ignora-

do: as pessoas pobres não gostam de ver sua vida e seus problemas refletidos em qualquer forma artística, nem aceitam semelhante imagem. Para a massa pobre isso é um insulto e uma mentira — o mostrar sua pobreza e suas dificuldades.

Tentemos analisar dois contos:

1 – “Pai Norato” (de *Ermos e Gerais*, 1944): há aí três motivos centrais:

a) Contavam que em certo lugar, uma criada, cansada de aturar as amolações e as peraltices de duas crianças, das quais era a babá, resolve eliminá-las. Para tanto, faz envenenar dois rodulheiros, dando-lhe a picar pedaço de carne envenenada por uma cobra venenosa, que contamina a carne com a inoculação do veneno de suas mordidelas. (Roduleiro, redoleiro, carrapato-de-cavalo é um aracnídeo acarino que se fixa à pele do homem por meio do bico em pinça, sugando-lhe o sangue (Ixodídeo) e formando uma ferida; tem o tamanho de um grão de milho).

b) A superstição de que a abstinência sexual desenvolve no abstinente poderes especiais e paranormais.

c) Utilizar a proposição: “*A noite tinha um cheiro de defunto*”, a qual despertava em mim um terror encantatório.

Iniciava-se o conto nar-
rando rapidamente que, havia 30
anos passados, um jovem de 18
anos (hoje o velho Pai Norato)
deu uma facada em outro rapaz
numa festa rural e abriu o pé no
mundo, para nunca mais ver nin-
guém, com exceção de um afi-
lhado.

Nesse ponto, justamente
na 5ª linha da narrativa, instala-se
o tempo presente, no qual aquele
afilhado, de que se falou tão rapi-
damente, está conversando com
o pai Norato (padrinho), instando
para que ele venha morar com
ele, afilhado, no rancho e aban-
done a furna em que vivia, no
mato, sem qualquer conforto.

Depois disso há um
flashback, no qual se conta que
pai Norato mora na furna faz 30
anos, na prática de severo asce-
tismo, adquirindo assim diversas
virtudes e fortalecendo-se sobre-
tudo pela prática da castidade,
isto é, não tendo nenhuma ativi-
dade sexual.

Dentre suas forças estão
o poder de achar objetos perdi-
dos e dominar as feras do de-
serto, como onças, lobos, cobras
apenas com o olhar. Tudo isso é
revelado por meio de narrações.

Aqui, retoma-se a narrati-
va no ponto inicial, em que o afi-
lhado convida Pai Norato para
morar com ele, a mulher e um
filhinho, convite ao final aceito
pelo feiticeiro.

Daí para frente, a narrati-
va permanece no presente e de-
senrola-se a estória propriamente
dita. No convívio com a afilhada,
Pai Norato sente renascer o de-
sejo sexual e, como a afilhada o
repele, ele a ameaça matando o
filhinho com os rodulheiros enve-
nenados. A mulher queixa-se ao
marido exigindo a expulsão do
velho, mas o afilhado tem tal res-
peito ao padrinho que não crê na
esposa, e o conserva em casa.

Cada vez mais apaixonado,
agora Pai Norato resolve eli-
minar o próprio afilhado, utilizan-
do-se sempre dos carrapatos-
rodulheiros envenenados. Sem a
defesa do marido, a afilhada ter-
mina seduzida pelo velho, que a
possui.

Ao praticar, porém, o ato
sexual, o santo como que se es-
vazia de suas defesas sobrenatu-
rais, e ao penetrar na floresta
para encontrar as feras que cos-
tuma hipnotizar, sente que suas
proteções estão rompidas e anu-
ladas, tornando-se presa inerme
das bestas — feras que o atacam
e devoram.

Nesse tempo não queria
denunciar nada. Aceitava a neu-
tralidade da arte. Pretendia o mi-
mético, isto é, recriar a realidade,
entendendo por realidade aquilo
que eu não entendia como tal.

2 – “Joãoboi” (de *Apenas
um violão*, 1984, 40 anos passa-
dos): a condução do conto é a
conversalhada de mulheres rocei-
ras, de noite, na fazenda,



enquanto se preparam para dormir. O tema é a bovinização do homem, pelo seu isolamento com o rebanho bovino. O tema é a alienação humana.

Não é conto de morte ou paixão violenta. É a história do fracasso da tentativa de mudar uma vacada de uma para outra fazenda. A estória verdadeira é recriada através da conversa das pessoas (mulheres e homens), empenhadas na mudança do gado para outro retiro.

O esquema é mais ou menos o mesmo:

A estória começa no meio, quando o dono chega à fazenda e aborda o assunto do fracasso dos vaqueiros no tangimento do gado, comentando a crítica feita por um violeiro da região.

Entre as causas da falha da empreitada é citado João boi, que é tido como filho de uma vaca fecundada por um homem, sendo o próprio João boi, assim, uma espécie de touro apadrinhador daquela manada.

Sua crônica é referida aos retalhos, de forma misteriosa,

traindo o medo que os vaqueiros sentem ao referir o caso dessa coabitação.

Diante da censura do patrão, os vaqueiros resolveram reunir novamente a vacada, mas agora vão chamar o João boi e tocá-lo de cambulhada com as vacas, pois sem ele no meio, as reses não deixam o antigo retiro (pastagem). As vacas vivem apadrinhadas com João boi.

Assim, no dia marcado, reunidas as vacas com os bezerros, os vaqueiros trazem João boi para ir com elas; para ajudar no preparo da comida para os peões e para outros serviços, vem também uma vizinha, que é uma grande conversadeira.

Na véspera da saída do gado, as mulheres estão na cozinha com as filhas e uma das mulheres resolve contar a vida de João boi: é a animalização do homem. Sempre criado somente com bois e vacas, o homem incorpora seus hábitos, seus modos, sua figura, e até surge a notícia de que João boi desprezou a mulher com quem se casou para viver amorosamente com as vacas. Por seu lado, a mulher igualmente se “vaquificou”.

De madrugada, no lusco-fusco, ao sair a boiada para o novo retiro, as comadres, em vez da figura de um homem enxergam um boi entre a vacada, um boi esquisito, nem bem um boi, nem bem um homem. “É o João boi”, resmungam elas horrorizadas, entre benzimentos.

O conto pretende refletir: a animalização do homem, no seu perene contato com bois e vacas; a credence de que o conúbio do homem com animais pode gerar seres metade homem, metade animal; a narrativa é entrecortada por considerações originadas de outras estórias, contadas por outras pessoas, o que propicia um clima de lendas e incertezas; a transferência das vacas de uma fazenda para outra, em si mesma, nada significa; por fim, a narrativa se envolve do maravilhoso da linguagem das mulheres, numa imaginação povoada de afirmações absurdas e regras práticas de vida e de trabalho. O nome da vaca é de origem tupi e quer dizer “meretriz”; o nome da serra quer dizer “serra” mesmo, em tupi.

3 – O Tronco: embora tenha 4 partes, o romance pode ser repartido em 3 partes, como a tríade hegeliana, formando a tese, a antítese e a síntese.

Na **1ª** e **2ª** partes, que formam o primeiro momento, mostra-se o universo da região, com seus conflitos latentes, mas vivendo uma harmonia dominada pelo respeito aos mais velhos e a submissão à hierarquia da parentela. As leis do país eram ignoradas.

Na **3ª parte**, ou segundo momento, mostra-se o acirramento das contradições e a negação do primeiro momento, ou seja, a quebra da harmonia e a deflagração da luta.

Finalmente, na **4ª parte**, ou terceiro momento, ambas as partes antagônicas são derrotadas, para surgir um universo diferente, de integração à nacionalidade e às suas leis nacionais e perda do poder absoluto de grupos feudais em disputa com o poder político central.

O romance é uma ideologia do desenvolvimento instaurada em Goiás, oficialmente, depois de 1930.

Com tais partes se identifica a distribuição tradicional da narrativa em começo, meio e fim, com o que se oculta uma mensagem dentro da narrativa. Há uma tentativa de configurar uma ideologia, estando a obra ou a arte antes voltada para o receptor ou leitor, que seria o povo pobre. Tentativa frustrada porque os receptores objetivados não lêem nem têm dinheiro para comprar livros. Mas atingiu a classe média, com relativo sucesso, já que o livro já está em sua 9ª edição e se classifica entre os romances atuais mais importantes.

O autor, conforme o esquema de Affonso Romano de Sant’Anna, *Análise estrutural de Romances Brasileiros*, 2ª edição., Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1974, teria praticado, em relação à série social, uma narrativa contra-ideológica, apontando falhas do sistema ao denunciar a exploração dos camponeses sem terra, usados como jagunços e soldados que matam no interesse dos donos de poder. Em relação à série literária, a obra é ideológica

quando procura cumprir os preceitos marxistas na interpretação da sociedade focalizada.

Depois de *O Tronco*, diante da influência decorrente da literatura mais moderna e do Suplemento do *Jornal do Brasil*, bem como do impasse do comunismo no mundo, minha literatura mudou. Em certo ponto, especialmente em *Veranico de Janeiro*, retornei um pouco à linha de *Ermos e Gerais*, refletindo, contudo, a ideologia esquerdista vigente no Brasil. É um livro que não refilete os interesses dos patrões.

A produção posterior se afasta dos postulados do chamado Realismo Socialista, e procuro cristalizar a narrativa da oralidade, com aplicação de recursos como o monólogo interior direto e indireto, a descontinuidade, a coerência sobrestada, a transformação pela metáfora, bem como a filosofia do humanismo moderno, com laivos de psicanálise e até de *gestalt*. Entretanto, tinha sempre em mente que “a palavra é sempre a realidade do pensamento” e que a consciência é reflexo das condições sociais; antes, que o homem é o conjunto das relações sociais.

Qual é sua relação com a escrita, com a palavra, com o estilo?

B.E.: Escrever para mim sempre foi uma atividade desgastante e emocional. É com relutância que começo a escrever, ato que exige de mim energia decisória. Depois,

porém, de começar, sinto prazer. Embora sendo um ato que me violenta inicialmente, sinto que não posso passar sem praticá-lo, até como exercício para disciplinar o pensamento. Todo problema sério que me aflige é solucionado depois de transformá-lo em discurso escrito.

As palavras e seu arranjo em expressões, frases, orações, articulados narrativos, me encantam desde menino. Na infância, as canções de minha mãe, que deturpava as palavras, tinham outra dimensão. Para mim, as palavras eram eróticas: só de ler o vocábulo “nu”, sentia enrubescer-me, sentia invadir-me uma onda de lascívia, como me horrorizava e entristecia a palavra “defunto” ou “cadáver”. Tais como essas, havia aquelas claras, cheias de esperanças e de segurança na vida.

Com referência ao estilo, ou seja, quanto à maneira de expressar os sentimentos e emoções, isso sempre me preocupou, e foi justamente tal aspecto que me fez aproximar de Cruz e Sousa e admirar a obra dele ou as páginas de Flaubert, nas cenas da morte de Ema. Também o estilo me aproxima de Eça de Queirós, de Machado de Assis e de tantos outros, cada um dentro de sua especificidade estilística. O estilo imprime à narrativa todos os sentimentos para os quais faltam recursos expressionistas gráficos ou qualquer outro tipo de sinal. É o artista que faz a prosa mais leve ou mais pesada, irônica ou severa, transparente e clara ou opaca etc.

Contudo, desde o começo me fascinou, em termos de estilo, a simplicidade de forma e de espírito, a clareza na expressão do pensamento, uma certa velocidade de narrativa, procurando livrá-la do enxundioso, do vulgarmente chato, do monótono pesado.

Mas entre imaginar e executar há um abismo que geralmente não conseguimos transpor.

Por que escreve?

B.E.: Simplesmente, não sei porque escrevo. Encontro diversas explicações que resolvem apenas um ou dois aspectos do problema, não mais. Como já disse antes, fui impulsionado inicialmente a escrever por imitação a meu pai e para imitar as produções literárias que me comoviam; também o fui para tentar explicar as coisas e o mundo. Hoje eu escrevo por uma compulsão, por hábito, escrevo assim como outras pessoas procuram conversar, procuram ler obras. Entendo que escrever é a minha janela para o mundo, a minha maneira de participar da vida geral. Não consigo fazer do ato de escrever uma distração ou um passatempo. É um trabalho, é um exercício de conhecer as pessoas, as coisas, as situações, o mundo.

Talvez escreva para explicar alguma coisa do mistério do mundo, para tentar fixar um momento emocional, para satisfazer minha vaidade de ser um ente capaz de enxergar a vida sob um ângulo diferente, um ângulo tal-

vez mais próximo da verdade. Talvez escreva por mero exibicionismo. Talvez tente realizar-me na literatura: realizar as minhas muitas frustrações decorrentes de minha timidez. Talvez escreva por tudo isso reunido.

As palavras, as frases têm para mim vida à parte, sabor, cor, cheiro, som, personalidade e sentimentos. Para mim, a literatura (como arte de unir palavras e lhes dar um sentido) é o deus que cria o mundo e a vida.

O mundo são as palavras, podendo-se repetir Marx: "*A língua é a realidade imediata do pensamento*", sabendo-se que o pensamento é o reflexo da realidade.

Em seu específico trabalho criador prevalece a interrupção ou a continuidade? Há crise? Com que as identificaria?

B.E.: O meu trabalho criador é intermitente. Já tenho passado até mais de um ano sem produzir qualquer trabalho literário. Aliás, minha produção literária é sempre episódica. Comparo-a com o ciclo das águas: a chuva cai na terra e desaparece para surgir depois em vários pontos e se unir em caudais.

Explico essas interrupções pelo fato de nunca ter sido um produtor literário sujeito a obrigação certa. Como o trabalho literário não oferece remuneração em Goiás, onde tenho vivido, não criei o hábito de escrever continuada e metodicamente. Talvez também isso decorra de minha

educação. Como não tive estudo primário em instituições especializadas, não adquiri muito senso de obrigação, método, disciplina, qualidades também ausentes em meu pai.

Tenho sempre vivido em crise quanto ao trabalho literário. Como não havia remuneração objetiva para esse tipo de atividade, constantemente o estava abandonando, em proveito de outro rendoso, para retomá-lo em momento menos impróprio.

Há ainda uma crônica que foi muito divulgada, aí pelas alturas dos anos 60, ao tempo de um aniversário do *Jornal de Letras*, de Elísio Condé, Rio de Janeiro. Eu estava numa dessas crises literárias, afastado da produção por julgá-la inútil e até inconveniente no momento. Nisso, vi nas bancas de jornais o exemplar do *Jornal de Letras*, em que o editor comemorava 15 ou 20 anos de vida do mensário.

Aquilo me comoveu. Como não tinha eu coragem para continuar escrevendo, quando Elísio Condé, com dificuldades muito superiores, prosseguia na sua tarefa, também não lucrativa, de editar seu jornal! Escrevi uma crônica que publiquei nos jornais de Goiás, Elísio a reproduziu com destaque no *Jornal de Letras*... Mais uma vez fiz as pazes com a produção literária.

Minhas crises participam de duas causas: **1** - Falta de compensação de qualquer natureza ao fazer literário, inclusive o anonimato, apesar das produ-

ções; **2** - Dúvida, incerteza quanto ao futuro. Talvez me estivesse esforçando na literatura e abandonando o magistério, a advocacia e o comércio, para amanhã minha literatura ser tida como inútil, sem valor. Não estaria perdendo meu tempo?

Essa falta de confiança em mim mesmo foi tudo que obrigou a não ter uma projeção nacional ou obra de maior consistência. Faltou convicção de minha capacidade.

Há momentos felizes ou ideais para escrever?

B.E.: Fora das crises, eu escrevo quer esteja feliz ou não, quer seja propício ou não.

A única coisa que em verdade me priva de escrever é a situação financeira. Se há qualquer problema de ordem financeira, toda minha atenção e toda minha preocupação se voltam para isso.

É preciso informar que, em verdade, nunca penso em termos de momento feliz ou infeliz, adversidade ou ventura. De uma certa maneira, não gosto da vida. Viver para mim é uma tarefa, e no desempenho dela, é lógico que deverei ter momentos melhores e piores, momentos de adversidades e de bonança. Mas isso não altera, porque minha tarefa, minha obrigação é viver, é desincumbir-me dessa obrigação nem gloriosa, nem infamante. A realidade é que me atiraram ao

mundo, estabeleceram o preconceito de que se matar não é bonito; então vamos tocar as coisas para a frente e ver no que irá dar. **Quando escreve é a vontade que puxa a escrita ou é a neurose, o prazer da inteligência e da fantasia?**

B.E.: Já disse antes, de uma certa maneira vivo num mundo de sonhos e encantamentos. Em dado momento sinto que preciso escrever, inclusive para afastar aqueles fantasmas que me perseguem exigindo uma existência literária, mas a preguiça, a indecisão me tolhem até que, por um ato violento da vontade, começo a escrever. Aí me domina o mundo da arte e o prazer de conviver com ambientes, personagens, e dramas, tanto tempo reprimidos, tomam conta de mim inteiramente. É uma espécie de prazer da inteligência e da fantasia, de brincadeira com as palavras e com as frases, da magia de combinar sílabas, palavras, frases, entes literários, tentando dar curso às minhas mais recônditas e envergonhadas neuroses. Creio, porém, que domina a fantasia.

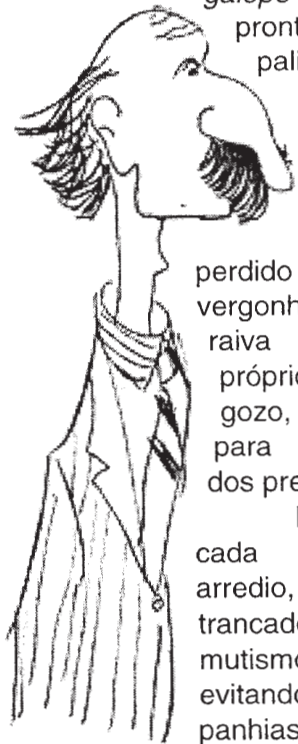
Houve em sua vida de escritor um acontecimento extremamente gratificante ou de grande frustração? Poderia contar?

B.E.: Já o disse, não sou de cultivar e de exteriorizar minhas emoções. Como meu pai — in-

fluenciado pela cultura inglesa de *snoobs* e *dandies* que pretendeu imitar na juventude —, aprendi que manifestar emoções era sinal de plebeísmo e comportamento reprovável. Por isso, sempre procurei mascarar minhas emoções e impedir que elas me avassalasses e impedir que elas me avassalasses o espírito. Não era procedimento fácil, porque eu tinha um defeito terrível (para mim), um defeito que, juntamente com outro, amargurava toda a existência, da infância à juventude. Eu tinha a qualidade de enrubescer-me, ruborizar-me, envermelhecer, mudar a cor das faces (eritrofobia). Qualquer emoção me fazia ficar vermelho feito um pimentão ou amarelo feito uma flor de algodão. Até perfume, até um pensamento impudico ou temeroso podia provocar-me a diabólica reação incontrolável, mesmo estando a sós comigo mesmo. Certa vez fui levar um recado a alguém. Bati na porta. Uma jovem apareceu. Senti cheiro de sabonete, um corpo recém-saído do banho, lindas formas juvenis nuas, senti a vermelhidão me tomar as faces com tal violência que foi o mesmo que desnudar a jovem ali diante de mim. Gaguejei, confundi-me, a mocinha ficou muito espantada, quis auxiliarme, mas eu fugi correndo e daí para a frente sempre a evitei, com ódio e humilhação. Outra vez, ao passar pela rua, senti um perfume de flores tão sutil e delicado que senti que minhas cores se esvaíam nas faces e eu tremia nas pernas. Um amigo, que ia

comigo, percebeu, mas eu tive a presença de espírito de dizer que sentira uma fortíssima náusea, mas de forma passageira.

Os parentes (irmãos, primos) faziam disso motivo de chacota e eu passei a temer enfrentar situações que me pudessem fazer mudar de cor. Entretanto, quanto mais tentava controlar a reação, mais ela se tornava indomável, incontrolável, abominável, insuportável. Bastava uma palavra, um gesto, um ruído que sugerisse determinada imagem ou idéia para que meu cérebro elaborasse todo um quadro vivísimo, que despertava em mim uma emoção tão violenta a ponto de fazer-me crer que iria desmaiar ou chorar ou sair correndo desesperadamente. Muitas vezes diziam: "O cavalo disparou num galope"



pronto, uma palidez de defunto me envolvia e eu me sentia perdido de vergonha e de raiva de mim próprio, para gozo, para troça, para pândega dos presentes.

Fui ficando cada vez mais arredio, mais trancado no meu mutismo, sempre evitando companhias, principal-

mente porque meu pai não gostava dessa minha reação, principalmente porque essa reação era profundamente ridícula, principalmente porque o acanhamento é um defeito tremendamente idiota, grotesco, burlesco, caricato. Meu pai desgostava dessa minha reação e eu queria ser infalível perante ele, como ele pretendia que os homens fossem. Embora sem nunca ter pego uma carta de baralho, meu pai elogiava o jogador que controlava o semblante, fosse qual fosse o jogo que estivesse diante dos olhos. Para meu pai, isso era a suprema virtude de quem vive numa sociedade de hipocrisias.

Outro defeito que me amargurava era ter os dentes incisivos superiores projetados para a frente. Eu era dentuço, o que me obrigava a mover demasiado os lábios para falar. Meus contemporâneos logo perceberam o tique e passaram a me criticar e eu que queria ser infalível, sentia-me profundamente ofendido e humilhado. Passei a falar o menos possível, a não rir senão de beijo fechado, a falar sem arregaçar os lábios, o que me prejudicava enormemente a prolação e me levava a gaguejar ou tatibitatear.

Contudo, para disfarçar todo esse vulcão que me ia n'alma, eu usava os mais diferentes embustes, camuflando minhas emoções, minhas atitudes, usando de grande poder de hipocrisia que consegui ir aperfeiçoando no correr do tempo. Sobretudo, aprendi a suportar as adversidades com

humildade e com muita paciência. Inútil irritar-me, esbravejar, chorar — tudo isso só servia para alegrar meus semelhantes e para me marcar com o sinete do ridículo e da chacota. Eu tinha que não me deixar vencer, fosse lá porque meio fosse. Aqueles defeitos eram incontornáveis e para mim só se me apresentava uma saída: eu tinha que conviver com eles.

Não sei muito bem se cheguei a tais conclusões graças unicamente a meus esforços e a meus próprios raciocínios. Mas tenho quase certeza de que foi, pois meus pais não tinham muita consciência desse meu drama, nem mesmo chegando a tomar conhecimento deles. O que meu pai queria era que eu não procedesse como um tolo acanhado, da marca dos muitos por ali existentes, motivo de risos e anedotas. Para minha mãe, eu era o mais belo e perfeito dos meninos, cujos atos talvez um pouco estranhos não passavam de inocentes procedimentos infantis.

Afinal, eu era na aparência um ser totalmente diferente do que era interiormente ou na minha autêntica personalidade. Na aparência eu estava representando um papel, eu era um ator teatral. Mas essa minha máscara, essa minha representação, tinha um preço que era o meu afastamento do mundo e das pessoas.

Cada dia que passava, mais eu me sentia um exilado. Aí estava um mundo pleno de alegrias, prazeres, oportunidades, mas do qual eu não deveria parti-

cipar, nunca soube nem bem por quê. Talvez por medo, talvez pelas minhas terríveis inibições. Passei a viver o que o dia-a-dia me oferecia. Nunca procurei dirigir meus passos, meu futuro. Colhia o que caía em minhas mãos: não me julgava com direito a nada: o mundo não fora feito para meu desfrute e gozo. Entretanto, também aí enxergava meu pronunciado tartufismo de procedimento. Será que as coisas me caíam nas mãos por obra e graça do acaso?

Pensava um pouco, achava que não era bem assim. Por exemplo, aquela Bolsa de Publicações criada pelo Prefeito Venerando de Freitas Borges teria sido um acontecimento para o qual nada contribuíra minha vontade? Em sã consciência, não podia afirmar tal. Pela amizade mantida com o prof. Venerando, com o trabalho intelectual antes desenvolvido e por certas conversas transversas com ele sustentadas, pela inteligência, lealdade e dedicação com que desempenhava as funções de seu auxiliar na administração municipal, obviamente que havia, de há muito, preparado o solo do qual brotou a decisão da criação da Bolsa. Sem dúvida nenhuma que meu comportamento não foi consciente, não visava a essa finalidade, não foi adrede planejada e executada, mas atingiu aquela meta em decorrência da qualidade de que eu era portador. E tudo corria tão harmoniosamente que ao surgir a Bolsa só se encontrou pela frente uma obra pronta e acabada, louvada por todos que a conheciam

— o meu livro de contos *Ermos e Gerais*.

Na juventude, minha inibição por ambos aqueles defeitos apontados era tal que passei a fugir de namoradas e evitar conversa, ou contar casos e anedotas. Se começava a contar um caso, no meio da narrativa tinha a impressão que não saberia dar ao final tom engraçado que deveria dar e assim ninguém iria rir: aí eu começava a mudar de cor, ficava desapontado, desajeitado e fracassava mesmo para grande hilaridade dos ouvintes. Chegou a um ponto, em que no meio da estória eu sentia um “branco”, uma inconsciência total.

Cada vez menos eu falava ou ria ou procurava companhias. Até as namoradas que eram numerosas até meus 13/15, daí para diante, com a consciência desses meus defeitos, passei a não as ter para minha enorme desolação e minha enorme carência de afeição. Minha saída foi refugiar-me nas leituras e procurar fazer literatura capaz de dar-me uma posição no meio de meus colegas. Até discursos passei a cultivar, pronunciando-os sempre que havia ocasião. Descobri que a tribuna era uma trincheira que me defendia do defeito de boca e que me sustentava contra o receio de não chegar a um final feliz. Também percebi que deveria usar sempre de alguma ironia, de alguma posição não muito severa ou circunspecta, pois nesses atributos já estava metade de minha defesa entre uma postura séria ou jocosa. Ninguém me poderia acusar nem

de muito sério, nem de totalmente brincalhão.

No entanto, sem embargo dessa fuga da aproximação de mulheres ou namoradas, vivia apaixonado por jovens que me correspondiam ou por outras que nem de longe se poderiam dar conta da minha existência e muito menos do enorme amor que por elas nutria dentro do maior segredo. A paixão assim amordaçada era de tal intensidade, que, a bem dizer, eu adoecia, perdia noites de sono, sentia-me febril. Bastava ver o vulto da mulher amada ou ouvir referência a ela para assaltar-me verdadeiro estado de histeria que eu procurava ocultar de todas as maneiras possíveis. Para defender-me de tamanho sofrimento, passei a cortar qualquer namoro ou qualquer aproximação feminina mais efetiva. Passei mesmo a evitar as mulheres com quem poderia comprometer-me sentimentalmente. Passei a procurar a companhia das prostitutas ou das mulheres livres, pelas quais também me apaixonava, mas de forma não tão violenta.

Com a adolescência e a chegada do buço, senti-me mais aliviado. Deixei o bigode crescer e como era louro, tratei de tingi-lo de preto para melhor ocultar minha boca e meus dentes salientes. Ah, o bigode foi uma grande solução e a partir daí jamais o cortei. Pelo contrário, deixei-o sempre grande e numeroso para minha tranqüilidade fisionômica.

A grande alegria que tive foi quando publiquei meu primeiro livro *Ermos e Gerais*, 1944; não

esperava grande coisa, principalmente por residir em Goiás e ser um desconhecido no mundo das letras. Mas quando li a carta de elogios de Monteiro Lobato e depois o artigo igualmente enaltecedor de Alceu Amoroso Lima, tive uma satisfação inexprimível, enorme emoção, mas também temor.

A carta de Monteiro Lobato, então, foi um martírio. Ela era furiosamente elogiosa e eu nunca recebera elogios na vida. Daí entender que Lobato (homem conhecido pela feroz mordacidade) estava zombando de mim, fazendo enaltecimentos descabidos. Tive ímpetos de rasgar a carta, mas sempre acostumado a conter as emoções, guardei-a no bolso sem mostrar a pessoa alguma. Não mostrei nem à minha mulher, com quem me casara fazia um mês, e perante a esposa (que era rica para nosso meio social) minha condição de escritor era um trunfo importante para minha vaidade e meu orgulho. Agora, aquela carta seria um achincalhe, um atestado de fracasso, pois em Goiás vivíamos para São Paulo e Rio de Janeiro, como colônia que éramos e somos. O juízo, pois, dos colonizadores, era fato definitivo para consagrar ou para destruir.

Durante três dias e três noites intermináveis ocultei a maldita carta que já havia lido tanto a ponto de sabê-la de cor nos mínimos detalhes, sem chegar nunca a uma conclusão se era ou não sincera, tal o estado de confusão que se me instalou no conhecimento. Foi aí que tive

a coragem de mostrá-la ao professor Venerando de Freitas Borges, responsável pela edição da obra e pessoa de minha estima.

Temperamento aberto, despachado e simples, Venerando nem acabou de ler a missiva. Saiu sacudindo-a no ar e mostrando para todos com quem encontrava. Quando lhe manifestei minha dúvida, nem acreditou, nem tomou conhecimento de minha “burrice” — como dizia. Na noite desse dia, Goiânia, que era uma pequena cidade de cerca de 50.000 habitantes, Goiânia inteira já sabia da carta como um diploma consagratório do escritor Bernardo Élis. Encarregara-se dessa divulgação a rádio transmissora aqui instalada pela Empresa Assis Chateaubriand, graças à iniciativa do prof. Venerando, divulgação reforçada pela reprodução da já famosa carta no rodapé de *O Popular*, num comentário de José Décio Filho, um dos jornalistas mais famanazes do Brasil Central.

Em novembro, o suplemento literário de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, edição dominical, em rodapé altamente conceituado assinado pelo então maior crítico literário do país, Alceu Amoroso Lima, estampou longo comentário sobre *Ermos e Gerais*, elogiando e consagrando meu livro.

Foi essa a maior emoção literária de toda a minha vida.

Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima, era o maior crítico literário do Brasil, conceituadíssimo líder católico. Desde há muitos anos que eu e meus parentes (catoli-

císsimos) acompanhávamos seus artigos de crítica a livros aparecidos no Brasil e no estrangeiro, através de jornais e revistas. Ultimamente ele publicava um rodapé crítico em *O Jornal*. Muitas vezes havia eu pensado em ver, um dia, Alceu Amoroso registrando um livro meu. Era um pensamento fugidio, que julgava muito ambicioso e por isso não o confiava a ninguém, mas nem por isso deixava de ser uma ambição (embora evanescente) igual aquela outra de vir a tornar-me um nome da literatura universal. Quem pode acorrentar as idéias! Saído meu livro em fins de agosto, em novembro do mesmo ano, eis ali a coluna de mestre Alceu registrando o pobre *Ermos*. Ao tempo não residia em Corumbá, mas na imaginação vi a rodinha formada em torno do balão da casa comercial de meu tio André Curado, onde habitualmente, pela manhã, era tal autor comentado, e pude reconstituir os vários pensamentos ali surgidos. Para alguns, seria uma imensa vitória para a perdida Corumbá; para outros, talvez uma mera condescendência para um Estado tão pobre de escritores, como era Goiás; para alguns despeitados ou maledicentes, ou complexados, o registro do autor goiano num rodapé de Tristão de Athayde nada mais significava que o pobre Alceu estava se tornando “gagá” ou já não recebia, como outrora, livros de nomes famosos para comentar. Bem ou mal, o nome de Goiás surgia na imprensa nacional e meu livro e meu nome ocupavam a boca e a

cabeça de toda a cidade por muito tempo. Era uma vingança. Agora, tinham que ouvir, até o fim, a estória de alguém que nunca pôde terminar uma anedota com receio de mudar de cor! Mas será que eu havia escrito apenas para fazer bonito em Corumbá? Talvez, sim.

No tocante a momentos de frustração literária, certamente que os houve e tem havido e muitos, mas nenhum que me marcasse fundamentalmente ou profundamente. Uma frustração aguda de que me lembro, porque foi no começo de minha carreira, refere-se a um concurso literário instituído pela Academia Goiana de Letras, por ocasião das festas de São João de 1941, quando me foi conferido o segundo lugar. Embora confiante em que meu trabalho era o melhor, a injustiça do segundo lugar não me atingiu muito, justamente por isso. Esse segundo lugar correria por conta da ignorância dos julgadores, por bajulação a nomes de projeção política, pelo fato de minha literatura, naquele concurso romper com preceitos sociais e religiosos retrógrados da sociedade. Tanto procediam meus argumentos que, com data de 25 de outubro desse ano, publicou o jornal *Estado de Goiás*, de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, um artigo assinado por Mário Franco, pseudônimo do escritor goiano Carlos Gomes de Faria, em que considerava injusto o referido julgamento, cujo primeiro lugar deveria ter ficado com Bernardo Élis.

No mais, nunca fui educado para ser campeão ou o primeiro nas competições. Meu pai praticava o mais pusilânime dos cristianismos e eu o seguia. Meu lema era: A VIDA SÃO AS SOBRAS.

Se fora de Goiás eu sempre fui vitorioso nas competições literárias, isso não acontecia aqui, exceção feita à premiação recebida da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, em que não competi com ninguém no gênero ficção. Se não, vejamos. Também em 1962 a Universidade Federal de Goiás instituiu um concurso literário, em que eu concorri com um livro de contos. No momento, não sei se não fui classificado, ou se o livro ficou em segundo ou terceiro lugar. O certo é que não me coube aquilo que eu mais desejava, que seria ter minha obra editada. Para maior complicação, em 1º de abril de 1964 vem a quartelada e meu livro, que estava sendo editado pela tipografia do Estado de Goiás, mas à custa da Livraria Editora Brasil Central, empresa privada, teve sua impressão suspensa, foi submetido a diversas comissões de censura e, afinal, teve que ser liberado no fim do ano. Foi lançado em Goiânia em 31 de dezembro de 1964, mas data de 1965.

A esse tempo eu tinha meu livro *Veranico de Janeiro* galardoado com o prêmio “José Lins do Rego” da Editora José Olympio, a que se seguiu a publicação de *O Tronco* e outras obras. Também recebi a premiação “Jabuti” de São Paulo, para

aquele romance e pelo livro de contos.

Este livro, que não mereceu em Goiás classificação da comissão julgadora, foi em 1965 premiado pela Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, com o prêmio “Afonso Arinos”, de repercussão mundial. Isso fez com que o escritor Anatole Ramos comentasse que a cada derrota de Bernardo Élis em Goiás corresponde uma vitória fora de Goiás.

Também essa minha desclassificação do concurso promovido pela Universidade Federal de Goiás não deixou de me amargurar um pouco, não estivesse eu preparado para receber tal tipo de tratamento decorrente de minha posição de homem de esquerda em Goiás, em luta sempre contra os poderosos donos de terra e em luta sempre contra a rotina e o atraso e a superstição ou preconceito.

Em 1987, tive o imenso prazer de receber do Governo do Distrito Federal o prêmio “Candango”, pelo conjunto de minhas obras literárias, premiação nacional; também no mesmo ano fui honrado pelo Governo do Estado de Goiás com a publicação de minhas obras reunidas, em cinco belos volumes encadernados em marroquim verde-claro, com o nome de *ALMA DE GOIÁS*, edição que se deve ao Dr. Henrique Santillo e a seu secretário de Cultura, o escritor Kleber Adorno. É a primeira vez que o Estado de Goiás faz publicar as obras reunidas de um escritor seu filho.

Onde encontra estímulos e pretextos para escrever? Poderia exemplificar concretamente com os seus escritos?

B.E.: Os estímulos para eu escrever, inicialmente, vinham da imitação a meu pai e da imitação dos trabalhos literários com os quais afinava a minha sensibilidade. Até hoje estou certo que a produção artística começa pela imitação de autores com que o aprendiz de escritor demonstra e sente afinidade de toda natureza. Por “imitação” entendo a aprendizagem de maneira geral, nela se incluindo os ensaios e erros, a imitação natural ou aprendizagem sob orientação racional, levando-se igualmente em consideração o aproveitável das teorias do behaviorismo, da *Gestalt* e da psicologia fenomenológica.

Com o relativo sucesso dessas experiências entre os colegas de Liceu, entre as moças minhas conterrâneas e contemporâneas, passei a ter nesse sucesso compensação para minhas frustrações. Frustrações por não ter boa roupa, por não ter dinheiro, por sentir-me inibido diante das mulheres, especialmente as namoradas, em virtude de meus pretensos defeitos, isto é, meus dentes saltados, meu defeito de mudar de cor no rosto, o que me inibia namorar, conversar com o mulherio, dançar, participar de folguedos etc. Embora aqueles defeitos não me tolhessem de todo, eram um estigma difícil de contornar, porque produtos de minha fantasia.

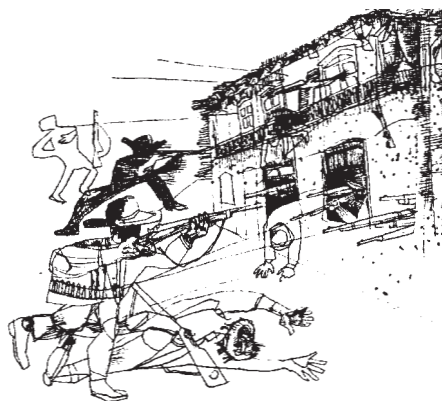
Pretextos para escrever eram os acontecimentos da vida circundante e as fantasias de minha sensibilidade. Exemplifiquemos com minha obra. Um dos primeiros contos publicados não passava de uma crônica. Eu fazia pequenos contos para os jornais de finalidade política, já que contos maiores não lhes interessavam. O conto referido foi escrito em 1938, publicado em *O Popular*, jornal inaugurado em março desse ano na cidade de Goiânia, fundada fazia quatro anos para ser a nova capital do Estado de Goiás. Era um conto de Natal e retratava uma banalidade. O filho de uma lavadeira de roupa muito pobre ouvira contar que Papai Noel distribuía presentes em sapatos postos à janela, na noite de Natal. Querendo ser presenteado, o menino deixou seu único par de sapatos à porta da rua (a morada não tinha janela); no outro dia cedo, não achou nem presente, nem sapato, que este fora furtado. Furiosa com o prejuízo, a lavadeira deu uma boa sova na criança, cujo choro doloroso foi o aviso de despertar do bairro pobre. Comentários irônicos e talvez cínicos dão à pequena tragédia tom de galhofa.

A pretexto de que teria eu feito esse conto, e sobretudo um conto com semelhante humor? Aí não sei ao certo. Parece-me que seria uma maneira de registrar as várias versões de um mesmo fato, em face a cada ambiente ou classe social. Seria uma forma de desmistificar o Natal, ambiente cercado de tanta religiosidade na sociedade simples, piedosa, hi-

pócrita e supersticiosa de uma Goiânia de características tipicamente rurais, naquele começo de desenvolvimento urbano por que começava a passar o sertão. Era um acontecimento até ridículo, mas visto sob o ângulo de profunda humanidade — isto é, que nem Deus é o mesmo para pessoas diferentes.

Outro conto agora mais longo e detalhado seria “O erro de sá Rita”. É um conto sarcástico, inspirado talvez em Machado de Assis ou Pirandello, cujo espírito é jogar ou brincar com a ilogicidade dos fatos. O conto fala de uma pessoa que anda na “contramão” da vida, que está sempre perturbando a boa ocorrência da vida, uma pessoa cuja presença traz sempre alguma amolação. Começa a vida surgindo de um amor ilícito, fato que amargura tanto a vida da mãe (mulher solteira) como a do pai, que era casado. Depois de uma vida rejeitada por todos, já velha, morre num dia em que a cidade pequena celebra o aniversário de sua fundação; e como apesar de *gauche* pertence a família rica e importante, sua morte diminui o impacto das festividades, perturba o brilho dos discursos, impede realizações de folguedos etc. Era uma maneira de abordar um acontecimento sob ângulo novo e geralmente evitado; seria uma fórmula de criticar as conveniências e as inconveniências sociais, numa sociedade que emergiu do ruralismo carregada de preconceitos e de superstições.

O pretexto para escrever estaria mais na crítica ao meio



social; o estímulo estaria na estranheza ou na irreverência como um acontecimento era encarado, analisado, interpretado. Esta literatura não dava dinheiro, é verdade, mas oferecia respeitabilidade, certa fama de saber e inteligência úteis em outras circunstâncias.

Vamos falar do romance *O Tronco*. Não há propriamente pretexto em sua criação — há intenção definida. Quando escrevi *O Tronco*, meu segundo livro publicado, o primeiro depois de *Ermos e Gerais*, visava vários objetivos. Monteiro Lobato, em carta com que saudou o aparecimento deste livro (*Ermos e Gerais*), recomendava que escrevesse um romance terrível, como eram os sertões analfabetos e desumanizados. Isso me impressionou de maneira especial, por que eu também procurava na literatura um pretexto para denunciar os males sociais a que estava condenado o sertão. Desse modo, uma certa ironia, o tom brincalhão e a busca de refinamento por acaso existentes em *Ermos e Gerais*, isso foi abandonado, em troca de um tom mais sério, marcado pela tragédia do atraso, da ignorância e da doença.

Quisera fazer uma estória para o povão, mas não levava em conta que o povão brasileiro, naquele tempo mais do que hoje, era analfabeto, não tinha dinheiro para comprar livros nem tinha hábito de leitura, predicados que tornavam o povão inexistente para qualquer tipo de literatura. Então, sem o saber, eu estava me dirigindo a um público errado. Para atingir o povo, usei o coloquial médio goiano, estruturei o livro de acordo com a estrutura das sagas populares ou das narrativas orais, firmemente marcando o lugar, o tempo e os aspectos de começo, meio e fim. Comecei a estória pelo princípio e a deixei no final, um final meio continuativo, que permitia, se quisesse, prosseguir na narrativa, como pretendia, mas não o fiz por mera questão de dinheiro, como em outro lugar se dirá. Em *O Tronco* eu procurei seguir a estrutura obedecida nas estórias contadas pelo povo. Era um relato de lutas, brutalidades, ignorância e contando coisas que o povo gostava de ouvir. Era um protesto contra a marginalização das populações sertanejas, da exploração mais impiedosa do camponês sem terra, da opressão dos senhores do poder, escrito numa linguagem coloquial sem complicações nem preocupação de ordem estilística.

Havia em *O Tronco* outra intenção muito preponderante. Estava protestando contra uma literatura altamente elaborada, calcada em padrões europeus sofisticados, cujos mestres seriam James Joyce, Marcel Proust, o *Nouveau roman* francês e ou-

tros representantes da literatura inglesa, calcada na invenção de palavras e frases alicerçadas no recurso de reformar a estrutura narrativa, pela construção em círculo ou em abismo, como estavam fazendo os escritores franceses. Eram inovações valiosíssimas, mas inalcançáveis pelo nosso povo tão atrasado.

Com minha literatura procurava contestar as bizantices de Nathalie Sarraute, Robbe-Grillet, Michel Buttor, Claude Simon, além do entendimento do povo semi-alfabetizado. Chegara a tal conclusão por ter ido na companhia de alguns roceiros ou homens do povo a algumas sessões de cinema, durante as quais acompanhava seriamente as reações psicológicas desses meus companheiros. Assim, cheguei à conclusão de que tais espectadores só percebiam reações primárias ou emoções violentas, como o amor físico, a morte, as lutas corporais entre homens ou de homens com a natureza e outros animais.

Como disse antes, a camada popular à qual pretendia dirigir minha literatura, camponeses e operários urbanos, esses nunca leram; quem leu *O Tronco* foi a classe média superior brasileira, e o leu bastante. Dos meus livros é o que tem alcançado maior divulgação, já estando na 9ª edição e sendo considerado como um dos bons romances nacionais.

O jornal *Cataguases*, de 5 de março de 1989, em artigo assinado por Sérgio Braga, enumera os 44 autores de maior signifi-

cação dentro da Literatura Brasileira a partir de 1964, e nesse número está incluído o meu nome. Na biografia que fez de Bernardo Élis, na obra *A Posse da Terra — Escritores Brasileiros hoje*, co-edição entre a Imprensa Nacional/Casa da Moeda, de Portugal e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1985, a escritora Cremilda de Araújo Medina, diz: “Autor (Bernardo Élis) de vários ensaios que ressaltam a cultura goiana, este não é um regionalista. Já no início de sua criação, segundo a crítica da época, ultrapassava os limites do espaço geográfico, numa obra universalista. A UNESCO já o incluiu entre os escritores de valor internacional, faz parte de antologias alemãs e norte-americanas e a Publisud está preparando uma edição francesa”.

Escreve regularmente ou é possuído por raptus improvisado?

B.E.: Escrevo regularmente, conscientemente e voluntariamente.

Em geral, depois de terminado, deixo o trabalho por alguns meses ou mesmo anos, para depois voltar a trabalhar nele, cortando em alguns pontos, acrescentando em outros, trocando certas frases ou capítulos de seus lugares, até considerá-lo como findo.

Meu conto “Joãoboi” levei, tentando realizá-lo bem, uns 20 anos, de modo que quando o

publiquei em 1984, na coletânea *Apenas um Violão*, as minhas diretrizes artísticas eram muito diferentes das que eu possuía quando o concebi em 1964. Um conto como “Sua alma, sua palma”, teve uma versão escrita também 20 anos antes, totalmente diferente. A primeira versão era para narrar um fato de grande crueldade com frieza de um relatório oficial, com o mínimo de palavras e pormenores possíveis. Já a versão definitiva, incluída numa coletânea de 1978, da José Olympio, do Rio de Janeiro, intitulada *André Louco*, está completamente modificada. A cena de crueldade é apenas um episódio num amplo painel social, onde predomina a feroz exploração do homem pelo homem.

Também “A Lavadeira chamava-se Pedra” tem uma versão do tempo em que eu fazia pequenos relatos à maneira de crônicas, isto é, foi um pequeno conto escrito em 1938 e reelaborado em 1970, sob outra visão; a visão de que a opressão, a falta de liberdade, levam geralmente as pessoas a praticar injustiças com o próximo sem querer, como sucedeu com São Pedro em face da prisão de Jesus. A primeira versão desse conto era apenas o contraste de um homem tido como ladrão ter sido morto pela polícia na noite de Natal.

De apenas três contos me lembro haver escrito assim de uma só vez, quase que de improviso. Foram “Nhola dos Anjos e a Cheia do Corumbá”, “Os Insetos” e um terceiro trabalho cujo

título esqueci, que foi produzido como protesto contra um ato de injustiça praticado em desfavor de um pequeno proprietário que teve sua propriedade invadida por soldados e sofreu violento despejo judicial. Foi publicado no jornal do Partido Comunista de Goiânia, *O Estado de Goiás*, dele não deixei cópia e a coleção do jornal desapareceu com as perseguições policiais de 1964.

Qual o papel que o imprevisto desempenha em seu trabalho criador?

B.E.: Minha vida tem sido pacata, rotineira e assentada, de modo a não acolher nela o imprevisto, sob qualquer ângulo. Todas as situações difíceis, ou parece que imprevisíveis, eram situações sobre cuja possibilidade já havia pensado e vislumbrado. Mais ou menos fiel à filosofia de meu pai de não externar emoções ou saber refreá-las e disfarçá-las, sempre procuro encarar o imprevisto como um acontecimento mais ou menos previsto ou previsível, não reagindo de imediato contra eles. Tento engolir o imprevisto com certa naturalidade, não demonstrando muito espanto ou revolta ou alegria. Só depois de algum tempo é que surgem minhas reações, com as quais, preferentemente, tento recuperar um pouco do prejuízo causado pelo imprevisto. Acho, seguindo ainda a filosofia paterna, que qualquer acontecimento, por pior que seja, tem algo de aproveitá-

vel, que não nos cabe desperdiçar.

Em virtude desta atitude, as grandes emoções apenas tardiamente apresentam seus reflexos na minha literatura; e quando tais reflexos surgem já estão profundamente amortecidos, amordaçados e até transformados.

Por minha natureza tímida, como pouco espero da vida, o imprevisto não tem maior significado, havendo pequena diferença que a água corra para cima ou para baixo. Além disso, sempre tive comigo um último recurso, que denomino “válvula de segurança”. Sempre admiti que chegando ao derradeiro ponto, usaria como saída de emergência o suicídio. Se as coisas se tornassem muito ruins eu me mataria. Apenas uma vez estive na iminência de utilizá-lo. Foi em 1972 ou 1973, num momento agudo das perseguições ditatoriais.

Intimado por telefone, tarde da noite, de que deveria apresentar-me no outro dia, pelas 6 horas da manhã, na unidade do Exército Nacional, em Goiânia, sob pena de ser buscado e conduzido àquele local por soldados armados, satisfiz a intimação, pontualmente, no dia seguinte. Entretanto, não quis comunicar a ninguém, nem mesmo a meus familiares, a intimação, passando porém o resto da noite sem conseguir dormir, aterrorizado. Era um momento em que várias prisões haviam sido feitas, até com morte sob tortura de alguns desses prisioneiros. A minha intimação se prendia a uma conferência

feita por mim perante a Universidade Federal, quando a isso estava proibido por força dos Atos Institucionais nº 1 e nº 5, em que estava incurso. Ao ser convidado por alunos para essa conferência, ponderei aos que me convidavam que tal ato importava em desrespeito àquela ordem e que eles poderiam ser punidos. Quanto a mim, nada mais poderia a ditadura fazer, porque tinha sido exonerado, aposentado e proibido de exercer tanto o magistério quanto o jornalismo. Como os estudantes insistissem, fui à Universidade e fiz a palestra, depois da qual me retirei sem que nada me acontecesse, viajando imediatamente para o Rio de Janeiro, onde estava residindo.

Agora, 3 ou 4 meses depois, retornando à Goiânia, recebia, na mesma noite em que chegara, aquela intimação. Indo até a unidade do exército referida, fui na entrada recebido por um promotor da Justiça Militar (que depois vim a saber ser gaúcho), o qual me disse que imaginava estar eu assustado diante de uma intimação tão urgente, mas que eu ficasse tranqüilo, que o assunto, praticamente, já estava superado. Em seguida, me foi dado ler alguns depoimentos de alunos, que eram aqueles que me haviam convidado, os quais relatavam as razões do convite a mim feito. A seguir, tive oportunidade de ouvir trechos de minha palestra gravados em fita magnética, e, ao fim, a informação do Promotor que nada de grave ficara apurado durante a conferência e que eu poderia retirar-me para

casa. Posteriormente, fiquei sabendo que, tão logo terminei minha conferência, o prédio da Universidade fora cercado por tropas armadas, os promotores da conferência foram detidos e levados para prestar informações e, ao final, a instauração do inquérito, que terminou no modo por mim descrito acima.

Aqui é que entra o principal. Na noite em que recebi a intimação, sabedor do clima terrível de perseguição e tortura que envolvia Goiás e todo o país, procurei prevenir-me. Achei que era inútil querer bancar o herói ou o mártir e enfrentar a brutalidade ditatorial. Depois de muito pensar, cheguei a uma conclusão tranqüilizadora. Não me deixaria humilhar por torturas como o “pau de arara”, o padecimento de choques elétricos, ou o famoso suplício introduzido no Brasil pela Escola de Torturas fundada para a América pelo famoso torturador norte-americano Dan Mitrione, que consistia em manter o torturado de pé em cima de uma lata de sardinhas, cuja tampa fora aberta de modo a formar pontas agudíssimas que penetravam profundamente no pé do paciente. Aliás, havia uma latinha para cada pé. Era um dos piores suplícios!

Resolvido a não aturar nenhum tipo de tortura, eu descosturei parte da bainha da barra da calça, dentro meti uma gilete nova, o mesmo fazendo na manga do paletó, da camisa e no cós da cueca. Se me despissem, pelo menos a cueca sobraria e com a gilete ali existente eu me cortaria

os pulsos ou as carótidas. Quando entrei no quartel, encontrava-me perfeitamente calmo e seguro, perfeitamente confiante na minha resolução de suicidar-me.

Entretanto, ainda não foi dessa vez...

Existe, analogamente ao “prazer do texto”, um prazer de escrever? Poderia descrevê-lo?

B.E.: Esta questão já foi antes encarada por mim, nas ocasiões em que lia obras que discutiam o assunto, sem chegar a uma conclusão satisfatória. Também agora não sei como encarar o problema. Tentemos.

Sim, inegavelmente, existe o prazer do texto, isto é, a feitura de um texto literário, no qual a gente consiga se aproximar mais ou menos do quadro que tínhamos no espírito — isso nos proporcionava prazer. Que prazer será esse? É uma sensação de orgulho, de vaidade, de problema solucionado; um certo prazer em sentir que tal prazer igualmente se comunicará a nossos semelhantes.

De par com isso, existe o autêntico prazer de escrever. Ao escrever, como que a gente se integra numa outra realidade; parece que ao escrever a gente cria um mundo dentro do qual se está mais confortavelmente instalado, mais à vontade, sem aquelas amarras e aqueles estorvos que tolgem a gente continuamente na vida real. Mesmo escrevendo coisas desagradá-

veis, dolorosas, cruéis, infames, o ato de escrever nos leva à afirmação de nossa verdadeira personalidade; o ato de escrever como que nos liberta da máscara atrás da qual vivemos constantemente. O prazer de escrever é o prazer de libertar-se da contingência imposta por nossa educação, sempre constrangedora, sempre hipócrita.

Ao escrever, no meu caso, me sinto mais próximo de minha integralidade como ser humano, não apenas para ver o belo e dignificante, como para ver o feio, o horroroso e o degradante e asqueroso. Escrever, para mim, é vislumbrar um pouco de nossa verdadeira face. Realizar um trabalho de arte literária é como a realização de um ato sexual, em que se atinge o orgasmo.

Qual é o livro dos outros que gostaria de ter escrito?

B.E.: Gostaria de ter escrito muito livros, mas citarei 3 que me brotaram logo no pensamento: *Madame Bovary*, de Flaubert; *O Livro de San Michele*, de Axel Munthe e *Contraponto*, de Aldous Huxley.

O Livro de San Michele é um livro simples, humano, realista e fantástico ao mesmo tempo. O médico como moralista é um ser de grande coragem, enfrentando dificuldades, vida elegante e vida plebéia, sempre dentro dos princípios da mais forte filosofia humanista. É um grande amigo da natureza, protegendo cães, macacos, pássaros e vegetais, com

os quais convive dentro do maior respeito e amor. Sua viagem à Lapônia é algo inesquecível pelo encantamento que desperta, naquele misto de realidade e magia, em convívio com homens e mulheres da região e com os entes criados pela imaginação popular, como os gnomos que habitam as profundezas da terra. Encantados também a construção desse mundo maravilhoso que é San Michele, povoado das lembranças, recordações e lendas do antigo império romano, rehumanizado através das belas moçoilas italianas e de seus homens e mulheres tão humanamente mágicos.

Madame Bovary é inegavelmente uma obra-prima que revolucionou a arte literária. Pela análise da sociedade da época e dos temperamentos humanos em jogo, pela arte com que são tratadas as frases e as palavras e são construídas as cenas — a obra imortalizou-se e ainda hoje deve ser admirada. Inegavelmente, há em Flaubert uma mistura de realismo e de romantismo que torna patéticos os últimos momentos da vida de Ema repartida entre o horror do pecado e as delícias e prazeres que fazem do pecado uma justificação da vida terrena, tudo envolto nas grandiosidades supersticiosas do milenar e misterioso ritual católico frente à morte, morte considerada pelo catolicismo como passo entre uma e outra vida.

Admiro-o sobretudo pelo poder que teve de sacudir violentamente a sociedade de seu tempo.

No tocante a *Contraponto*, sua importância reside na capacidade de captar os problemas do grande império Britânico no momento que bem caracteriza sua decadência, com as colônias conquistando independência, com o proletariado abalando o conforto secular e jamais ultrapassado da grande burguesia enobrecida, entremeio e fulgor alucinante dessa nova Roma que era Londres dos anos 20 de nosso século.

Contraponto é um livro conservador, quando se considera que ao ser publicado e escrito, já existia a obra revolucionária de James Joyce (*Ulysses*), já havia Kafka e muitos outros autores que modificaram totalmente o conceito de romance, na Europa e Estados Unidos. De renovação, ali talvez exista o uso muito inteligente do monólogo interior indireto e de alguns recursos advindos do expressionismo, do surrealismo e do contraditório da natureza humana, recursos ainda não muito popularizados na época de seu aparecimento. Não obstante, pelo menos ao tempo, é uma obra fascinante pelo que tem de brilhante, inteligente, irônico, cínico e bem realizado dentro do gênero. Mas que o sapo se contente em rastejar!

Como se sente dentro da literatura de hoje?

B.E.: Encontro-me deslocado, para não dizer marginalizado, dentro da literatura brasileira atual, isto é, dentro do grupo bra-

sileiro que defende uma literatura dita mais moderna.

Entendo que a literatura atual está mais voltada para o mundo subjetivo, da fantasia, para a negação dos princípios da lógica cartesiana: é mais uma confissão, uma espécie de auto-análise. Abandonou-se a predominância do naturalismo físico e se caiu naquilo que paradoxalmente chamo de naturalismo subjetivista, ou seja, hipertrofia do subjetivo, abuso do *nonsense*. Compreende-se que toda fantasia é válida e normal, mas desconhecer os recursos psicológicos assentados expõe a narrativa a sérios desgastes. Seria o reino da não-comunicação.

Embora tenha sido em Goiânia o iniciador de uma literatura mais livre, menos presa aos cânones do realismo do séc. XIX, no que toca à preservação do purismo da língua portuguesa e na observação dos recursos tradicionais de estética e de retórica como então se praticava, procurei manter-me num meio-termo. Estou certo de que a língua literária deve fugir aos padrões dominantes nos textos re-latoriais, forenses, jornalísticos e dos atos oficiais. O campo da literatura é muito mais amplo e profundo, qualidades que são obtidas à custa da transgressão inteligente dos cânones gramaticais consagrados. Quer-me parecer que a literatura atual, exceção feita aos grandes nomes, não obedece às regras mínimas fundamentais da construção da língua, estabelecendo uma narrativa incongruente, sem proveito de

qualquer natureza. Para transformar é preciso conhecer.

Entendo que com o desprezo do raciocínio cartesiano, caiu-se num excesso de fantasia, no reino do místico, da credence religiosa e supersticiosa absurda. Com base numa literatura subjetivista, difícil de ser percebida racionalmente, ocupando-se de problemas menores em face dos grandes problemas nacionais, a literatura nacional está mais em busca de mercado internacional e pouco se lhe dá que os nacionais leiam ou não leiam seus livros.

Minha literatura estava voltada principalmente para as difíceis condições de vida e de trabalho do camponês sem terra ou de pouca terra, para quem a reforma agrária era a grande esperança. A nova mentalidade nacional matou as esperanças de reforma agrária e está atrelando o Brasil à classe dos latifundiários, alçada de um momento para outro em salvadora do Brasil. A concentração fundiária expulsou os lavradores do campo e os amontoou nas cidades, as quais cresceram dia-a-dia, sem possibilidade de dar trabalho ao ex-lavrador, que nenhuma outra profissão conhece e que na cidade não pode exercitar seu conhecimento. Os poucos trabalhadores rurais que não se conformam em deixar a terra estão sendo caçados e espingardeados pelo Brasil afora. As falíveis estatísticas permitidas mostram número alarmante de camponeses mortos na defesa de suas terras.

Há, de outro lado, grupos radicais extremados, ligados a

partidos políticos de esquerda e ligados à chamada ala progressista da Igreja Católica, interessados na manutenção do conflito entre latifundiários e pequenos proprietários ou camponeses sem terra que, na impossibilidade de ações corretas e justas contra os poderosos latifundiários, agridem, atacam e invadem propriedades de agricultores ou posseiros urbanos, pobres e muitas vezes adeptos da luta contra o latifúndio, ataques que têm por objetivo mostrar aos camponeses pobres que é possível derrotar alguém. A diferença, porém, é que a derrota desses pequenos e pobres proprietários traz a desmoralização do movimento e geralmente denuncia a covardia e o oportunismo de uma luta que deveria ter como características principais a honestidade e a justiça.

Neste ambiente conturbado e desmoralizado é muito difícil saber com quem estão a justiça e a democracia.

O que pensa dessa literatura?

B.E.: Grande parte da resposta a este item está dada no número anterior, mas há algumas observações.

Reitero que a atual literatura brasileira é elitista, individualista, voltada para os países que exploram o Brasil, em detrimento de nosso povo. Tudo isso é feito sob a alegação do que se está processando, uma renovação para melhor e para o progresso de nossa cultura, o que não é verdade. É verdade que existem

algumas exceções, como é o caso de Antônio Callado, com seu *Quarup*, ou Ariano Suassuna, com sua obra calcada no folclore nordestino, José J. Veiga, realizando uma obra de características marcadamente brasileiras e poucos outros. Como suporte de todo esse movimento culturalmente alienado está a crítica literária, especialmente a acadêmica. Autores decisivos como José Lins do Rego, Euclides da Cunha, Lima Barreto não merecem a atenção dos críticos universitários, que, inegavelmente, dispõem de um cabedal de saber que os habilita a estudar tais obras.

Não sei explicar porque os postulados da filosofia materialista, em prática na terra há tantos anos, não se incluem na obra de arte que continua subjetivista, religiosa e irreal.

Qual o futuro dessa literatura?

B.E.: Entendo que essa literatura de características negativas por mim acima apontada está condenada a se tornar cada vez menos expressiva, na proporção em que uma literatura mais reveladora de nossa cultura for se afirmando. Contudo, há um lado altamente positivo dessa literatura defeituosa atual: introduziu, de forma maciça, nos meios universitários, teorias e recursos literários praticados em literaturas mais desenvolvidas (Europa e Estados Unidos), teorias e recursos que estão enriquecendo as novas produções literárias brasileiras, incluindo-se nela aspectos que até

então eram ignorados ou não aceitos. Demos alguns exemplos. Está havendo maior preocupação com a vida interior do homem: o descritivismo exterior tem-se tornado mais escasso, ou, por outras palavras, tem-se tornado mais integrado ao próprio drama do homem; tem havido menos respeito às normas muito rígidas da gramática portuguesa clássica, de modo a dar maior flexibilidade à frase, à narrativa em geral, às palavras, criando assim um clima artístico que não era proporcionado pela narrativa convencional, geralmente muito presa ao tom de relatório administrativo, numa preocupação de que a linguagem fosse antes veículo de idéias do que motivadora de estudos emocionais destituídos de pieguices sentimentalóides.

Buscam os novos escritores pôr em prática alguns postulados do que chamam nova literatura, pela forma seguinte: *“Pela destruição da ilusão da realidade, o romancista reivindica sua condição de criador de uma nova realidade: a obra, que não está sujeita a nenhuma lei exterior, mas cria suas próprias leis internas. Pela destruição do tempo linear, ele recoloca o romance na dimensão do ‘imaginário’, o tempo mental não obedecendo aos esquemas do tempo cronológico. A própria estrutura assinala, pois, uma tomada de consciência da narrativa de ficção que, ao mesmo tempo que se faz, se descobre e se afirma como ficção. Por outro lado, analisando os princípios organizadores destas novas estruturas de composição, en-*

*contramos na base as noções de relatividade, simultaneidade e descontinuidade, que caracterizam a própria estrutura mental do homem contemporâneo; o que faz do Novo Romance uma expressão do nosso tempo, autenticamente”*³. Acho, entretanto, que se está construindo uma mentalidade demasiadamente consubstanciada na fantasia, no maravilhoso, em valores que não ajudam o povo brasileiro a enriquecer-se, enquanto outros povos se tornam práticos e ricos. Isto é, estamos perpetuando a divisão mundo Ibérico X mundo Saxão.

O cotidiano, como influencia seu trabalho de escritor? Quanto interfere? É causa de tranqüilidade e de segurança ou é causa de neurose?

B.E.: A resposta dessa questão está dispersa por todo o texto.

Poder - Solidão - Silêncio.

B.E.: Poder – Nunca quis exercitar o poder. Entretanto, vivi intensamente o que seja o exercício do poder, quando recriei tipos que lutavam pelo poder ou que exerciam o poder, com as consequências boas ou más dele decorrentes.

Entendo que numa sociedade pobre como a brasileira e a goiana, o poder é o sumo bem, mas é também a grande fonte de

³ MORTARA, Marcelo. “Novo romance francês”. In *Revista do Livro*, n.º. 12, Rio de Janeiro, 1970.

desonestidade, da corrupção e do crime, condições que geram nos donos do poder uma indizível soberba. O poder é firmado menos pelas determinações do poderoso do que pela necessidade que tem a maioria de se submeter a algum tipo de poder. Como quase tudo na vida, o poder cresce à razão inversa do crescimento do não poderoso: de tal forma, o poderoso se compromete com outras pessoas e vai abdicando de sua própria liberdade, de seu próprio poder de auto-determinação.

Há no Brasil a lenda do Caçador de Esmeraldas. Um aventureiro que sai pelo sertão desconhecido em busca de uma grande jazida de esmeraldas. Na sedução da riqueza sacrificou tudo — saúde, juventude, vida familiar, conforto e tranquilidade. Até o filho que não quis obedecê-lo, esse aventureiro fez matar. No fim, encontrou uma jazida de pedras verdes, a que se agarra com unhas e dentes, pois o cansaço, as doenças, os sofrimentos o matabam inexoravelmente. Assim, morreu abraçado à sua riqueza tão sonhada que, ao final, se constatou não se tratar de esmeraldas, nem tinha valor algum. Felizmente o bandeirante já era morto!

Solidão – Talvez a fome de poder seja uma forma de fugir à solidão. Hoje, fala-se muito em “solidão”, sentimento que outrora quase não era considerado e era desconhecido ou não identificado pela maioria dos homens e mulheres. Entendo que a solidão é o estado natural de todos os seres,

solidão mais profunda quanto menos racional é o solitário; mas também acho que tal sentimento é um equívoco. De certo modo, o próximo é sempre um instrumento que nos priva da solidão – o único instrumento.

Eu me sinto um ser solitário e cultivo a solidão. Solidão do campo, solidão de uma noite quer estrelada, quer toldada de nuvens. A solidão é minha grande amiga, confidente, companheira de sempre. Podemos ligá-la à morte e ao aniquilamento de nós enquanto seres humanos, mas será eternamente como o caos, a mãe e o continente de todas as companhias, de todas as solidariedades. É a antiga solidão do Romantismo.

A solidão sempre foi minha fiel companheira.

Silêncio – O silêncio é quase impossível e parece que a cultura humana nasceu do combate ao silêncio, esse silêncio que perturba os seres vazios, aos quais ele, como a solidão, incomoda e aborrece. O grito, a fala, o choro, o riso, o canto, os sons dos instrumentos musicais, as explosões, os ruídos das máquinas e motores — enfim tudo foi feito para gerar barulho e espantar o silêncio, esse reino dos maus espíritos e do duendes no entender primitivo do homem. Não pode haver emoção sem um correspondente ataque ao silêncio.

Hoje, os grandes centros populosos são um verdadeiro inferno de barulheira, que já é conhecida como “poluição sonora”, o que faz antever de futuro a

surdez das pessoas, recurso utilizado pela natureza para contornar a loucura ou a neurose. Estamos vendo a música cada vez mais difundida e mais ruidosa, de modo a trazer o pobre ser humano cada vez mais atormentado pelo som e pelo ruído. Sinceramente que não sei a que ponto iremos chegar nessa louca escalada do ruído, da bulha, motim, estrépito, estrondo, atroada, clangor, fracasso, retumbo, estouro, berreiro, algazarra, rebuliço, alvoroço, vozeria etc.

Triste fim do homem. No entanto, os silêncios que restam são preciosos. Silêncio das pausas musicais, silêncio da voz humana nos momentos supremos de dor, amor ou reflexão. Tais silêncios jamais serão conspurcados ou violados, felizmente. Especialmente o imenso e dignificante silêncio do morto!

Como conseguiu publicar seu primeiro livro?

B.E.: Eu já publicava regularmente minhas produções literárias (pequenos contos, poesias, artigos) desde 1934, nos jornais da cidade de Goiás, onde cursava o ensino secundário, e de Anápolis. Em 1938 passei a publicar em *O Popular*, de Goiânia; vindo para Goiânia em 1939 continuei publicando meus trabalhos aqui e em revistas do Rio de Janeiro, como *O Malho* e *Boa Nova*. Aí já possuía um livro de poesia pronto e estava terminando meu livro de contos, que se intitulava *A Mulher que comeu o Amante*,

título malicioso, em que a palavra “comeu” tinha duplo significado: tanto poderia querer dizer “devo-rar”, “engolir”, “alimentar-se com”, como também poderia significar chulamente “manter relação sexual”, “fazer amor com”, “foder” ou “copular”.

Eu era secretário da Prefeitura Municipal de Goiânia e ex-aluno e amigo do então prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, o primeiro a exercer tal função na cidade recém-criada para ser a capital do Estado de Goiás. Homem amante e admirador da cultura, ele mesmo escritor nas horas vagas, o professor Venerando mais de uma vez pretendeu publicar meu livro como contribuição à cultura da cidade nascente. Entretanto, a publicação especial e isolada de uma obra me parecia um favorecimento especial, desaconselhável utilização dos recursos públicos. Nesse meio tempo, indo ao Rio de Janeiro fazer um curso de cooperativismo, levei os originais dos contos no intuito de encontrar uma editora, como a José Olympio ou outra qualquer; mas, cheio de timidez, nunca tive coragem de mostrar meu livro a ninguém, muito menos a editores, e com ele inédito retornei a Goiânia. Foi aí que o professor Venerando de Freitas Borges encontrou a fórmula. Criou uma bolsa de publicações que deveria editar obras de autor goiano, depois de devidamente examinadas e julgadas merecedoras por uma comissão de pessoas capazes e idôneas.

Imediatamente eu inscrevi meu livro de contos e outro es-

critor, José Veiga Neto, inscreveu uma antologia de autores goianos que tinha organizada e pronta. Para julgar meu livro, constitui-se uma comissão de três nomes credores do maior respeito por sua dignidade e competência, a saber: Dr. João Teixeira Alvares Júnior, médico e Secretário Geral do Governo Estadual, Dr. Paulo Augusto Figueiredo, advogado, escritor, Consultor Jurídico do Estado de Goiás e Carlos Gomes de Faria, professor do Colégio Estadual de Goiânia, todos dotados de boa cultura literária e conhecedores abalizados da língua portuguesa, especialmente o Sr. Carlos Gomes de Faria. Para efeito do concurso, que era oficial, trocou-se o nome do livro para *Ermos e Gerais*. “Ermo” significa “deserto”, “descampado”, “solitário”, como era grande parte do planalto central do Brasil; “gerais” tem mais compreensão geográfica, querendo dizer “campos extensos e desabitados, cujas terras se acham inaproveitadas”.

O livro foi aprovado por parecer unânime e daí encaminhado a São Paulo para ser editado pela empresa Revista dos Tribunais, responsável pela maior parte das publicações nacionais. No mês de setembro de 1944 o livro estava em Goiânia e foi distribuído pela livrarias da cidade, enviando-se ainda exemplares para os principais escritores, críticos, jornais, revistas e periódicos de todo o país.

Em outubro eu recebia carta elogiosa de Monteiro Lobato, a qual foi publicada nos jornais da terra e de todo o Brasil, com

enorme repercussão. Concomitantemente, outros jornais e revistas do Brasil publicavam elogios à obra e em Goiás algumas pessoas e instituições enviavam ao prefeito Venerando Freitas Borges cartas de protesto pela publicação do livro, considerado como pornográfico e com graves atentados à moral pública e à língua portuguesa. Minha própria família, muito numerosa, conservadora e religiosa, condenou globalmente o livro, que foi classificado como crítica e achincalhe à própria família da qual eu era membro.

Tais atitudes de intolerância, entretanto, foram abafadas e anuladas em face de um artigo publicado em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em novembro desse ano, assinado por Alceu Amoroso Lima, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, o maior pensador católico da América do Sul, discípulo de Benedetto Croce, respeitadíssimo de meus familiares, artigo de enaltecimento a minha obra. A partir daí, eu estava com minha vitória assegurada e novos artigos assinados pelos nomes mais prestigiosos da literatura nacional fizeram-se ouvir.

Foi, pois, através da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, criada pelo prefeito Venerando de Freitas Borges, que consegui publicar meu primeiro livro. Não fora isso, não creio que tivesse possibilidade de ver meu trabalho editado.

Depois escrevi um romance de proselitismo socialista, *Gorinho*, que desapareceu, e outro, chamado *São Miguel e Almas*,

que ia editar pela Editora Guaíra, do Paraná, por minha conta. Acontece, porém, que caí na tolice de entregar meu livro para prévia leitura de meu irmão, o qual o considerou pornográfico, imoral e vergonhoso para a família, julgamento errôneo que ganhou credibilidade, provocando grandes protestos entre os componentes do clã. Com isso, recuei, esperando que a tempestade passasse e suspendi a edição com a Guaíra. Enquanto esperava a bonança, trabalhava em outro livro, o romance *O Tronco*, obra que demandava larga e longa pesquisa. Nesse meio tempo reuni minhas poesias num paupérrimo volume feito por minha conta na tipografia da Escola Técnica de Goiânia. O romance *São Miguel e Almas*, de que possuía quatro vias datilografadas, emprestei-as todas a amigos para que lessem e julgassem da conveniência ou não de publicar, mas o tempo correu e quando dei acordo de mim, as vias datilografadas haviam desaparecido e eu não sabia em que mãos podiam pairar. Eu possuía parte dos manuscritos, mas entre reescrever e terminar o *O Tronco*, optei pela última alternativa. Assim, em 1956, 12 anos depois de haver publicado *Ermos e Gerais*, dava a lume *O Tronco*, edição paga de meu próprio bolso e editado pela Editora Martins SA, de São Paulo.

Nesses 12 anos havia escrito dois romances (*Gorinho* e *São Miguel e Almas*), o livro de poesias, muitos contos, ensaios, estudos, artigos de jornal etc.,

quase tudo desaparecido nos pequenos jornais e órgãos do Partido Comunista, que se perderam com as múltiplas devassas, repressões, quarteladas e, por fim, com a revolução (de araque) de 1964. Os originais de *São Miguel e Almas* que se haviam extraviado, eis que em 1964, com a revolução que instalou a ditadura militar, subitamente reapareceram, perfeitamente conservados, com todas as páginas intactas. É que o amigo Haroldo de Brito Guimarães foi demitido do cargo que exercia e, depois de feito prisioneiro algum tempo, foi posto em liberdade; aí, revendo as gavetas do birô onde despachava os papéis de seu antigo cargo, olhe ali todo fagueiro o velho romance *São Miguel e Almas*, o qual me foi devolvido entre abraços e uma conclusão muito valiosa para as pessoas que vivem em regimes de revoluções periódicas; entre os méritos das revoluções, um dos maiores é esse de vasculhar velhas gavetas burocráticas... Talvez Marx tivesse registrado esse mérito, se o conhecesse, em lugar daquele já negado em outras ocasiões, de que a “*violência é a parteira da história*”.

Como eu também havia perdido meus empregos pela mesma revolução, e havia um concurso para contos promovido pela Editora José Olympio, do Rio de Janeiro, inscrevi meu livro naquele concurso, incluindo três contos retirados de capítulos do romance *São Miguel e Almas*, considerado perdido até aquele ano. Em 1966, março, a Editora

José Olympio publicava o livro que havia ganhado o concurso no ano anterior. É curioso observar que a José Olympio promovia esse concurso anualmente para romances; em 1965, entretanto, mudou o concurso de romance para conto, o que me obrigou a desmontar o ex-perdido *São Miguel e Almas* para retirar dele três contos. Operação não muito difícil porque o livro era escrito em estrutura de contraponto, isto é, os capítulos praticamente eram contos autônomos. Eram capítulos do antigo romance os atuais contos “Veranico de Janeiro”, “A Enxada” e “Rosa”, sendo que o primeiro deu nome ao livro. O escritor Otto Lara Resende, que integrava a comissão julgadora do concurso instituído pela José Olympio, observou em seu parecer que talvez os contos fossem fragmentos de um romance mais extenso. Que danado!

Mudou de casa editora? Por quê?

B.E.: Meu primeiro livro, *Ermos e Gerais*, é editado pela Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, resultado de premiação de concurso;

O segundo livro são poemas *Primeira Chuva*, editado pela Gráfica da Escola Técnica Federal de Goiás (edição particular);

O terceiro livro é *O Tronco*, romance, editado pela Editora Martins SA, São Paulo, financiado pelo autor;

O quarto livro é *Caminhos e Descaminhos*, contos, editado

pela Editora Brasil Central, Goiânia;

O quinto livro é *Veranico de Janeiro*, contos, editado pela Livraria Editora José Olympio, Rio de Janeiro, prêmio “José Lins do Rego”, da mesma editora.

A partir de 1965, quando venci o concurso da Editora José Olympio, fiz com ela contrato para edição de minhas obras, e nela continuo até hoje. Em 1975, por dificuldades internas, a própria José Olympio encaminhou para a Editora Civilização Brasileira uma seleta, reunindo obras de *Ermos e Gerais* e *Caminhos e Descaminhos*, intitulada *Caminhos dos Gerais*. Em 1988, ainda por entendimento com a José Olympio, publiquei na Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, um livro intitulado *Apenas um Violão*.

Desde que estou na Livraria Editora José Olympio, nunca mais saí dela porque o fundador e seu irmão, Daniel Pereira, são meus amigos diletos, especialmente o segundo, que é meu compadre. Para mim a amizade vale muito.

Algum editor propôs-lhe alguma vez de escrever exclusivamente e com salário fixo? Aceitaria — teria aceitado — a idéia?

B.E.: Nunca editor nenhum me propôs escrever para ele sob qualquer condição, e até me parece que semelhante coisa jamais aconteceu com nenhum escritor brasileiro. Meu contrato a José

Olympio Editora estabelece que lhe dê preferência na edição de minhas obras, o que tenho obedecido infalivelmente. A Editora, porém, não estabelece qualquer condição.

Se alguma editora me houvesse proposto escrever para ela com salário fixo, eu teria aceito de bom grado.

Quando escreve pensa nos críticos, nos leitores, no editor?

B.E.: Quando escrevi meu primeiro livro não pensava em nada. Entendia que o livro, se bom, ganhava fama, todo o mundo comprava e o autor ficava famoso. Quando publiquei os seguintes, já pensava no leitor, nos críticos, e visava sobretudo um público de sentimento nacionalista e de tendência para o pensamento de esquerda.

Em sua carta de aplauso a *Ermos e Gerais*, Monteiro Lobato já me chamava a atenção para o público a quem eu queria ou deveria dirigir-me. Também em contato com escritores brasileiros nos diversos Congressos de Escritores de que participei em 1945, 47, 49, 54 etc., tais assuntos foram discutidos, e desde aí eu sabia que o livro era uma mercadoria como outra qualquer, conforme conceito formado pela leitura de autores especializados no assunto.

Passei também a considerar a crítica e os editores.

Discute com o editor, aceita conselhos, cortes, sabendo

que o editor “conhece” o mercado?

B.E.: Embora saiba que o editor conhece o mercado, meus editores nunca discutiram minha obra. E isso seria muito bom para mim.

Acredita que a publicidade seja importante para o lançamento e o sucesso comercial de um livro ou pensa que um bom livro não precise?

B.E.: Como disse, inicialmente ignorava o valor da propaganda ou da publicidade como fator comercial. Na minha cidade de Corumbá as casas comerciais não faziam qualquer tipo de propaganda e não havia nenhuma casa com inscrições na fachada. As propagandas já existiam na velha capital, mas eu mesmo não atinava qual o motivo pelo qual as faixas e cartazes e inscrições em fachadas existiam. Não obstante, logo pude sentir na prática sua decisiva importância.

A partir de *O Tronco* (1956) já comecei a promover lançamentos e intensa publicidade. Talvez tenha sido *O Tronco* o primeiro livro a ter um lançamento festivo e promocional em Goiás. Estou certíssimo de que uma boa publicidade é fator decisivo no sucesso de uma obra, bastando que ela tenha um mínimo de qualidades positivas. Por sucesso entende-se boa divulgação e vendagem. Na publicidade justamente está a diferença fundamental em se escrever e lançar uma obra num grande centro

cultural e fazer tais coisas no interior do Brasil. O bom livro também requer publicidade, pois o diamante escondido inexistente. Ademais, poucas pessoas têm capacidade própria intelectual para tal tipo de julgamento que fica na dependência da avaliação dos especializados.

Participa do lançamento de seus livros; acha importante autopromover-se?

B.E.: Acho que a autopromoção tem um imenso valor. Não apenas participo pessoalmente dos lançamentos e outras festividades de promoção, como noites de autógrafos, entrevistas, palestras, visitas a estabelecimentos de ensino, bibliotecas, feiras etc. Não apenas participo pessoalmente desses eventos, como os promovo sempre que posso. Tenho feito palestras em centenas de cidades do Brasil e de Goiás sobre literatura ou minha ou dos outros, sempre com o intuito de divulgar a arte literária. Palestras ou conferências em São Paulo, no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Belém do Pará, Recife etc.

Quando escreve percebe autocensuras, temores em se revelar, laços, impedimentos?

B.E.: Sou sujeito a vários tipos de autocensura, temor em revelar laços e impedimentos no ato de fazer minha literatura. Tais inibições se agravam porque desde

meus primeiros livros fui acusado de me valer de fatos familiares para sobre eles construir minha obra. Isso não é verdade. O que ocorre é que até há uns 15 anos, ou seja, começo de 1970, a sociedade goiana era muito homogênea, pelo seu isolamento e por sua integração familiar. Assim, os protótipos por mim criados identificam-se com os próprios representantes desses protótipos, os quais entendiam que eu os estava retratando. Entretanto, na verdade, nunca retratei ninguém. Vamos enumerar:

1 – Ao publicar *Ermos e Gerais*, sobretudo meu grupo familiar se viu retratado e reagiu violentamente.

2 – Ao publicar *O Tronco*, os grupos políticos de Goiás sentiram-se retratados, e um coronel do antigo Norte de Goiás chegou a conversar com um advogado e jornalista de Goiânia para processar-me, o que infelizmente não se efetivou, pois seria uma grande propaganda. Outros grupos familiares sentiram-se ofendidos nesse livro, com algum tipo de reação.

3 – Meu livro chamado *Apenas um Violão* foi tido como representando desinteligências entre grupos de minha família, o que resultou em várias cartas de ameaça e insultos da parte de meus parentes, com ruptura de relação de amizade. Não me senti atingido porque na verdade nunca fui ligado à minha gente e conhecida é a regra: Curado não ajuda Curado.

4 – Minha obra, de maneira geral, é tida como desfavorável à cultura e ao caráter do homem goiano, (classe dominante) que eu recio ignorante, brutal e cruel, quando pensam os desafetos (alguns homens goianos em carne e osso) que, na verdade, são justamente o contrário. Inclusive protestam contra o coloquial que eu registro, que lhes parece vergonhoso, mas que é perfeitamente real, como pode comprovar o prof. José Aparecido Teixeira com sua valiosa obra *O Linguajar Goiano*. É o problema colonial de que falar bem a língua do colonizador é *status* de boa cultura e de bom nascimento.

5 – Quando da quartelada de 1964, minha obra foi tida como deletéria dos bons costumes e perniciosa, tendo sido proibida a circulação de alguns trabalhos meus, como poesias, contos etc. O conto “A Enxada” foi transformado em filme (“Caso Especial”) pela Rede Globo de Televisão, mas no dia 8 de novembro de 1978, uma semana antes das eleições do General João Baptista Figueiredo para Presidente da República, esse filme foi impedido de ser projetado e nunca, jamais foi exibido até hoje. Talvez seja o único trabalho de cinema definitivamente proibido.

6 – Meu último romance baseia-se na história de Goiás. É a reconstituição de um episódio histórico de 1804/9, mas reconheço que a obra foi prejudicada em sua criação por sentir-me inibido pelo receio que as reações dos goianos fossem violentas e agressivas em excesso, embora

nada houvesse de condenável na obra.

Com tais exemplos constata-se a gravidade das inibições, apenas no tocante ao problema das retratações. Outros, porém, existem mais graves.

Há uma estória que quero escrever faz 20 anos e não consigo. É a estória de um rapaz meio débil-mental que entende que deseja a mãe carnalmente e acaba castrando-se, num gesto de autopunição. O respeito pela figura materna impede-me de escrever tal estória, a tal ponto que estou pensando em fazer uma novela cujo assunto seja justamente o drama dessa inibição.

As várias medidas represoras que me têm atingido ao longo da vida também contribuem poderosamente para multiplicar os motivos de inibição. Foi minha posição como adepto de uma concepção materialista em filosofia que me impediu de integrar o corpo de professores da primeira Universidade fundada em Goiânia, a Católica; por igual motivo fui afastado da Universidade Federal, em 1964, bem como do exercício de qualquer outra fundação pública desde 1943, quando participei do Partido Comunista. Tais restrições de ordem ideológica geraram em mim uma autocensura muito inibidora por todos esses anos.

Minha timidez faz-me supor uma pessoa para quem falar de meu próprio amor seria uma coisa feia ou ridícula. Isso tem-me inibido de tratar de novelas ou estórias de amor. Creio estar aí

grande parte do motivo de minha ironia ou de minha maneira de tratar com crueldade certas atitudes humanas generosas ou carinhosas ou ternas. Nas estórias de amor, sinto-me retratado e me parece ridículo ser romântico ou ser sensível ao amor, à amizade, à ternura, vendo-me impelido a mascarar tais sentimentos pela troça, pela ironia ou pela crueldade.

O sucesso de uma obra depende de quê? De quem?

B.E.: Sinceramente que não sei de que depende o sucesso de uma obra, pois se o soubesse já me haveria valido dessa sabedoria em proveito próprio, conforme respondeu alguém a pergunta semelhante. Quer-me parecer, entretanto, que o talento do artista é o elemento menos preponderante. Entendo que o prestígio da cultura onde a obra foi gerada, do prestígio político, do poder econômico e poder de impor comportamentos ao resto da humanidade são fatores de maior valia. É para mim um mistério que obras escritas em português permaneçam no olvido das principais culturas (inglês, francês, russo, alemão, árabe, espanhol) enquanto obras inferiores sejam plenamente divulgadas. É o que acontece com Eça de Queirós, Fernando Pessoa ou Machado de Assis; este último, então, viveu e realizou sua obra um pouco anterior a Anton Tchekov (Rússia) e Luigi Pirandello (Itália), mas a literatura brasileira é tão boa ou

melhor do que a de seus colegas europeus; no entanto, o autor brasileiro é totalmente desconhecido, ao passo que os outros foram *best sellers* até no Brasil. O prêmio “Nobel” de Literatura, que até hoje não foi conferido a um só brasileiro, que já foi atribuído a mais de 5 hispano-americanos, é exemplo desse desprestígio cultural português.

Faça de conta de nada ter dito até agora. Poderia traçar o seu perfil humano e profissional para os leitores?

PERFIL HUMANO E PROFISSIONAL DE BERNARDO ÉLIS

O primeiro traço definidor de minha personalidade e de meu caráter é a timidez, linha mestra que sustenta e estrutura o meu EGO.

A timidez não é um complexo de inferioridade; talvez possa ser um de seus componentes.

Mas no meu modo de entender, o tímido não se sente inferior; sente-se inibido.

Entendo que a timidez é uma condição inata, que pode acentuar-se com o tempo ou atenuar-se, mas nunca desaparecer. O tímido pode vir a conviver com a sua timidez; pode, sabendo de sua irreversibilidade, de sua incontornabilidade, de sua necessidade, enfrentar todas as situações levando na devida consideração esse contrapeso — a timidez.

A timidez é um fator extremamente negativo para isso que se convencionou chamar sucesso-na-vida, na concepção moderna. O homem tímido, logo de início, conta com dois inimigos a vencer: a timidez, em primeiro lugar; em segundo lugar, o obstáculo proposto. Talvez se possa afirmar que a timidez tem algumas virtudes: faz desenvolver a inteligência, a sagacidade, a imaginação criadora, e outros predicados intelectuais de maior valia, tais como a hipocrisia, o fingimento, a simulação, a sutileza de atitude e a fineza de trato. Geralmente o tímido é delicado, perspicaz, suspicaz, céptico, desconfiado e não gosta de ser considerado um impertinente, um inconveniente, nem arrogante, nem desmancha-prazeres. Há, porém, sempre um limite de tolerância, acima do qual o tímido se torna perfeitamente o oposto de todas as suas qualidades. O tímido encolerizado é o mais audacioso e desesperado dos seres humanos.

No terreno do amor físico, o tímido, uma vez transpostas as barreiras inibidoras, é um ótimo parceiro amoroso porque antes de tudo quer sentir o parceiro satisfeito e realizado. Talvez fora do âmbito estritamente amoroso ou sexual ele deixe algo a desejar, pois suas vacilações e sua delicadeza obnubilam um pouco o conceito latino de macho.

Gilberto Amado, considerado homem inteligente e possuidor de alta dose de vaidade e orgulho, tem uma frase famosa que diz: “*A modéstia é a única virtude dos medíocres*”. Para muita gente, esse anexim se aplica aos tímidos, em cuja classe se englobam os modestos. Na qualidade de tímido, discordo totalmente de semelhante conceituação. Será absurdo confundir modéstia com timidez e com mediocridade. Nem todos os tímidos são modestos; existem tímidos que procuram superar a timidez com uma arrogância insuportável, como no caso, quem sabe, do próprio Gilberto Amado. Por outro lado, geralmente os tímidos não são medíocres; eles sempre se distinguem em alguma coisa que lhes compensem a obscuridade que tanto detestam. Ainda dentro dessa análise, é muito mais freqüente encontrar-se um medíocre entre os não tímidos. Aliás, é quase regra psicológica que os valentões, os vaidosos, os exibidos (exibicionistas), os extrovertidos, estão muito mais para medíocres e via de regra são medíocres enfatuados, pobres pavõezinhos ou ridículos leões-de-chácara.

Da mesma forma, o tímido não pode ser confundido com o covarde. Pode haver tímido covarde, como pode haver não-tímido covarde; entretanto, não necessariamente o tímido é covarde.

Foi, pois, a partir da timidez que sofri todos aqueles medos que atormentaram minha infância e adolescência. Esse medo não decorria tanto de minha condição de jovem débil, magro, de pouca resistência, pois eu sempre tive confiança na minha esperteza. Desde muito novo percebi que não podia resistir à força, mas podia com a maior facilidade escapar dos fortes em virtude de meus ótimos sentidos, de minha leveza, de minhas reações quase inconscientes, de minha qualidade de bom saltador, da flexibilidade de gestos corporais; também sabia que não possuía fôlego ou resistência. Tinha que me livrar do inimigo ou do perigo dentro do menor espaço de tempo. Para tanto desenvolvi minha capacidade de correr e correr velozmente em ziguezague (quebra-cangalha), como diziam. Na adolescência, estudando psicologia, matéria de minha estima, descobri que a fonte de minha timidez em parte vinha de minha debilidade física, mas principalmente provinha de um estado psicológico. Provinha de confusão entre o que seria ser delicado, bem educado, civilizado e o que seria o contrário disso. Vamos explicar. Meu pai pregava uma conduta civilizada, isto é, que a pessoa não devia demonstrar suas emoções, não devia enfurecer-se, não deveria ferir ou matar o próximo (não tanto por sentimento cristão, mas por elegância), não deveria demonstrar orgulho, fatuidade, valentia, nem mostrar-se enamorado, apaixonado, comovido; ele pregava que a fraqueza era uma bobagem e que

uma demonstração de sutileza foi o que demonstrou Pôncio Pilatos quando diante da afirmação de Cristo de que ele, Cristo, era a verdade, o romano perguntou: — “*Que é a verdade?*”

Com isso meu pai queria dizer que nada era nada, isto é, que o homem não tinha certeza de nada e que qualquer atitude ou qualquer coisa teria no mínimo duas faces. Afinal, para meu pai, em teoria (simplesmente em teoria) não se tinha conhecimento de nada. Era o pessimismo do século XIX — se meu pai pregava tais teorias, ele na sua essência era a negação de tudo isso. Como criança (assim como os animais) esse meu pai não me enganava. Inconscientemente eu distinguia entre sua teoria e o verdadeiro homem que ele era. Inconscientemente eu seguia o autêntico meu pai, ignorando, na prática, sua teoria.

Na verdade, tal atitude de meu pai contrariava tudo que havia em matéria de moral e filosofia, no sertão. Aqui o homem tinha que ser o machão, a violência era a regra, a força bruta podia resolver tudo, a cultura intelectual e o saber nada valiam, a franqueza era o supremo bem, a mulher deveria ser massacrada, os mais fracos que se curvassem até a força, o poderoso podia fazer e desfazer como lhe parecesse conveniente. As pessoas se enfureciam até a loucura, comoviam-se até o desespero, procuravam manifestar largamente seus sentimentos, emoções e sensações. Diante de semelhante quadro tão díspar, tão contraditório, eu, criança sensível, mas incapaz de julgar as atitudes e sem capacidade para distinguir até onde ia a delicadeza e até onde começava a atitude feminil ou adamada; até onde ia a tolerância e começava a reação contra o excesso, o exagero: o que seria prudência-covardia, o que seria brutalidade, grosseria-fraqueza; até quando estaria eu pondo em prática as concepções de meu pai e merecendo aplausos dele ou até que ponto eu estaria agindo como os brutamontes, os roceiros e atrasadões que ele tanto profligava e ridicularizava? Tais contradições me perturbavam e confundiam.

Esta incerteza gerava o medo e, juntos, esses dois sentimentos terminavam por me fazer tímido, indeciso, meio ridículo, sujeito à risota, portanto, um ente inferior.

O acanhamento, o VEXAME, a vergonha era a doença mais comum e mais terrível do sertão. Geralmente as pessoas eram profundamente acanhadas ou vergonhosas. Não os roceiros, os ignorantes, os pobres. O mal atingia principalmente os mais inteligentes, os menos pobres e os alfabetizados e acostumados à leitura.

Contavam-se casos impressionantes. Certo jovem estava noivo, mas quando lhe disseram que deveria praticar o ato sexual com a esposa, deu um tiro na cabeça, de vergonha — deixou escrito num bilhete. Certa mulher ia para a reza à boca da noite, e no lusco-fusco não viu um bêbado deitado no chão, cujo corpo ela teve que transpor num salto. O bêbado disse que viu o tornozelo dela, o marido e o filho saíram em busca do trelente para matar, o qual fugiu para nunca mais ser visto na cidade; a mulher chorou três dias e três noites, depois do que exigiu que

o marido abrisse uma janela que do quarto de dormir dava para a sala de jantar da casa; esta janela foi gradeada com uma rótula e a mulher nunca mais saiu do quarto, conversando com amigas e dirigindo a casa através dessa rótula. Ao morrer, exigiu que lhe cobrissem o rosto, as mãos e os pés, o que foi religiosamente observado.

A vergonha, o acanhamento, criou muitos loucos, maníacos, desgraçados e infelizes. O acanhamento era uma verdadeira praga que destruiu inteligências, amizades, amores, heroísmos, pendores artísticos etc. Qual ou quais seriam suas origens? Seria o isolamento social, seria uma criação excessivamente pudica, seria uma educação muito severa, seria o contrário, uma educação demasiadamente cercada de proteção às crianças?

Para o meu caso especial, encontro nesse conflito de concepção de conduta social (a pregada por meu pai e a praticada no ambiente social), juntamente com um pouco de minha debilidade física e o defeito de minha arcada dentária, nesses elementos encontro as razões de minha timidez. Concordo também com algumas definições sobre a timidez e que determinam vetores de minha conduta de vida. Para Cândido Motta Filho, em seu *Ensaio sobre a Timidez*, eis como as coisas se passam. “*O malogro do tímido começa com sua infância incompreendida ou com sua juventude censurada*”.

Não há, em tudo que vou escrever, crítica ou queixa contra meus pais, os quais também padecem de timidez, e estou de certo que crítica semelhante a que estou fazendo, meus filhos igualmente formulam contra mim. Tenho, em toda a minha vida, examinado demasiadamente o fenômeno da timidez tanto em mim como nos outros, lendo quase tudo que há sobre o assunto na literatura portuguesa e espanhola. Sobretudo procurei combater a timidez com tal afinco que também acredito que a timidez cresceu diante de minha preocupação persistente com ela, o que me levou a tratá-la pelo método contrário, isto é, tratei de esquecê-la.

Para mim, a maioria das pessoas que trataram da timidez, escrevendo sobre ela ou proferindo conferências, o fizeram de maneira imprópria ou errônea, chegando grande número deles antes a me levar ao desespero do que a resignação. Pude notar que quem tratava melhor do assunto eram os próprios tímidos, quando não eram excessivamente frustrados ou revoltados, condição que os fazia tratar a timidez ou os tímidos (como eles) como se fossem seres desprezíveis e repugnantes. Entre os que cuidaram dessa matéria, dou lugar de maior destaque ao escritor paulista Cândido Motta Filho, no trabalho já referido, onde chega a conclusões acertadíssimas e únicas, compatíveis com a condição de homem tímido. Aqui cabe aquela observação que já fiz sobre as obras e autores em português: como explicar que esse livro não tenha sido traduzido para diversas línguas, quando tantas obras erradas e totalmente condenáveis escritas em inglês e francês aí estão como *best sellers*!

Existem algumas tímido que vão servir de ponto de perfil humano.

Dizia o escritor Dickens *prisão*". Essa é a definição do prisioneiro da vida. A vida, o paisagem vista da janela, era o paterna que me obrigava a não ir à com nossos coetâneos. O mundo inalcançável; o mundo para mim é mundo infantil, onde os parentes utilizavam à exaustão, enquanto contemplar esse uso, pois os deles e meus pais proibiam lutasse por lhes tomar os na área dos alimentos. Eu via os leite com açúcar, comer deliciosos gente nada sobrava.

Na adolescência sempre me faltava coragem para moças e mulheres que tanto me imposta a mim por mim mesmo: a roupa adequada para festas, em cinema ou chupar picolé, era meus dentes avançados, era mulheres com tais defeitos diante delas e dos outros e isso orgulho. Diante de tanta apenas com a mente inventando para chegar sempre à mesma vida! Sem coragem para beber, mulheres, nem enfrentar a dignidade. Muitas vezes regularmente, tenho saúde, da família, então por que proibido para mim? Seria tudo o melhor, o seguríssimo, o jovem mais amado das o mais fascinante! Isso não de poetas e artistas — mas realista jamais chegava à isso me entristecia porque a enfrentar o mundo e a força secreta me sugando de tal que o suicídio seria a única enquanto ele não chegava,

afirmações sobre o caráter do apoio para construção de meu

que "o *homem vive numa tímido*. Sempre me senti um mundo para mim era uma mundo imposto pela educação rua, nem brincar nem brigar para mim é inatingível, é o prolongamento do meu possuíam belos brinquedos que eu era condenado apenas a parentes não me permitiam usar terminantemente que a gente brinquedos. O mesmo acontecia primos beberem belas tigelas de bolos, enquanto que para a

tive desejo de castrar-me, pois namorar, dançar, amar as fascinavam. Aí, a proibição era proibição estava em não possuir não ter dinheiro para ir ao julgar-me desprezível pelos entender que cortejar as sujeitava-me a parecer ridículo feria profundamente meu confusão, ficava paralisado, males e remoendo amarguras, conclusão: quão inútil era minha riem jogar, nem amar as existência com altivez e pensava: estou ganhando tenho *status* social decorrente sinto que o mundo está pelo fato de eu querer de aquilo que iria fazer de mim mulheres, o mais inteligente, existia, isso era imaginação semelhante conclusão minha compreensão. Tudo sentia que nunca me resolvia começar a viver. Havia uma forma que sempre achava solução. Entretanto, eu lia e lia tudo que me caía



nas mãos. Na verdade eu lia muito, estudava francês, latim, português, eu era um homem conhecedor de coisas, era o maior conhecedor de tudo, mas havia insatisfação nisso, é que não tinha como aplicar esses conhecimentos. Se existissem jornais, círculo de discussões, possibilidade de escrever para demonstrar a minha sabedoria, eu estava salvo, mas nada disso existia e eu permanecia na minha estagnação, na minha expectativa e voltava a recorrer à idéia de suicídio. Eu não encarava o suicídio com tristeza. Li autobiografias em que o autor dizia, patético, que felizmente se livrara do suicídio, de que não o cometera, graças a Deus. Minha compreensão era a de que não me suicidara por circunstâncias eventuais, que meu suicídio nenhuma relevância teria, nem para Deus. Suicidar-me ou não era indiferente. Sim, o suicídio foi sempre uma porta aberta na retaguarda, pela qual poderia fugir no derradeiro momento e por mais de uma vez estive a ponto de utilizá-la. Com o tempo porém, à força de tanto admitir a fuga pelo suicídio, consegui enfrentar alguns problemas sérios e com isso a porta do suicídio foi ficando meio desmoralizada. Sem embargo, a descoberta da porta falsa do suicídio trouxe para mim grande consolo e se tornou a chave para solução de vários problemas. O suicídio passou a ser uma falsa solução que me tranquilizava no momento e reatava o diálogo comigo mesmo.

Mas quem me visse nada diria. Eu procurava demonstrar alegria, procurava dar a sensação de pessoa confiante na vida e ao mesmo tempo despreocupada dos problemas. Meu intuito era não ser nunca um desses desmancha-prazeres, nem desses sujeitos chatos criadores de casos. Por força disso, era estimado, gozava de convívio geral e conseguia mascarar meus tormentos íntimos. Dava vazão a eles em alguns poemas, crônicas ou contos que já estava escrevendo e publicando.

Como entende Cândido Motta Filho, "*o tímido não gosta da vida*". E eu também nunca pude gostar da vida: viver foi uma obrigação a que me vi compelido pelo fato de haver nascido, e se eu nunca tive coragem de pôr termo à existência, foi por força de outro impulso característico do tímido — foi a vergonha de expor-me à publicidade do suicídio. Curioso é o paradoxo em que cai o próprio tímido. Se quer sempre esconder-se, tem necessidade de também chamar a atenção sobre si mesmo, exibir-se, não querendo dissolver-se no anonimato. Aliás, o temperamento do tímido é sempre paradoxal, pois a modéstia que aparenta, a humildade que pratica, a desambição que transpira é produto do orgulho imenso de que é possuído. O tímido, antes de tudo, é um orgulhoso que não quer nunca perder, que exige constantemente incenso para o seu ego vacilante.

No meu caso, a condição de escritor foi uma oportuna situação que me permitia disfarçar, atrás das máscaras dos personagens, os impulsos que de outra forma eu não teria coragem de mostrar. Se não fosse escritor, seria um tarado, um criminoso, um celerado qualquer. Foi também um recurso para não assumir responsabilidade, pois para o tímido ser responsável por alguma coisa é estar ameaçado de destrui-

ção, e a literatura ou a arte é mais ou menos irresponsável. Esse terror à responsabilidade é que explica certas atitudes minhas. Quando escrevi os primeiros contos, escolhi o tom sarcástico ou brincalhão como biombo para escamotear a responsabilidade de uma crítica verdadeira e séria.

Quando fiquei noivo, a título de brincadeira enviei para minha noiva que morava em outra cidade, o retrato de um desconhecido, como se fora o meu retrato, desconhecido que nenhuma semelhança tinha comigo. Somente algum tempo depois, num psicólogo discípulo de Freud, é que li, meio assombrado, que tal atitude é sinal de timidez, é uma das formas utilizadas pelo tímido para fugir à responsabilidade do amor ou de qualquer deliberação séria. Embora supondo praticar um gesto original, não sabia eu que a psicanálise já o conhecia de muitos exemplos. No meu caso, o gesto significava a afirmação e a negação de meu desejo pela noiva, e ao mesmo tempo estava dizendo que não estava praticando um ato sincero, aquela sinceridade tão ridicularizada e combatida por meu pai. Na essência, era manifestação de um sentimento de culpa, a culpa de querer casar e, implicitamente, praticar o ato sexual que eu, apesar de minha vaidade de emancipação, entendia como pecaminoso e condenável.

Pelo fato de eu não confiar em ninguém, nem no mundo, e como, efetivamente, não gosto muito de ninguém, nunca me foi possível manter intimidades com ninguém. Por muito tempo suspeitei uma teoria que não sei como pude elaborar ou onde a pude haurir. Era a teoria de que *“a gente não devia deixar-se conhecer demasiadamente pelos outros”*. Hoje, segundo Cândido Motta Filho, sei que era uma norma de conduta de Raul Pompéia, grande tímido, e também normas dos *dandies* ingleses. Era também uma manifestação do cinismo apregoado pelos supercivilizados.

Entendo que no campo erótico-amoroso o que me salvou foi o ambiente em que fui criado. Se na esfera da família e do relacionamento com as pessoas cultas havia enormes tabus e preconceitos referentes ao sexo, no ambiente popular ou entre as pessoas incultas (onde maior era minha vivência), aí tais preconceitos inexistiam. Desde cedo fiquei conhecendo a diferença dos sexos, seu uso ou funcionamento, seu papel na geração de novos seres e como fonte de prazer ou alegria. Desde cedo, em contatos com meninas serviçais, fiquei conhecendo o sexo feminino e com ele tendo intimidade; no meio dos empregados jovens, sobretudo empregados nos tratos dos animais, a bestialidade (zooerastia) era prática vulgar e amplamente disseminada. Só mais tardiamente, com o agravamento de meus complexos decorrentes da conscientização do meu defeito de ruborizar-me e do complexo gerado por minha dentição irregular — só a partir da puberdade é que tive uma fase de afastamento do sexo feminino. Melhor dizendo, não houve propriamente afastamento de mulheres, passei a ocultar tal relacionamento por influ-

ência das críticas ou conselhos paternos. Entretanto, sempre consegui manter relação sexual com prostitutas, forma ideal para contornar a responsabilidade do casamento e das cortesias exigidas pelas namoradas de minha classe social.

O outro aspecto decorrente da timidez foi minha pertinácia em resguardar-me de críticas e julgamentos de meus semelhantes, evitando ao máximo falar de mim mesmo ou de me auto-analisar. Por força disso, nem minha poesia é lírica, nem meus contos assumem diretamente o tom confessional de primeira pessoa. A primeira pessoa utilizada em meus contos é um mascaramento da terceira pessoa.

No tocante à parte amorosa, há maiores complicações. Na verdade, obtendo bom relacionamento com mocinhas de minha idade e namorando com elas, logo percebi que eu era um temperamento apaixonado. Todas as mocinhas que namorei me seduziram de forma absoluta, de modo a não ser capaz de tirá-las do pensamento. Tal sedução crescia de vulto porque eu não tinha coragem de aproximar-me delas, de conversar com elas, de manter com elas o menor relacionamento. Essa paixão não era somente por aquelas com as quais mantinha namoro ou *flirt* (troca de olhares à distância), mas atingia igualmente mulheres que nem sabiam de minha existência. Bastava que eu as visse para mudar de cor e sentir o coração disparar. Essas paixões juvenis tiravam-me o sono, tiravam-me a alegria, deixavam-me completamente dominado pela imagem da amada. Eu sofria terrivelmente e de maneira inevitável. Passava noites e noites sonhando como aproximar-me delas, como possuí-las sexualmente, excitando-me ao desespero inutilmente. Aliás, é preciso explicar que àquele tempo os jovens só se aproximavam das jovens se houvesse intenção de casamento. E como podia eu pensar em casamento sem ter nenhuma profissão, sem ter nenhum rendimento, com meu pai em situação financeira ruim! Possuído de violenta paixão que não revelava a ninguém, eu sofria tanto, mas tanto, mas tanto, que tomei uma deliberação. Não namoraria mais ninguém, nem me deixaria possuir de amor por mulher nenhuma. Só voltaria a namorar para efeito de unir-me à namorada pelo casamento ou por qualquer outra forma de conveniência.

Passei a fugir do amor como o diabo da cruz, a ponto de ser tido como um misógino, um homem que tinha medo das mulheres. Entretanto, meu mal não era misoginia, mas misogamia: meu horror era o casamento, para o qual não me sentia amadurecido, principalmente (ou unicamente) no campo econômico-financeiro. Fora daí mantinha vida sexual normal com as prostitutas e mulheres de vida livre; antes dessa fase, no período propriamente adolescente, a masturbação era também praticada, pois mulheres não eram fáceis especialmente na cidade de Goiás. Procurava, contudo, conservar recato, seguindo o ritual ditado pela timidez: eu apresentava dupla personalidade. Usava a máscara de quase misógino perante a sociedade mais rica e a máscara da maior

permissibilidade sexual perante as camadas mais baixas da sociedade, na qual eu não teria responsabilidade pelos atos eróticos.

Por fim, chegando a um tempo em que me sentia com estabilidade econômica e alcançando a convicção de que minha mudança para um grande centro urbano, onde desenvolveria o exercício da literatura, era tarefa difícil e de muito sacrifício, resolvi ficar em Goiás e casar-me. Tomada a deliberação, no prazo de um ano estava casado e de casa montada, e tê-lo-ia feito antes desse prazo se uma certa manifestação sifilítica epidérmica não houvesse requerido um enérgico tratamento médico. O casamento com a satisfação de meus desejos de afeto e carinho e com a regularização da prática sexual me trouxera paz e apaziguou aquele vulcão de temores, incertezas, frustrações e inquietações que trazia na alma; se por esse lado encontrei tranqüilidade, novos problemas surgiram desse íntimo conviver com a esposa. Mas já é outro capítulo.

Entendo que não assumi total e corajosamente meu papel de escritor, como jamais assumi total e inteiramente as profissões que abracei. Mesmo no casamento, aquela porta falsa do suicídio que mantive na vida, no casamento sempre conservei aberta à possibilidade da separação. Talvez fosse o sentimento de culpa, mas entendia que não estava tudo certo, que a situação do casamento era uma farsa que desmoronaria a qualquer instante, embora procurasse por todos os meios tornar duradoura e definitiva minha ligação amorosa pelo casamento, que para mim era da maior importância. Em outra oportunidade falarei de como o casamento para mim sempre representou uma camisa-de-força muito estranha.

Sem embargo de todos os erros e equívocos, foi na literatura que me afirmei mais completamente e foi ela, inegavelmente, a razão de minha vida. Inegavelmente tentei, por meio da literatura, compensar-me das perdas de outros setores. Até minha entrada para a Academia Brasileira de Letras teve como objetivo obter alguma auto-afirmação. Afinal, ao beirar os 60 anos de idade, achava-me um tanto frustrado; antes, achava que minha mulher e filhos tinham motivo para julgar-me fracassado. Dentro da minha geração sempre fui tido como espírito brilhante, de quem muito se esperava. Talvez alguns comentários que ouvira fora de minha família, nesse sentido, não passassem de comentários lisonjeiros, meros elogios de circunstâncias, mas eu acreditei neles e passei a fazer de mim um conceito generoso. Acreditei que seria mesmo inteligente e a mim estava destinado o papel de destaque na comunidade. No entanto, chegava àquela idade numa posição de derrota. Meus conterrâneos, dentro de minha classe social, haviam chegado ou à riqueza ou a cargos importantes, com os filhos e filhas encaminhados na vida. Embora tal problema jamais me houvera preocupado, ao atingir essa idade, com os filhos a serem encaminhados, eu sentia que cobravam isso de mim. Minha mulher me considerava fracassado e transmitia tal impressão aos

filhos, destruindo a pequena margem de segurança à qual eu me agarrava como um náufrago. Aí, entendi, mais claramente e mais seguramente, que na verdade fazer literatura em Goiás era a mais perfeita das idiotices, já que fazer literatura e granjear fama nesse campo, no Brasil, ainda nada significava. Quem quisesse firmar-se literariamente teria que viver em Londres ou em Paris ou Nova Iorque. O resto era a mediocridade, era perda de tempo.

Aos 60 anos, dava um balanço na vida, e constatava que não tinha riqueza, não tinha nenhum cargo bom e ainda por cima estava politicamente massacrado. Num momento de pleno domínio do conservadorismo mais mesquinho, eu era um elemento de esquerda, não praticante de religião e mesmo as contestando, punido duramente pela classe dominante através da revolução dos militares, apresentado como representante de um pensamento de esquerda e democrático superado pelos anseios de liberdade vindos do mundo comunista, com meus direitos políticos e de cidadão cerceados e vigiados pelo governo.

Em tal situação é que resolvi disputar uma vaga na Academia Brasileira de Letras, principalmente com o intuito de encontrar nela uma defesa, como de fato encontrei. Resguardava-me assim do julgamento crítico de meus adversários, esse julgamento que tanto me horrorizava. Finalmente, alcancei meu ingresso na Academia, o que desencadeava outras iras e outras responsabilidades, tão agudas e tão agudamente repercutidas no seio da família que me senti desnordeado, enxergando como única saída a porta que sempre estava aberta para mim, a porta do suicídio.

Vacilei, acovardei e agi como agiria qualquer tímido — menti para mim mesmo. Resolvi suicidar-me moralmente, dando uma entrevista num jornal da terra que era uma confissão de demência. Diante da repercussão, sentindo-me exposto, nu no meio de uma praça repleta de gente, seguindo aquilo que sentira na minha infância, quando no meio de caras ferozes e abertas em risos e chacotas alguém ameaçava cortar-me os órgãos sexuais com uma faca, sentindo-me nesse estado, fugi apavorado e refugiei-me num lugar ignorado, donde voltaria um mês depois corrido de vergonha e com meus males agravados.

Mas voltemos à vaca fria.

Portanto, a minha literatura voltada para o exterior, sem preocupação com os problemas mais íntimos ou sentimentais ou de ordem subjetiva, está na ordem da timidez, empenhada em resguardar-se do conhecimento alheio. Também o tom meio brutal e objetivo de minha literatura refletia o desejo pessoal de fingir que o autor era diferente do que realmente era. Minha literatura tinha muito de máscara.

No fundo, sou um romântico, ingênuo e simples, tentando bancar o durão. Até meu ingresso num partido então de extrema esquerda, como era o Partido Comunista, está enquadrado no quadro típico de um procedimento tímido. Foi um desafio a mim mesmo!

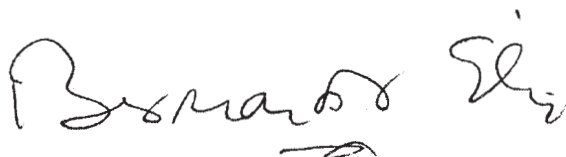
Tive medo de dedicar-me inteiramente à literatura ou aprofundar-me nos assuntos literários. Faltava confiança em minha capacidade e faltava confiança nas outras pessoas: faltava confiança no próprio Brasil. Pensava em enfrentar a vida literária no Rio de Janeiro e em São Paulo, metendo-me no jornalismo, para cujo desempenho me julgava perfeitamente preparado. No momento de enfrentar a prática, fraquejava. Afinal era um esforço muito grande e eu entendia que o mundo ou a vida não merecem tamanho sacrifício.

Afinal, para que enfrentar a vida cara a cara? O melhor seria entrar por um atalho, ou conseguir algum disfarce mais convencional. Seria bom viver? Gostaria eu de viver? Que eram as grandes cidades, para quem não gostava de viver? Eram paredes e telhados. E as belas mulheres, e as noitadas de festas? Eram canseiras e eram tédio.

Talvez para iludir-me, raciocinava que, permanecendo no sertão, estava fazendo uma obra sobre o que realmente conhecia e estava dando testemunho que poucos poderiam dar. Nos grandes centros não faltavam temperamentos sensíveis e espíritos cultos capazes de recriar em termos de arte a vida e o mundo citadinos. Na parte rural é que minguavam pessoas habilitadas e a mim estava destinada essa grande e honrosa tarefa.

Era mais um disfarce, era mais uma fuga que eu me permitia e na qual embarcava como náufrago desesperado.

Goiânia, dezembro de 1989.

A handwritten signature in black ink, reading "Bernardo Siqueira". The signature is written in a cursive, flowing style. The name "Bernardo" is on the left and "Siqueira" is on the right, with a small flourish underneath the "Siqueira" part.

Nota: Optamos por manter o texto aqui apresentado tal qual o original datiloscrito constante do acervo do CEDAE, já que o autor não pôde revisá-lo para a publicação, devido ao seu estado de saúde e posterior falecimento, ocorrido em novembro de 1997.